

HOMEM, CULTURA E SOCIEDADE

Prof.^ª Franciele Otto





UNIASSELVI

Copyright © UNIASSELVI 2014

Elaboração:

Prof.a Franciele Otto

Revisão, Diagramação e Produção:

Centro Universitário Leonardo da Vinci – UNIASSELVI

Ficha catalográfica elaborada na fonte pela Biblioteca Dante Alighieri

UNIASSELVI – Indaial.

301

O89h Otto, Franciele

Homem, Cultura e Sociedade /Franciele Otto.

Indaial : Uniasselvi, 2014.

217 p. : il

ISBN 978-85-7830-823-0

1. Sociologia. 2. Sociedade. 3. Ciências sociais;

I. Centro Universitário Leonardo da Vinci.

APRESENTAÇÃO

Querido(a) acadêmico(a)!

Você já se questionou como chegamos ao ponto no qual a humanidade se encontra? Com relação a tudo: avanço de conhecimento, ciência, relações interpessoais, relações globais... Enfim, inúmeras situações na atualidade que nos fazem refletir sobre como chegamos até aqui como humanidade. Certamente o mundo não é igual ao que foi há cinquenta, cem anos atrás, e nem será o mesmo daqui a este tempo.

Enquanto seres reflexivos, é natural que tenhamos curiosidades neste sentido, voltados a um entendimento sobre nossa espécie enquanto seres que se relacionam. É por meio deste tipo de reflexão que observamos que houve um caminho para que os humanos chegassem ao nível de conhecimento científico que temos hoje, por exemplo. Notamos também as diferenças entre as relações humanas, tanto do individual para o globalizado, quanto o inverso e as próprias diferenças entre os seres e grupos. As dimensões que envolvem os seres humanos e suas relações modificaram-se ao longo do tempo.

A proposta de estudos deste caderno traz conteúdos nesta linha reflexiva: instrumentaliza seu leitor a pensar sobre as relações humanas a partir do desenvolvimento do pensamento ocidental, que serviu de sustentação para nossos elementos culturais. Além disso, propõe que se observem estas relações a partir do indivíduo, da sociedade, e também que se reconheça como os seres humanos são produtores de cultura e ao mesmo tempo são influenciados por ela.

Para acompanhar você neste caminho reflexivo, este caderno está dividido em três grandes unidades:

UNIDADE 1 – O desenvolvimento do pensamento ocidental

UNIDADE 2 – Os seres humanos e seus grupos sociais

UNIDADE 3 – Seres humanos como produto e produtores da cultura

Na primeira unidade você irá compreender como se constituiu o pensamento ocidental, desde os primórdios do pensamento mítico, passando pelas principais características do pensamento pré-socrático, clássico, medieval e moderno. A segunda unidade apresentará elementos para uma compreensão das análises sociais já realizadas, e conceitos consolidados desta área. Partindo destes conceitos fundamentais, você conhecerá aspectos do funcionamento da convivência humana e da dinâmica social. A unidade três objetiva explicar como os seres humanos produzem cultura e como são influenciados

por ela, expondo conceitos básicos sobre a noção de cultura, a ideia de diversidade cultural, e como as relações étnico-raciais e os movimentos sociais com esta bandeira de luta fazem parte da constituição social.

É fundamental que você compreenda a sociedade na qual vive, tendo instrumentos para analisar suas estruturas básicas e as relações entre o individual e o coletivo, para o qual irá destinar seu trabalho quando formado(a). Esta disciplina irá colaborar também com seu entendimento sobre as relações entre os elementos globais e os elementos locais, suas interligações e particularidades.

Acadêmico(a), espero que este caderno proporcione momentos de reflexão e traga novos conhecimentos, para enriquecer seu entendimento acerca das dimensões que envolvem o homem, a cultura e a sociedade. Desejo uma excelente leitura!

Prof.^a Franciele Otto

APRESENTAÇÃO DA CONTEUDISTA

Sou a professora Franciele Otto. Sou bacharel e licenciada em Ciências Sociais pela Universidade Regional de Blumenau - FURB e Mestre em Educação pela Universidade de São Paulo - USP, na linha de pesquisa em História da Educação e Historiografia. Trabalho com pesquisas que envolvem sociologia e educação há oito anos. Participei de monitorias na Universidade de São Paulo com turmas de diversas licenciaturas, na disciplina de Didática. Tenho artigos publicados em periódicos educacionais, e muitas publicações em anais de congressos, incluindo Simpósios Internacionais e Reuniões da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação/ ANPED. Atualmente trabalho com produção de material, tutoria e orientação de trabalhos finais de cursos na modalidade a distância, e também sou professora do Ensino Superior na modalidade presencial (Área de Educação, Ciência e Pesquisa).





Você já me conhece das outras disciplinas? Não? É calouro? Enfim, tanto para você que está chegando agora à UNIASSELVI quanto para você que já é veterano, há novidades em nosso material.

Na Educação a Distância, o livro impresso, entregue a todos os acadêmicos desde 2005, é o material base da disciplina. A partir de 2017, nossos livros estão de visual novo, com um formato mais prático, que cabe na bolsa e facilita a leitura.

O conteúdo continua na íntegra, mas a estrutura interna foi aperfeiçoada com nova diagramação no texto, aproveitando ao máximo o espaço da página, o que também contribui para diminuir a extração de árvores para produção de folhas de papel, por exemplo.

Assim, a UNIASSELVI, preocupando-se com o impacto de nossas ações sobre o ambiente, apresenta também este livro no formato digital. Assim, você, acadêmico, tem a possibilidade de estudá-lo com versatilidade nas telas do celular, *tablet* ou computador.

Eu mesmo, UNI, ganhei um novo *layout*, você me verá frequentemente e surgirei para apresentar dicas de vídeos e outras fontes de conhecimento que complementam o assunto em questão.

Todos esses ajustes foram pensados a partir de relatos que recebemos nas pesquisas institucionais sobre os materiais impressos, para que você, nossa maior prioridade, possa continuar seus estudos com um material de qualidade.

Aproveito o momento para convidá-lo para um bate-papo sobre o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes – ENADE.

Bons estudos!



Olá acadêmico! Para melhorar a qualidade dos materiais ofertados a você e dinamizar ainda mais os seus estudos, a Uniasselvi disponibiliza materiais que possuem o código *QR Code*, que é um código que permite que você acesse um conteúdo interativo relacionado ao tema que você está estudando. Para utilizar essa ferramenta, acesse as lojas de aplicativos e baixe um leitor de *QR Code*. Depois, é só aproveitar mais essa facilidade para aprimorar seus estudos!



BATE SOBRE O PAPO ENADE!



Olá, acadêmico!

Você já ouviu falar sobre o ENADE?

Se ainda não ouviu falar nada sobre o ENADE, agora você receberá algumas informações sobre o tema.

Ouviu falar? Ótimo, este informativo reforçará o que você já sabe e poderá lhe trazer novidades. ✓✓



Vamos lá!

Qual é o significado da expressão ENADE?

EXAME NACIONAL DE DESEMPENHO DOS ESTUDANTES

Em algum momento de sua vida acadêmica você precisará fazer a prova ENADE. ✓✓



Que prova é essa?

É **obrigatória**, organizada pelo INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira.

Quem determina que esta prova é obrigatória... O MEC – Ministério da Educação.

O objetivo do MEC com esta prova é o de avaliar seu desempenho acadêmico assim como a qualidade do seu curso. ✓✓



Fique atento! Quem não participa da prova fica impedido de se formar e não pode retirar o diploma de conclusão do curso até regularizar sua situação junto ao MEC.

Não se preocupe porque a partir de hoje nós estaremos auxiliando você nesta caminhada.

Você receberá outros informativos como este, complementando as orientações e esclarecendo suas dúvidas. ✓✓



Você tem uma trilha de aprendizagem do ENADE, receberá e-mails, SMS, seu tutor e os profissionais do polo também estarão orientados.

Participará de webconferências entre outras tantas atividades para que esteja preparado para #mandar bem na prova ENADE.

Nós aqui no NEAD e também a equipe no polo estamos com você para vencermos este desafio.

Conte sempre com a gente, para juntos mandarmos bem no ENADE! ✓✓



SUMÁRIO

UNIDADE 1 - O DESENVOLVIMENTO DO PENSAMENTO OCIDENTAL.....	1
TÓPICO 1 - PENSAMENTO MITOLÓGICO E PRÉ-SOCRÁTICO.....	3
1 INTRODUÇÃO.....	3
2 OS MITOS COMO EXPLICAÇÕES DO MUNDO.....	4
3 TRANSIÇÃO DO PENSAMENTO MÍTICO PARA O PRÉ-SOCRÁTICO	10
4 O PERÍODO PRÉ-SOCRÁTICO E SUAS CARACTERÍSTICAS.....	13
5 PENSADORES PRÉ-SOCRÁTICOS.....	17
5.1 TALES DE MILETO.....	17
5.2 ANAXIMANDRO	18
5.3 PITÁGORAS DE SAMOS.....	19
5.4 HERÁCLITO DE ÉFESO	20
5.5 PARMÊNIDES DE ELEIA	21
5.6 EMPÉDOCLES DE AGRIGENTO.....	22
RESUMO DO TÓPICO 1.....	24
AUTOATIVIDADE	25
TÓPICO 2 - PENSAMENTO CLÁSSICO E MEDIEVAL.....	27
1 INTRODUÇÃO.....	27
2 OS SOFISTAS.....	28
2.1 PROTÁGORAS.....	31
2.2 GÓRGIAS.....	32
3 SÓCRATES, PLATÃO, ARISTÓTELES E O PENSAMENTO CLÁSSICO	33
4 TRANSIÇÃO DO PENSAMENTO CLÁSSICO PARA O MEDIEVAL	39
5 PENSAMENTO AGOSTINIANO E TOMISTA	41
RESUMO DO TÓPICO 2	46
AUTOATIVIDADE	47
TÓPICO 3 - PENSAMENTO MODERNO.....	49
1 INTRODUÇÃO.....	49
2 TRANSIÇÃO DO PENSAMENTO MEDIEVAL PARA O PENSAMENTO MODERNO	50
3 RACIONALISMO E EMPIRISMO.....	53
3.1 RACIONALISMO.....	54
3.2 EMPIRISMO.....	56
4 MOVIMENTO ILUMINISTA	58
5 SOCIEDADE MODERNA: INFLUÊNCIAS DAS REVOLUÇÕES INDUSTRIAL E FRANCESA.....	62
LEITURA COMPLEMENTAR.....	68
RESUMO DO TÓPICO 3.....	71
AUTOATIVIDADE	73

UNIDADE 2 - OS SERES HUMANOS E SEUS GRUPOS SOCIAIS	75
TÓPICO 1 - A SOCIOLOGIA E OS CONCEITOS FUNDAMENTAIS	
ACERCA DA SOCIEDADE	77
1 INTRODUÇÃO	77
2 A SOCIOLOGIA	78
3 O CONCEITO DE SOCIEDADE E OS GRUPOS SOCIAIS	81
4 ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO SOCIAL	85
5 INSTITUIÇÕES SOCIAIS	89
RESUMO DO TÓPICO 1.....	96
AUTOATIVIDADE	97
TÓPICO 2 - A CONVIVÊNCIA HUMANA	99
1 INTRODUÇÃO	99
2 SOCIABILIDADE E SOCIALIZAÇÃO	99
3 CONTATOS SOCIAIS E ISOLAMENTO SOCIAL	102
4 INTERAÇÃO SOCIAL.....	105
5 PROCESSOS SOCIAIS.....	108
RESUMO DO TÓPICO 2.....	115
AUTOATIVIDADE	116
TÓPICO 3 - A DINÂMICA SOCIAL	117
1 INTRODUÇÃO	117
2 DESIGUALDADE SOCIAL.....	118
2.1 DESIGUALDADE PARA MARX	120
2.2 DESIGUALDADE PARA WEBER	121
3 PODER SOCIAL	122
4 ESTRATIFICAÇÃO E MOBILIDADE SOCIAL	125
5 MUDANÇA SOCIAL.....	132
LEITURA COMPLEMENTAR.....	136
RESUMO DO TÓPICO 3.....	137
AUTOATIVIDADE	138
UNIDADE 3 - SERES HUMANOS COMO PRODUTO E PRODUTORES DA CULTURA....	139
TÓPICO 1 - A ANTROPOLOGIA E OS CONCEITOS FUNDAMENTAIS	
ACERCA DA CULTURA	141
1 INTRODUÇÃO	141
2 A CIÊNCIA ANTROPOLÓGICA	142
3 O CONCEITO DE CULTURA	146
4 CULTURA MATERIAL, NÃO MATERIAL, CULTURA DE MASSAS	
E CULTURA POPULAR	149
5 IDENTIDADE CULTURAL	154
RESUMO DO TÓPICO 1.....	158
AUTOATIVIDADE	159
TÓPICO 2 - A DIVERSIDADE CULTURAL	161
1 INTRODUÇÃO	161
2 O CONCEITO DE DIVERSIDADE CULTURAL	162
3 ESTRANHAMENTO E ALTERIDADE	167
4 ETNOCENTRISMO E RELATIVISMO CULTURAL	169
5 FORMAÇÃO DA DIVERSIDADE CULTURAL BRASILEIRA	173
6 AS QUESTÕES INDÍGENAS NO BRASIL.....	176

RESUMO DO TÓPICO 2.....	182
AUTOATIVIDADE	183
TÓPICO 3 - RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E MOVIMENTOS SOCIAIS.....	185
1 INTRODUÇÃO.....	185
2 AS MINORIAS.....	186
3 MITO DA DEMOCRACIA RACIAL	190
4 LUTAS ANTIRRACISTAS.....	196
5 MOVIMENTO NEGRO NO BRASIL.....	200
LEITURA COMPLEMENTAR.....	206
RESUMO DO TÓPICO 3.....	209
AUTOATIVIDADE	210
REFERÊNCIAS.....	211

UNIDADE 1

O DESENVOLVIMENTO DO PENSAMENTO OCIDENTAL

OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM

A partir desta unidade, você será capaz de:

- identificar a trajetória realizada pela humanidade no desenvolvimento do pensamento ocidental;
- identificar as características do pensamento mítico e sua transição para o pensamento pré-socrático.
- definir as ideias principais do pensamento clássico, diferenciando-as das ideias do pensamento medieval.
- analisar as principais influências do pensamento moderno, considerando aspectos históricos que contribuíram para esta mentalidade.

PLANO DE ESTUDOS

A Unidade 1 está dividida em três tópicos. No final de cada um deles, você encontrará atividades que possibilitarão a apropriação de conhecimentos na área.

TÓPICO 1 – PENSAMENTO MITOLÓGICO E PRÉ-SOCRÁTICO

TÓPICO 2 – PENSAMENTO CLÁSSICO E MEDIEVAL

TÓPICO 3 – PENSAMENTO MODERNO



*Assista ao vídeo
desta unidade.*



PENSAMENTO MITOLÓGICO E
PRÉ-SOCRÁTICO

1 INTRODUÇÃO

Para que seja possível compreender a trajetória dos seres humanos diante de diferentes formas de pensar o mundo, que foi se desenvolvendo ao longo dos anos, é preciso que esteja claro como as explicações da realidade foram se modificando. Este contexto é permeado pela filosofia, surgida a partir de formas mais antigas de explicações (pensamento mítico e pré-socrático) e que busca de modo racional explicar os fenômenos do mundo.

Portanto, a trajetória de desenvolvimento do pensamento ocidental e a possibilidade que temos de compreender como se formou e deu origem às formas de pensar da contemporaneidade, passam diretamente pelo desenvolvimento da filosofia. Nesta unidade inicial, você estudará como se deu a trajetória de construção do pensamento ocidental, desde as primeiras formas de explicação da realidade (mitológicas) até as formas modernas, influenciadas pelo Iluminismo, Revolução Francesa e Revolução Industrial.

Para cumprir este estudo, no Tópico 1, você conhecerá a estrutura do pensamento mítico, baseado em lendas e histórias com seres mitológicos e explicações fantasiosas de mundo. A partir desta primeira forma de entender o mundo, surge o pensamento pré-socrático, cuja base são os fenômenos naturais. Os pré-socráticos preocuparam-se em explicar a realidade com base na natureza, e você conhecerá algumas de suas teorias.

O Tópico 2 apresentará os pensamentos clássico e medieval, explicando inicialmente as formas de trabalho dos sofistas, que ensinavam a arte da retórica. A realidade era, portanto, modificada conforme os melhores argumentos. Após os sofistas, surgem grandes nomes da Filosofia Clássica: Sócrates, Platão e Aristóteles, com ideias que influenciam ainda hoje as explicações sobre a realidade. Finalizando, entenderemos como a mentalidade clássica modificou-se para a mentalidade medieval, na qual se buscou a partir da filosofia argumentar acerca de debates da Igreja Católica. Neste contexto, você conhecerá também o pensamento tomista e agostiniano.

O terceiro e último tópico busca finalizar esta unidade apresentando o profícuo pensamento moderno. Muitos de seus expoentes possuem obras

sendo estudadas ainda na atualidade. Você irá compreender inicialmente como se passou do pensamento medieval para o pensamento moderno, e conhecerá dois movimentos fundamentais para esta nova forma de pensar: o racionalismo e o empirismo. Finalizando, conhecerá as influências históricas do pensamento moderno, o Iluminismo, a Revolução Francesa e a Revolução Industrial.

Vamos ao primeiro tópico, estudar as formas iniciais de explicação da realidade intituladas pensamento mítico, e compreender como este se modificou posteriormente, dando origem ao pensamento pré-socrático. Bons estudos!

2 OS MITOS COMO EXPLICAÇÕES DO MUNDO

Certamente, você já ouviu falar sobre mitos em algum momento de sua vida. Mas, o que você sabe sobre eles? Escreva a seguir a sua definição da palavra mito, e após finalizar este tópico compare sua definição com as indicações conceituais trazidas neste texto.



Antes do surgimento de formas de pensar o mundo baseadas na ciência ou na filosofia, os agrupamentos humanos já possuíam seus meios para explicar os fenômenos e as ocorrências do mundo. Estas formas constituíam sua cultura, baseada em explicações como contos e lendas, que supriam sua necessidade de compreensão do mundo.

As histórias utilizadas como explicação possuíam um grande arcabouço simbólico, e vinham acompanhadas por entidades místicas, no caso das civilizações gregas. Assim, temos os mitos cujos personagens principais são deuses, heróis, titãs e semideuses.

Não há vestígios comprovados pela ciência da existência destas criaturas, no entanto, elas eram utilizadas nos mitos para explicar fenômenos ainda não compreendidos na época, uma vez que o conhecimento científico era inexistente. Assim, a civilização que não dispunha de explicações comprovadas ou científicas, recorria às lendas para definir o mundo.

Este tipo de pensamento serviu como base para os avanços nesta área, afinal, o ponto em comum com a ciência na atualidade, por exemplo, é a curiosidade. É dela que parte o desejo de conhecer, de compreender o que ocorre ao redor, inerente à humanidade. Podemos considerar os mitos como uma das primeiras manifestações da tentativa de pensar a realidade.

Esta consciência mítica dá origem posteriormente à consciência filosófica, na Grécia, quando esta ainda se chamava Hélade e possuía regiões politicamente autônomas (ARANHA, MARTINS, 2003). Para atingir a filosofia, houve todo um processo inicial, no qual os mitos eram as explicações predominantes do mundo.

Os mitos gregos eram transmitidos baseados na tradição e de forma oral, pois ainda não havia escrita. Quem os repassava eram os *aedos* ou *rapsodos*, “cantores ambulantes que davam forma poética aos relatos populares e os recitavam de cor em praça pública” (ARANHA; MARTINS, 2003, p. 79).

Estas falas também possuíam caráter coletivo e anônimo, pois em virtude da transmissão oral nem sempre era possível conhecer sua autoria. Elas sofriam modificações coletivas e as pessoas não se preocupavam em conhecer o autor.

Os valores da cultura eram reproduzidos por meio destas histórias cujos personagens eram deuses e heróis, além da descrição do período que era feita. O modo de vida era transmitido a partir de histórias que envolviam antepassados e deuses. A intervenção dos deuses era comum neste tipo de narrativa, e tida como uma honra, especialmente em se tratando de heróis.

O herói vive, portanto, na dependência dos deuses e do destino, faltando a ele a noção de vontade pessoal, de liberdade. Mas isso não o diminui diante das pessoas comuns, ao contrário, ter sido escolhido pelos deuses é sinal de valor e em nada essa ajuda desmerece a sua virtude. A virtude do herói se manifesta pela coragem e pela força, sobretudo no campo de batalha. Mas também se destaca na assembleia dos guerreiros, pelo poder de persuasão do discurso (ARANHA; MARTINS, 2003, p. 80).

A tradição oral é que mantém a difusão do mito, uma vez que o significado da palavra *mythos* é o que se diz, palavra. Assim, a base da transmissão é a memória pessoal, quando o pronunciamento de palavras é compreendido e repassado.

Vejamos como a filósofa Marilena Chauí (2002, p. 28) define os mitos:

O que é um mito? Um mito é uma narrativa sobre a origem de alguma coisa (origem dos astros, da Terra, dos homens, das plantas, dos animais, do fogo, da água, dos ventos. Do bem e do mal, da saúde e da doença, da morte, dos instrumentos de trabalho, das raças, das guerras, do poder etc.).

A palavra mito vem do grego, *mythos*, e deriva de dois verbos: do verbo *mytheyo* (contar, narrar, falar alguma coisa para outros) e do verbo *mytheo* (conversar, contar, anunciar, nomear, designar). Para os gregos, mito

é um discurso pronunciado ou proferido para ouvintes que recebem como verdadeira a narrativa, porque confiam naquele que a narra; é uma narrativa feita em público, baseada, portanto, na autoridade e confiabilidade da pessoa do narrador. E essa autoridade vem do fato de que ela ou testemunhou diretamente o que está narrando ou recebeu a narrativa de quem testemunhou os acontecimentos narrados.

Quem narra o mito? O poeta-rapsodo. Quem é ele? Por que tem autoridade? Acredita-se que o poeta é um escolhido dos deuses, que lhe mostram os acontecimentos passados e permitem que ele veja a origem de todos os seres e de todas as coisas para que possa transmiti-la aos ouvintes. Sua palavra – o mito – é sagrada porque vem de uma revelação divina. O mito é, pois, incontestável e inquestionável.

Vamos conhecer a síntese de alguns mitos, para que você compreenda a estrutura destas narrativas:

Mito da origem do amor

Houve uma grande festa entre os deuses. Todos foram convidados, menos a deusa Penúria, sempre miserável e faminta. Quando a festa acabou, Penúria veio, comeu os restos e dormiu com o deus Poros (o astuto engenhoso). Dessa relação sexual, nasceu Eros (ou Cupido), que, como sua mãe, está sempre faminto, sedento e miserável, mas, como seu pai, tem mil astúcias para se satisfazer e se fazer amado. Por isso, quando Eros fere alguém com sua flecha, esse alguém se apaixona e logo se sente faminto e sedento de amor, inventa astúcias para ser amado e satisfeito, ficando ora maltrapilho e semimorto, ora rico e cheio de vida.

Mito do uso do fogo pela humanidade

Um titã, Prometeu, mais amigo dos homens do que dos deuses, roubou uma centelha de fogo e a trouxe de presente para os humanos. Prometeu foi castigado (amarrado num rochedo para que as aves de rapina, eternamente, devorassem seu fígado) e os homens também. Qual foi o castigo dos homens? Os deuses fizeram uma mulher encantadora, Pandora, a quem foi entregue uma caixa que conteria coisas maravilhosas, mas nunca deveria ser aberta. Pandora foi enviada aos humanos e, cheia de curiosidade e querendo dar a eles maravilhas, abriu a caixa. Dela saíram todas as desgraças, doenças, pestes, guerras e, sobretudo, a morte. Explica-se, assim, a origem dos males do mundo.



Ficou curioso(a) para conhecer mais mitos gregos? Leia o livro "Heróis, Deuses e Monstros", do autor Bernard Evslin, publicado pela Editora Benvirá, 2012.

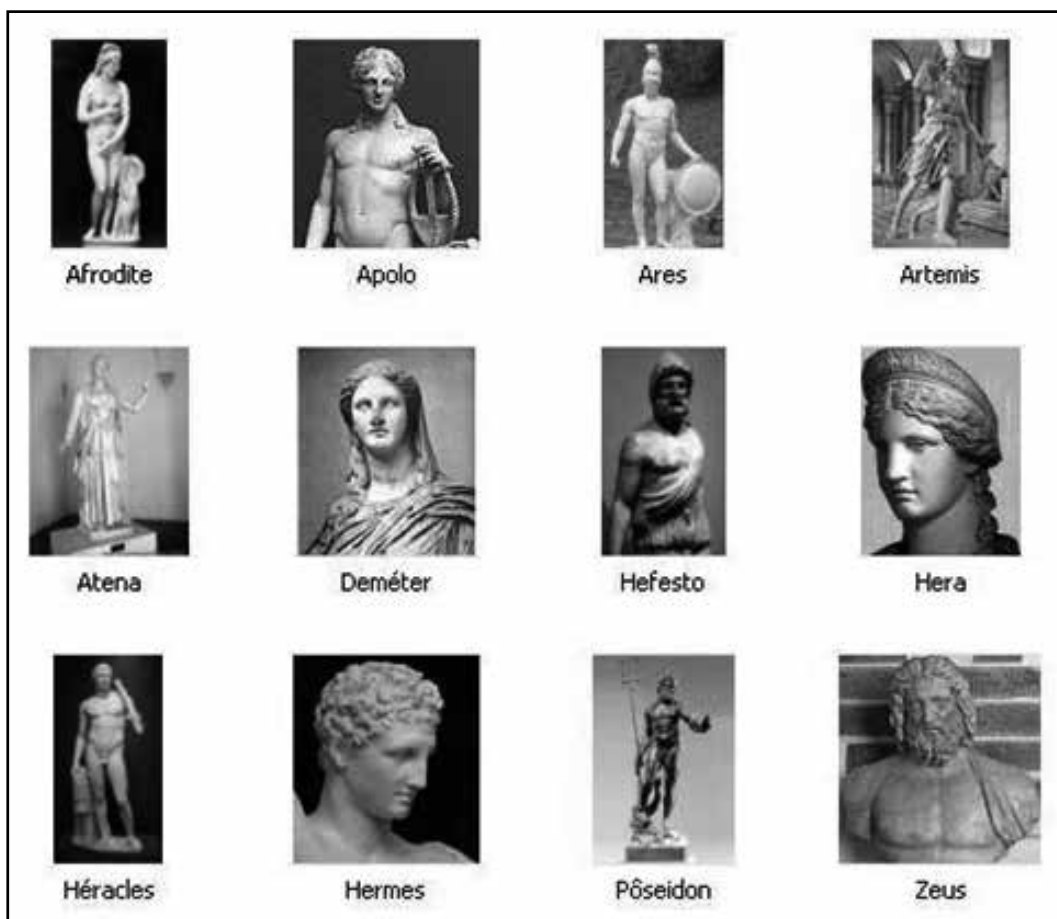


O pensamento mítico possui íntima relação com a tradição dos povos, foram as referências míticas que constituíram sua identidade. De um modo geral, eram os mais velhos que detinham o conhecimento acerca dos mitos, e por consequência eram os contadores destas histórias.

Os mitos narram também a origem do mundo e preocupam-se em explicar tudo o que nele existe. Isto acontece de três formas principais (CHAUÍ, 2002):

- **Identificação de pai e mãe das coisas e dos seres, pois tudo o que existe seria em decorrência de um relacionamento, inclusive de ordem sexual, entre forças divinas.** Assim, destes relacionamentos entre os deuses, surgem todos os demais seres, como os titãs, os heróis, os humanos, os animais, as plantas, e as qualidades como claro/escuro, justo/injusto etc. "A narração da origem é, assim, uma genealogia, isto é, narrativa da geração dos seres, das coisas, das qualidades, por outros seres, que são seus pais ou antepassados" (CHAUÍ, 2002, p. 29).
- **Por meio de uma rivalidade ou uma aliança entre os deuses, da qual se origina uma consequência, que é alguma coisa do mundo.** O mito, portanto, é uma narrativa que explica a guerra entre estas forças divinas, ou a aliança que ocorreu, bem como o que surgiu no mundo dos homens em decorrência desta situação.
- **Indicando as recompensas ou castigos direcionados pelos deuses para quem desobedece ou obedece às forças divinas.** Nestas condições, os acontecimentos no mundo humano ocorrem em decorrência de ações dos humanos, titãs, heróis, e dos outros seres que possuem o poder da ação. Obedecendo ao que os deuses indicassem, poderiam ser recompensados. Mas desobedecendo, certamente seriam punidos.

FIGURA 1 – DEUSES DA MITOLOGIA GREGA



FONTE: Disponível em: <<http://sala19.wordpress.com/2012/04/18/mitologia-grega-e-religiao/>>. Acesso em: 20 out. 2013.

Assim, nota-se que os principais temas dos mitos, dos quais partiam as explicações do mundo e as narrativas, se voltavam para a origem das coisas por meio de lutas, alianças e relações sexuais, situações ocorridas entre as forças divinas, governando assim os destinos humanos.

Os mitos que narravam a origem do mundo são genealogias, justamente por tratarem de origens. Existem duas classificações entre estas narrações, uma é a cosmogonia e outra é a teogonia. A cosmogonia é uma narrativa a respeito do nascimento e da organização do mundo, a partir de forças geradoras divinas (pai e mãe). Já a teogonia é uma narrativa que trata da origem dos deuses, a partir de seus pais e antepassados.

A partir destas duas concepções, conforme Chauí (2002), surgiu a discussão acerca do surgimento da Filosofia, no momento em que a humanidade deixa de compreender o mundo a partir dos mitos e passa a construir o conhecimento filosófico. A pergunta elaborada foi:

A Filosofia, ao nascer, é, como já dissemos, uma cosmologia, uma explicação racional sobre a origem do mundo e sobre as causas das transformações e repetições das coisas; para isso, ela nasce de uma transformação gradual dos mitos ou de uma ruptura radical com os mitos? Continua ou rompe com a cosmogonia e a teogonia? (CHAUÍ, 2002, p. 30).

Houve, para tais questões, duas respostas: uma indicando que a Filosofia rompe completamente com os mitos, por ser a primeira explicação científica da realidade que foi elaborada pelo pensamento ocidental (fins do século XIX e começo do século XX). Esta visão foi fruto do otimismo com relação à ciência e à capacidade técnica da humanidade.

A outra resposta indicava que, a partir dos estudos antropológicos e históricos sobre os mitos, estes estão muito inerentes aos modos de pensar de uma sociedade. Assim, a filosofia teria nascido de forma gradual a partir do interior dos próprios mitos, como se fosse um processo de racionalização destes (CHAUÍ, 2002).

Na atualidade, as duas respostas são consideradas exageradas, e compreende-se que a filosofia identificou as limitações dos mitos e suas contradições, reformulando e racionalizando estas narrativas, modificando-as para outra possível explicação, nova e diferente (CHAUÍ, 2002).



A série "Percy Jackson e os olímpianos", cujo primeiro livro se intitula "Percy Jackson e o Ladrão de Raios", de Rick Riordan, é baseada na mitologia grega. A primeira edição foi publicada em 2008, pela Editora Intrínseca.



3 TRANSIÇÃO DO PENSAMENTO MÍTICO PARA O PRÉ-SOCRÁTICO

As explicações míticas a respeito do mundo foram deixadas de lado gradativamente pela humanidade, substituindo aquilo que convencionou chamar-se de pensamento mítico pelo chamado pensamento filosófico. Este segundo possui como base um modo de pensar e explicar o mundo baseado nos preceitos da filosofia, cuja racionalidade é o instrumento de leitura das coisas.

Alguns autores chamam de “milagre grego” à passagem da mentalidade mítica para o pensamento crítico racional e filosófico, por destacarem o caráter repentino e único desse processo. No entanto, outros estudiosos atenuam a ênfase dada a essa mutação e superam essa visão simplista e “a-histórica”, realçando o fato de que a racionalidade crítica resultou de processo muito lento, preparado pelo passado mítico, cujas características não desaparecem “como por encanto”, na nova abordagem filosófica do mundo. Ou seja, a filosofia na Grécia não é fruto de um salto, do “milagre” realizado por um povo privilegiado, mas é a culminação do processo gestado através dos tempos e que, portanto, tem sua dívida com o passado mítico (ARANHA; MARTINS, 2003, p. 80).

Chauí (2002, p. 31) identifica algumas diferenças entre a filosofia e o mito, destacando três delas:

1 O mito pretendia narrar como as coisas eram ou tinham sido no passado imemorial, longínquo e fabuloso, voltando-se para o que era antes, que tudo existisse tal como existe no presente. A filosofia, ao contrário, se preocupa em explicar como e por que, no passado, no presente e no futuro (isto é, na totalidade do tempo), as coisas são como são.

2 O mito narrava a origem através de genealogias e rivalidades ou alianças entre forças divinas sobrenaturais e personalizadas, enquanto a filosofia, ao contrário, explica a produção natural das coisas por elementos e causas naturais e impessoais. O mito falava em Urano, Ponto e Gaia; a filosofia fala em céu, mar e terra. O mito narra a origem dos seres celestes (os astros), terrestres (plantas, animais, homens) e marinhos pelos casamentos de Gaia com Urano e Ponto. A filosofia explica o surgimento desses seres por composição, combinação e separação dos quatro elementos – úmido, seco, quente e frio, ou água, terra, fogo e ar.

3 O mito não se importava com contradições, com o fabuloso e o incompreensível, não só porque esses eram traços próprios da narrativa mítica, como também porque a confiança e a crença no mito vinham da autoridade religiosa do narrador. A filosofia, ao contrário, não admite contradições, fabulação e coisas incompreensíveis, mas exige que a explicação seja coerente, lógica e racional; além disso, a autoridade da explicação não vem da pessoa do filósofo, mas da razão, que é a mesma em todos os seres humanos.

Algumas condições históricas, segundo os analistas deste período, favoreceram a mudança de mentalidade, que desconsidera o pensamento mítico e o substitui pelas explicações filosóficas. Estas condições foram descritas por Chauí (2002), conforme síntese a seguir.

- **Viagens marítimas:** A possibilidade de realizar viagens marítimas permitiu aos gregos descobrir que os locais nos quais os mitos indicavam uma habitação realizada por deuses, titãs e demais seres, na verdade eram habitados por outros seres humanos. Além disso, as regiões dos mares, que supostamente possuíam monstros e seres míticos, foram desbravadas e notou-se que estes de fato não existiam. Estas viagens “desmistificaram” o mundo, havendo assim a necessidade de uma nova explicação acerca da origem do mundo, que os mitos já não ofereciam.
- **Invenção do calendário:** O controle do tempo passível de ocorrer com este instrumento, permite observá-lo por diversas dimensões, como estações do ano, fatos importantes, horas do dia, modificando a abstração com relação à noção de tempo. A percepção do tempo como algo natural e não como um poder divino que não era possível de se compreender é trocada por um entendimento do controle da dimensão temporal.
- **Invenção da moeda:** Esta invenção permitiu novas trocas, que vão além das trocas por semelhanças dos produtos, de coisas concretas, e permite realizar trocas abstratas, desenvolvendo assim uma nova forma de abstração e de generalização. Ela está associada ao nascimento do pensamento racional crítico, pois é uma convenção humana, uma noção abstrata de valor que estabelece uma medida comum entre valores diferentes. Ela também sobrepõe o caráter racional da ideia de valor aos símbolos sagrados e afetivos, deixando um efeito de democratização de um valor.
- **Surgimento da vida urbana:** O predomínio da economia baseada no comércio e artesanato, em virtude do desenvolvimento de técnicas de troca e de fabricação, reduziu o prestígio da aristocracia, em geral produtora dos mitos ou consumidora dos mitos. Além disso, o surgimento de uma classe de comerciantes que precisavam de pontos de poder e de prestígio, que não seriam mais baseados nas linhagens sanguíneas ou no domínio de terras, fez com que isto fosse suplantado por meio de patrocínios e estímulos às artes e aos conhecimentos. Os investimentos nestas áreas fizeram com que se criasse um ambiente propício para o surgimento da Filosofia.
- **Invenção da escrita alfabética:** Assim como a invenção do calendário e da moeda, a escrita permite a ampliação de generalização e abstração, pois a escrita alfabética – diferente dos hieróglifos egípcios, por exemplo – supõe que não se represente uma imagem do que é dito, e sim a ideia disto. A escrita também passa a se desligar das preocupações esotéricas e se desvincula dos escribas, até então sempre atrelada ao poder.

- **Invenção da política:** Introduce alguns aspectos importantes para o nascimento da filosofia, começando pela ideia de que a lei era a expressão de uma vontade humana coletiva, que decidia por si o que era melhor e suas relações internas. Este aspecto legislado serve, posteriormente, de modelo para que a filosofia proponha um modelo racional de mundo. Um segundo item diz respeito ao surgimento do espaço público, que faz aparecer um novo discurso, diferente daquele difundido pelo mito. No mito, um cidadão recebia por meio da divindade o conhecimento, guiando os homens para as decisões divinas que deveriam seguir. Na cidade política, cada cidadão possui a palavra, podendo opinar e discutir os mais diversos temas, decidindo caminhos de forma racional. Isto abriu espaço para o pensamento racional e para o discurso filosófico. Por último, a política também estimulou crenças e saberes públicos, ensinados, e não discursos formulados em seitas secretas e envoltos em mistérios sagrados. Na filosofia, isto desencadeou ideias que todos podem compreender e discutir.

Aranha e Martins (2003, p. 84) sintetizam estas mudanças de perspectiva acerca do mundo da seguinte forma:

Embora existam aspectos de continuidade entre mito e filosofia, o pensamento filosófico é algo muito diferente do mito, por resultar de uma ruptura quanto à atitude diante do saber recebido. Enquanto o mito é uma narrativa cujo conteúdo não se questiona, a filosofia problematiza e, portanto, convida à discussão. No mito a inteligibilidade é dada, na filosofia ela é procurada. A filosofia rejeita o sobrenatural, a interferência de agentes divinos na explicação dos fenômenos. Ainda mais: a filosofia busca a coerência interna, a definição rigorosa dos conceitos, organiza-se em doutrina e surge, portanto, com pensamento abstrato. Na nova abordagem do real caracterizada pelo pensamento filosófico, podemos ainda notar a vinculação entre filosofia e ciência. O próprio teor das preocupações dos primeiros filósofos é de natureza cosmológica, de maneira que na Grécia Antiga, o filósofo é também o intelectual do saber científico.

Em seu início, o pensar baseado na filosofia apresentou uma série de características, que hoje são sintetizadas pelos autores que analisam este período histórico. Chauí (2002) indica e exemplifica estas características:

- Tendência à racionalidade, isto é, a razão e somente a razão, com seus princípios e regras, é o critério da explicação de alguma coisa.
- Tendência a oferecer respostas conclusivas para os problemas, isto é, colocado um problema, sua solução é submetida à análise, à crítica, à discussão e à demonstração, nunca sendo aceita como uma verdade, se não for provado racionalmente que é verdadeira.
- Exigência de que o pensamento apresente suas regras de funcionamento, isto é, o filósofo é aquele que justifica suas ideias, provando que segue regras universais do pensamento. Para os gregos, é uma lei universal do pensamento que a contradição indica erro ou falsidade. Uma contradição

acontece quando afirmo e nego a mesma coisa sobre uma mesma coisa (por exemplo: “Pedro é um menino e não um menino”. “A noite é escura e clara”. “O infinito não tem limites e é limitado”). Assim, quando uma contradição aparecer numa exposição filosófica, ela deve ser considerada falsa.

- Recusa de explicações preestabelecidas e, portanto, exigência de que, para cada problema, seja investigada e encontrada a solução própria exigida por ele.
- Tendência à generalização, isto é, mostrar que uma explicação tem validade para muitas coisas diferentes porque, sob a variação percebida pelos órgãos dos nossos sentidos, o pensamento descobre semelhanças e identidades.

A partir destas características, a Filosofia passa a ser a base de um novo tipo de entendimento e compreensão do mundo, no qual os fenômenos são analisados a partir da racionalidade, e não mais utilizando histórias e personagens míticos. Os mitos são gradativamente deixados de lado enquanto explicação legítima para o mundo.

O pensamento filosófico toma conta e passa a ser difundido, estimulando um desenvolvimento do Ocidente baseado na racionalidade, na capacidade humana e em explicações amplas e generalizantes. Desta forma, o vínculo com os mitos se reduz, e começam a surgir as primeiras indicações de que a humanidade entrava no período da Filosofia Grega dominada pelos chamados pré-socráticos.



Para ampliar seus conhecimentos acerca da transição do pensamento mítico para o início de um pensar baseado na filosofia, acesse o link: <<https://www.revistas.ufg.br/index.php/philosophos/article/download/3159/3163>> e leia o texto de PERINE, Marcelo. Mito e filosofia.

4 O PERÍODO PRÉ-SOCRÁTICO E SUAS CARACTERÍSTICAS

O pensamento ocidental foi formado com base no desenvolvimento da filosofia, especialmente aquela surgida na Grécia, que os historiadores dividiram em quatro etapas. Para que fique claro como a filosofia se desenvolveu, vamos indicar a seguir esta classificação, trazendo informações sobre cada período de desenvolvimento desta forma de pensar.

QUADRO 1 - PERÍODOS E DESCRIÇÕES

PERÍODO	DESCRIÇÃO
Pré-socrático ou cosmológico	Do fim do século VII ao fim do século V a.C., quando a filosofia se ocupa fundamentalmente com a origem do mundo e as causas das transformações na natureza.
Socrático ou antropológico	Do fim do século V a.C. a todo o século IV a.C., quando a filosofia investiga as questões humanas (em grego, <i>ântropos</i> quer dizer “homem”; por isso o período recebeu o nome de antropológico), isto é, a ética, a política e as técnicas, e busca compreender qual é o lugar do homem no mundo.
Sistemático	Do fim do século IV a.C. ao fim do século III a.C., quando a filosofia busca reunir e sistematizar tudo quanto foi pensado pela cosmologia e pelas investigações sobre a ação humana na ética, na política e nas técnicas. A filosofia se interessa em mostrar que tudo pode ser objeto do conhecimento filosófico, desde que as leis do pensamento e de suas demonstrações estejam firmemente estabelecidas para oferecer os critérios da verdade e da ciência. Nesse período desenvolvem-se a teoria do conhecimento, a psicologia e a lógica. Além disso, os filósofos procuram encontrar o fundamento último de todas as coisas ou da realidade inteira, e essa investigação, séculos mais tarde, foi designada com o nome de metafísica.
Helenístico ou Greco-romano	Do fim do século III a.C. ao século VI d.C. Nesse longo período, que abrange a época do domínio mundial de Roma e do surgimento do cristianismo, a filosofia se ocupa, sobretudo com as questões da ética, do conhecimento humano e das relações entre o homem e a natureza, e de ambos com Deus.

FONTE: Chauí e Oliveira (2010, p. 30)

O primeiro período, ou seja, o pré-socrático é direcionado ao entendimento do mundo a partir de sua origem, e de uma tentativa de explicar os fenômenos naturais. Assim, é baseado no modo de pensar cosmológico.

Este tempo é chamado de pré-socrático em referência ao filósofo ateniense Sócrates, considerado amplamente influente e importante, mas que também introduziu uma nova problemática na discussão filosófica, a problemática humana (ética, política). Assim, os filósofos anteriores a ele são considerados pré-socráticos.

Os registros deste período constituem uma dificuldade para os historiadores e pesquisadores desta temática, pois muitos deles se perderam na Antiguidade. Assim, o conhecimento dos textos destes filósofos se dá por vias indiretas, até porque nesta época a filosofia era compreendida como debate, discussão, não necessariamente gerando textos escritos. A linguagem falada se sobrepunha à escrita (MARCONDES, 2010).

No entanto, apesar de em alguns casos existirem apenas fragmentos textuais, é possível por meio destas fontes, reconstituir o pensamento difundido na época, e os entendimentos estabelecidos no período, como a cosmologia.

A cosmologia é uma explicação sobre fatores como a origem do mundo e as transformações naturais, baseada na racionalidade e desenvolvida de forma sistemática. Com estas explicações, os filósofos também desenvolvem explicações sobre a origem e as transformações humanas.

Neste período também se procurava encontrar o princípio natural gerador de todos os seres. Ou seja, buscava-se o princípio imortal, eterno, que dava origem a todos os seres. Para a cosmologia o mundo não é criado a partir do nada, e sim elaborado a partir de um princípio natural, de onde tudo vem e para onde tudo retorna (CHAUÍ; OLIVEIRA, 2010).

Este princípio foi chamado *physis* (surgido de verbo que significa fazer surgir) e seria o causador da existência dos seres e de suas transformações.

A *physis* não pode ser conhecida pela percepção sensorial (esta só nos oferece as coisas já existentes), mas apenas pelo pensamento. Em outras palavras, ela é aquilo que o pensamento descobre quando indaga qual é a causa da existência e da transformação de todos os seres percebidos. A *physis* é a natureza tomada em sua totalidade, isto é, a natureza entendida como princípio e causa primordial da existência e das transformações das coisas naturais (os seres humanos aí incluídos) e entendida como o conjunto ordenado e organizado de todos os seres naturais ou físicos (CHAUÍ; OLIVEIRA, 2010, p. 31).

Segundo os pensadores do período, a *physis*, embora dê origem a todos os seres e a toda a sua variedade, é imperecível. Assim, é um princípio gerador imortal, diferentemente das criaturas que gera, que são perecíveis. As coisas físicas são mortais, mas seu princípio gerador não.

Além disso, a *physis* é imutável, no entanto, os seres que ela gerou são seres que passam por transformações (o quente esfria, o novo envelhece, o verão dá lugar ao outono, a semente torna-se árvore etc.). Estas mudanças dizem respeito às suas qualidades, e há também as mudanças de quantidade (o pequeno cresce; o longe fica perto pela aproximação etc.). Assim, há sempre mudanças no mundo, mas este se mantém estável no que diz respeito à forma, ordem e estabilidade (CHAUÍ; OLIVEIRA, 2010).

A mudança está associada à ideia de movimento, que não é, para os gregos, apenas a mudança de lugar de algo, mas também qualquer mudança de um ser, como seu nascimento, por exemplo.

As coisas naturais se movem ou são movidas por outros e o mundo está em movimento ou transformação permanente. O movimento das coisas e do mundo chama-se devir, e o devir segue leis rigorosas que o pensamento conhece. Essas leis são as que mostram que toda mudança é a passagem de um estado ao seu contrário: dia-noite, claro-

escuro, quente-frio, seco-úmido, novo-velho, pequeno-grande, bom-mau, cheio-vazio, um-muitos, vivo-morto etc., e também no sentido inverso, noite-dia, escuro-claro, frio-quente, muitos, um etc. (CHAUÍ; OLIVEIRA, 2010, p. 31).

Este devir sobre o qual os pré-socráticos filosofavam era a passagem de algo ao seu estado contrário, e esta mudança ocorria obedecendo a leis determinadas pela *physis*. A grande discussão permanecia acerca do que era efetivamente este princípio gerador denominado *physis*. Os filósofos da época, como veremos no próximo item deste tópico, possuíam diferentes análises a esse respeito. Enquanto para Pitágoras esse princípio era o número, para Heráclito era o fogo, por exemplo.

Em virtude destas diferentes formas de pensar diferenciadas, o período pré-socrático foi dividido com base nos filósofos, dando origem às chamadas escola jônica e escola italiana. Além disso, existe também, posteriormente, uma segunda fase do pensamento pré-socrático.

Os filósofos pré-socráticos discutem de maneira racional sobre a natureza, distanciando-se das explicações míticas do período anterior. A cosmogonia, típica do pensamento mítico, é descritiva e explica como do caos surge o cosmo, a partir da geração dos deuses, identificados às forças da natureza. Já na cosmologia, as explicações rompem com o mito: a *arché* (princípio_ não se encontra na ordem do tempo mítico, mas significa princípio teórico, fundamento de todas as coisas). Daí a diversidade de escolas filosóficas, que dão origem a explicações conceituais, e, portanto abstratas, muito diferentes entre si (ARANHA; MARTINS, 2003, p. 119).

Nas explicações de Marcondes (2010, p. 31) encontramos a seguinte divisão:

Escola jônica: caracteriza-se, sobretudo, pelo interesse pela *physis*, pelas teorias sobre a natureza.

- Tales de Mileto e seus discípulos, Anaximandro e Anaxímenes, que formam a assim chamada Escola de Mileto.
- Xenófanes de Colofon.
- Heráclito de Éfeso.

Escola italiana: caracteriza-se por uma visão de mundo mais abstrata, menos voltada para uma explicação naturalista da realidade, renunciando, em certo sentido, o surgimento da lógica e da metafísica, sobretudo no que diz respeito aos eleatas.

- Pitágoras de Samos, Alcmeon de Crotona, Filolau de Crotona, e a escola pitagórica.
- Parmênides de Eleia, e a escola eleática: Zenão de Eleia e Melisso de Samos.

A segunda fase do pensamento pré-socrático é chamada de pluralista, e inclui: Anaxágoras de Clazômena, Escola atomista: Leucipo de Abdera e Demócrito de Abdera, Empédocles de Agrigento.

Acerca destas classificações, bem como sobre a denominação de pré-socráticos, Chauí (2002, p. 53) destaca que:

Os historiadores da filosofia grega costumam distinguir, no período pré-socrático (século VI a.C.), quatro grandes tendências ou escolas que não são sucessivas, mas, em geral, coexistentes, embora os continuadores não mantenham a totalidade das ideias dos fundadores. São pré-socráticos pelos temas que abordam e não porque todos os seus membros teriam nascido e vivido antes de Sócrates. Tanto assim que Anaxágoras, um dos últimos pré-socráticos, era mais jovem do que o sofista Protágoras; o eleata Zenão encontrou-se com o jovem Sócrates, e o pitagórico Árcitas foi amigo de Platão. As escolas pré-socráticas são assim designadas para indicar aquele pensamento cuja preocupação central e cuja investigação principal eram a *physis*. São as escolas de cosmologia ou de física (no sentido grego desse termo).

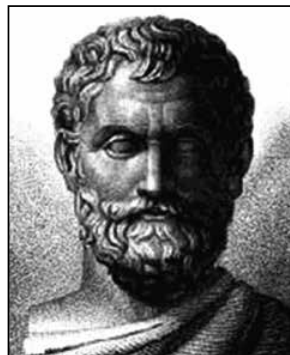
Assim, destacam-se as escolas jônica, pitagórica ou itálica, eleata e atomista, e por último a escola da pluralidade. Em cada um destes grupos havia pensadores que explicavam o mundo de diferentes formas. No próximo tópico veremos como os principais filósofos deste período pensavam o mundo.

5 PENSADORES PRÉ-SOCRÁTICOS

Nesta seção, você conhecerá os pensamentos de alguns filósofos pré-socráticos: Tales de Mileto, Anaximandro, Pitágoras de Samos, Heráclito de Éfeso, Parmênides de Eleia e Empédocles de Agrigento. Existem mais pensadores desta época, no entanto, a partir da compreensão destes, você conseguirá entender como funciona a racionalidade dos pré-socráticos. Estes entendimentos sobre o pensamento dos autores são uma síntese do que nos apresenta Chauí (2002).

5.1 TALES DE MILETO

FIGURA 2 – TALES DE MILETO



FONTE: Disponível em: <<http://www.mundoeducacao.com/filosofia/origem-filosofia.htm>>. Acesso em: 20 out. 2013.

Tales de Mileto foi um dos primeiros filósofos a indagar sobre o princípio de todo o universo, sobre o início de todas as coisas. Para ele, a água ou o úmido é este princípio gerador. A *physis*, portanto, para Mileto era a água.

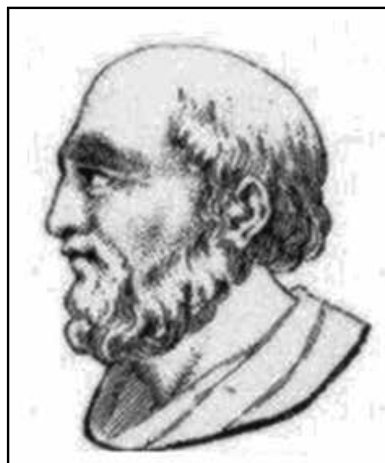
Esta conclusão foi elaborada, provavelmente, em virtude de cinco situações (CHAUÍ, 2002):

- A água muda de estado e forma com frequência, vemos estas modificações sem que ela perca sua identidade: passa pelos estados líquido, sólido, gasoso. A evaporação faz pensar que a água é a causa do céu e a chuva que a água é a causa da terra.
- A água vincula-se à vida: as sementes e o sêmen são úmidos, os cadáveres vão secando. O vivo é úmido e o morto, ressecado, portanto.
- Tales teria viajado pelo Egito e notado como após as cheias do Rio Nilo o solo antes pobre tornava-se produtivo, entendendo que a água seria o princípio das plantas.
- Fósseis de animais marinhos teriam feito-o pensar que um dia todo o mundo fosse água e a vida animal teria sido causada por ela.
- A mitologia grega falava no rio Oceano que circundava o mundo, ele pode ter dado uma explicação racional para o mito.

Assim, a partir destas observações e inferências, Tales de Mileto argumentou que o princípio de todas as coisas era a água, uma nova forma de explicar o mundo a partir do raciocínio, utilizando métodos filosóficos.

5.2 ANAXIMANDRO

FIGURA 3 – ANAXIMANDRO



FONTE: Disponível em: <<http://www.literasofando.com/2013/08/filosofando-anaximandro.html>>. Acesso em: 20 out. 2013.

Para Anaximandro a *physis* é algo ilimitado, indefinido, não se trata de um elemento ou de uma qualidade. Para ele, existe uma ordem no tempo que funciona da seguinte forma: os elementos se separam do princípio, formam a multiplicidade de coisas e depois retornam ao princípio.

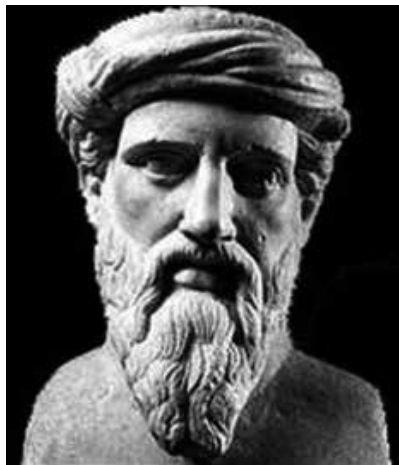
A oposição é muito importante no pensamento de Anaximandro, ele se espantava com as oposições que formavam o mundo: o mar úmido que se torna ar ao evaporar; as diferenças entre os animais que estão na água, no ar e na terra; as diferenças entre os homens.

O mundo, portanto, surge de um movimento circular que causa separações no indeterminado, que originam primeiro duas qualidades opostas (quente/frio) que dão origem ao fogo e ar. Depois, separam-se o seco e o úmido, que causam a terra e a água.

Estes quatro elementos se combinam a partir de lutas e os resultados destas lutas originam tudo o que há no universo, e terminará quando tudo for reabsorvido pelo chamado “indeterminado” ou “*ápeiron*”.

5.3 PITÁGORAS DE SAMOS

FIGURA 4 – PITÁGORAS DE SAMOS



FONTE: <<http://www.ghtc.usp.br/server/Sites-HF/Conrado/>>. Acesso em: 20 out. 2013.

Para Pitágoras, o princípio gerador de todas as coisas, a *physis*, era o número. Diz-se que ele ouviu os sons da lira com frequência, e percebeu que havia certas regras para a formação de acordes. Assim, a harmonia era formada pela concordância dos sons, ou expressões numéricas (proporções). Portanto, se o som era constituído por proporções ordenadas, por que o restante do mundo não seria

assim também, ou seja, número? Desta forma, ele compreendia o mundo como uma ordenação numérica.

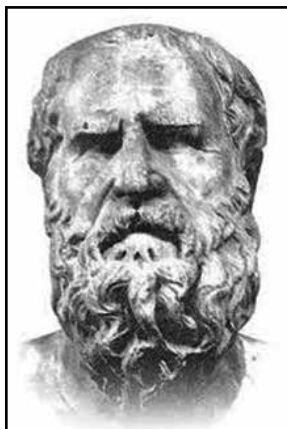
Como as proporções é que regeriam a música, Pitágoras indicava que o mundo possuía uma música universal, e que só não a percebemos porque estávamos no universo desde que nascemos, então não passamos pelo contraste do silêncio para percebê-la.

Esta estrutura harmônica do mundo e numérica estaria presente também na alma, pois ela seria composta por vários elementos discordantes, e era preciso que os contrários que a constituem fossem regulados, e isso poderia ocorrer por meio da música, de forma terapêutica.

Os pitagóricos, conforme análises históricas, inventaram a geometria e relacionaram-na com o surgimento de todas as coisas. Cada figura geométrica teria gerado um elemento no mundo, pois elas eram determinações numéricas perfeitas.

5.4 HERÁCLITO DE ÉFESO

FIGURA 5 – HERÁCLITO DE ÉFESO



FONTE: Disponível em: <<http://criticaehistoria.blogspot.com.br/2011/05/heraclito-de-efeso-pre-socratico.html>>. Acesso em: 20 out. 2013.

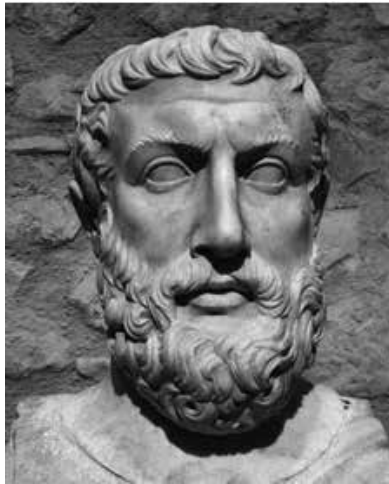
Heráclito é autor do famoso fragmento que, traduzido, indica que pensava que nunca poderemos entrar no mesmo rio, pois ele nunca será mais o mesmo. O movimento de suas águas o mudará constantemente. Para ele, o mundo está continuamente em mudança, e qualquer tipo de permanência é ilusão. A realidade verdadeira seria o movimento, pois tudo flui: o dia anoitece, o sono desperta, a criança envelhece.

Uma força em movimento que seria o princípio gerador de todas as coisas para Heráclito, ele chama a *physis* de fogo primordial. Este fogo aconteceria conforme a medida necessária para a ordem do mundo, sempre que uma medida se apaga, outra se acende. Por exemplo, quando a água evapora, as nuvens surgem.

Para Heráclito o ser é múltiplo porque se constitui de oposições internas, e o fluxo do movimento não é mantido apenas pelos novos seres que surgem, mas sim pela luta dos contrários. E este dinamismo relaciona-se à metáfora do fogo, instável e símbolo da agitação, pois sempre apaga ou acende.

5.5 PARMÊNIDES DE ELEIA

FIGURA 6 – PARMÊNIDES DE ELEIA



FONTE: <<http://netnature.wordpress.com/2011/01/04/historia-da-filosofia/>>. Acesso em: 20 out. 2013.

Parmênides modifica a forma de pensamento acerca da essência das coisas, pois para ele é impensável que um mesmo ser seja e não seja ao mesmo tempo. Se o ser é, o seu contrário não é. Este é o chamado princípio da identidade.

Assim ele conclui que o ser é único, imóvel, imutável e infinito. Mas como existe o movimento do mundo? Ele explica isso dividindo o mundo: haveria um mundo sensível, no qual existe o movimento (ou seja, as coisas mudam, transformam-se), e haveria o mundo inteligível, que não admite contradições e que é o verdadeiro mundo.

Isso desencadeou uma identidade entre o ser e o pensar, pois o que existe fora de mim seria então idêntico ao meu pensamento, ao passo que o que eu não conseguir pensar não pode ser realidade.

Parmênides é o primeiro dos filósofos a descrever seu pensamento no formato de poemas.

5.6 EMPÉDOCLES DE AGRIGENTO

FIGURA 7 – EMPÉDOCLES DE AGRIGENTO



FONTE: <<http://guilhermodavoli.blogspot.com.br/2009/07/empedocles-de-agrigento.html>>. Acesso em: 20 out. 2013.

Empédocles era médico, e suas práticas na medicina influenciaram sua forma de explicar o mundo. Para ele, a *physis* não é um princípio gerador único, ela é plural. Sua composição seria de quatro raízes perpassadas por duas forças corpóreas que unem (amor ou amizade) ou separam (ódio ou discórdia) todas as coisas.

Na medicina da época, compreendia-se que o corpo era formado por quatro líquidos, chamados humores, que combinados formavam o temperamento de cada pessoa. Esta combinação equilibrada constituía saúde, e o desequilíbrio seria a doença.

A vida se daria a partir da mistura destes elementos, enquanto que a morte seria a separação deles. Assim, cada raiz é imutável, mas sua união com as outras pode ser modificada, e os seres desaparecem quando isto ocorre. As forças do amor fazem com que as raízes se unam e tenham vida, e as forças do ódio são responsáveis pela desagregação, ou seja, pela morte.

Assim ele também compreende o mundo, inicialmente todas as raízes misturadas, até que a força do ódio consiga separá-las, e o mundo só pode ser organizado novamente pela força do amor.



Quer conhecer mais o pensamento pré-socrático? Veja o livro "Os filósofos pré-socráticos", de Gerd A. Bornheim, Editora Cultrix.

RESUMO DO TÓPICO 1

Neste tópico você viu que:

- Antes do surgimento de formas de pensar o mundo baseadas na ciência ou na filosofia, os agrupamentos humanos já possuíam seus meios para explicar os fenômenos e as ocorrências do mundo. Estas formas constituíam sua cultura, baseada em explicações como contos e lendas, que supriam sua necessidade de compreensão do mundo.
- Os mitos narram também a origem do mundo, e preocupam-se em explicar tudo o que nele existe. Isto acontece de três formas principais: 1) Identificação de pai e mãe das coisas e dos seres, pois tudo o que existe seria em decorrência de um relacionamento, inclusive de ordem sexual, entre forças divinas. 2) Por meio de uma rivalidade ou uma aliança entre os deuses, da qual se origina uma consequência, que é alguma coisa do mundo. 3) Indicando as recompensas ou castigos direcionados pelos deuses para quem desobedece ou obedece às forças divinas.
- As explicações míticas a respeito do mundo foram deixadas de lado gradativamente pela humanidade, substituindo aquilo que convencionou chamar-se de pensamento mítico pelo chamado pensamento filosófico.
- A filosofia passa a ser a base de um novo tipo de entendimento e compreensão do mundo, no qual os fenômenos são analisados a partir da racionalidade, e não mais utilizando histórias e personagens míticos.
- O período pré-socrático é direcionado ao entendimento do mundo a partir de sua origem, e de uma tentativa de explicar os fenômenos naturais. Assim, é baseado no modo de pensar cosmológico.
- Segundo os pensadores pré-socráticos, a *physis*, embora dê origem a todos os seres e a toda a sua variedade, é imperecível. Assim, é um princípio gerador imortal, diferentemente das criaturas que gera, que são perecíveis. As coisas físicas são mortais, mas seu princípio gerador não.
- Principais filósofos pré-socráticos: Tales de Mileto, Anaximandro, Pitágoras de Samos, Heráclito de Éfeso, Parmênides de Eleia e Empédocles de Agrigento.

AUTOATIVIDADE



Agora é sua vez de sintetizar a transição do pensamento mítico para o pensamento pré-socrático: elabore um texto explicando como os mitos tornaram-se as principais explicações sobre a realidade. Apresente um exemplo de mito diferente dos que estão expostos no Caderno de Estudos (utilize livros ou internet como fontes de busca) e descreva como se passa do pensamento mítico ao pensamento pré-socrático.

PENSAMENTO CLÁSSICO E MEDIEVAL

1 INTRODUÇÃO

O pensamento pré-socrático foi substituído pelo chamado pensamento clássico, estudado ainda na atualidade por ter fundamentado as bases de pensamentos posteriores. É no período clássico que temos autores muito conhecidos como Sócrates, Platão e Aristóteles.

O pensamento de Sócrates foi tão determinante que sua vida tornou-se um divisor na filosofia, por isso temos os chamados pré-socráticos, ou seja, emissores do pensamento anterior à mudança de perspectiva provocada por Sócrates.

Começaremos este tópico estudando os sofistas, grupos de estudiosos que utilizavam a retórica para educar os jovens, inserindo-os na arte da persuasão, a fim de que se saíssem bem em debates públicos. Os debates públicos eram muito importantes na época, pois era neles que se definia o futuro das cidades.

Prosseguindo, veremos como o pensamento socrático modifica a perspectiva das análises sobre a realidade, a partir do famoso “conhece-te a ti mesmo”. Sócrates foi tão fiel à sua filosofia que preferiu a sentença de morte a ter que renunciar seus ensinamentos. Seu discípulo fiel, Platão, também será estudado neste item, bem como Aristóteles. Assim concluímos os estudos sobre os principais autores do pensamento clássico.

Seguiremos compreendendo como ocorreu a transição deste tipo de mentalidade clássica para uma mentalidade medieval, na qual os filósofos buscavam discutir ideias da Igreja da época a partir de argumentos da filosofia. Assim, a filosofia era buscada para legitimar a existência de Deus e apresentar argumentos a favor de seus dogmas.

Há diversos representantes do pensamento medieval, dos quais estudaremos Santo Agostinho e São Tomás de Aquino. Ambos estão ligados às formas de pensar intituladas de patrística e escolástica, respectivamente, sendo influenciados pelas obras dos pensadores clássicos.

Então vamos lá, boa leitura!

2 OS SOFISTAS

Conforme a divisão de períodos da Filosofia que vimos anteriormente, posterior ao período pré-socrático, temos o período socrático ou chamado de antropológico. Este período é caracterizado por um grande apogeu dos gregos e da cidade de Atenas. Ela foi, neste tempo, o centro cultural, político e social da Grécia.

Com esta situação, houve um grande desenvolvimento da chamada democracia, que na época constituía-se pela afirmação da igualdade de todos os homens perante as leis e indicava que todos os homens poderiam participar do governo da cidade, que era denominada *polis*.

Este modo de governo compartilhado permitiu que todos os homens tivessem o direito de exprimir suas opiniões sobre as decisões acerca da cidade, bem como de participar de discussões sobre tais decisões. Surge, portanto, um homem político, envolvido diretamente com o governo da cidade, e com a possibilidade de debater decisões políticas, que passa a ser chamado de cidadão.

Antes da legitimação desta democracia, o domínio das cidades era exercido por famílias de aristocratas, senhores das terras e do poder militar. Estas famílias criaram com o ideal de educação o guerreiro, que deveria ser belo e bom. Belo em virtude da formação do corpo pela ginástica e jogos de guerra, e bom por apresentar virtudes admiradas pelos deuses, tais como a coragem, por exemplo (CHAUÍ; OLIVEIRA, 2010).

Esta situação perdurou enquanto a economia agrária predominava, no entanto, na medida em que o artesanato e o comércio superaram este formato econômico, surge uma classe social urbana que deseja exercer o poder político, em substituição à classe aristocrática. Assim, o cidadão gradativamente passa a exercer este poder.

Para tal, o entendimento do que era a educação ideal modificou-se. O belo e bom foi substituído pelo cidadão, que exerce sua cidadania opinando, discutindo e votando (CHAUÍ; OLIVEIRA, 2010). Para isso, o mais importante era saber falar em público e saber persuadir as pessoas. “Ora, para conseguir que sua opinião fosse aceita nas assembleias, o cidadão precisava saber falar e ser capaz de persuadir os demais. Com isso, uma mudança profunda vai ocorrer na educação grega” (CHAUÍ; OLIVEIRA, 2010, p. 32).

É neste contexto que se modifica a educação dos poetas, sendo substituída por uma educação baseada na formação do bom orador, do cidadão. Assim, surgem os sofistas, primeiros filósofos do período socrático e responsáveis por educar os jovens na habilidade da persuasão.

Que diziam e faziam os sofistas? Diziam que os ensinamentos dos filósofos cosmologistas estavam repletos de erros e que não tinham utilidade para a vida da polis. Apresentavam-se como mestres de

oratória ou de retórica, afirmando ser possível ensinar aos jovens tal arte para que fossem bons cidadãos. Que arte era essa? A arte da persuasão. Os sofistas ensinavam técnicas de persuasão aos jovens, que aprendiam a defender a posição ou opinião A, depois a posição ou opinião contrária, não A, de modo que, numa assembleia, soubessem ter fortes argumentos a favor ou contra uma opinião e ganhassem a discussão (CHAUI; OLIVEIRA, 2010, p. 32).

As técnicas dos sofistas ensinavam a convencer o interlocutor na situação de debate, por meio da passividade dele, ou por meio da emoção. Ensinavam a transformar argumentos, fazendo com que os mais frágeis se tornassem mais fortes, e pretendiam que os alunos aprendessem a convencer sobre qualquer coisa, independente do que se tratava.

Os sofistas cobravam por seus ensinamentos, e ensinavam quem pudesse pagar (ou seja, integrantes da classe que pretendia exercer o poder na *polis*, formada pelos comerciantes e artesãos), dizendo que possuíam um saber universal. Este saber se resumia a conseguir refutar os adversários de debates.

Alguns sofistas viveram no mesmo período que Sócrates, filósofo importantíssimo para a filosofia que iremos conhecer na próxima seção deste Caderno de Estudos. Eles, inclusive, foram interlocutores em algumas situações. Alguns sofistas bastante conhecidos foram: Protágoras de Abdera, Górgias de Leôncio, Híppias de Élis, Trasímaco, Pródico, Hipódamos (ARANHA; MARTINS, 2003).

A palavra *sofista*, etimologicamente, vem de *sophos*, que significa “sábio”, ou melhor, “professor de sabedoria”. Posteriormente adquire o sentido pejorativo daquele que emprega sofismas, ou seja, alguém que usa de raciocínio capcioso, de má-fé, com intenção de enganar. *Sophisma* significa “sutileza de sofista” (ARANHA; MARTINS, 2003, p. 120, grifos do original).

Das obras dos sofistas também restam apenas fragmentos (assim como dos pré-socráticos) e interpretações e registros de alguns filósofos sobre eles (às vezes, tendenciosos). Eles fizeram críticas a Platão e Sócrates, portanto, costumam ser mal-interpretados. No entanto, foram importantes para modificações na época.

Segundo Aranha e Martins (2003, p. 120):

São muitos os motivos que levaram à visão deturpada sobre os sofistas que a tradição nos oferece. Em primeiro lugar, há enorme diversidade teórica entre os pensadores reunidos sob a designação de sofista. Talvez o que possa identificá-los é o fato de serem considerados sábios e pedagogos. Vindos de todas as partes do mundo grego, ocupam-se de um ensino itinerante pelos locais em que passam, mas não se fixam em lugar algum. Deve-se a isso o gosto pela crítica, o exercício do pensar resultante da circulação de ideias diferentes.

Segundo Jaeger, historiador da filosofia, os sofistas exercem influência muito forte, vinculando-se à tradição educativa dos poetas Homero e Hesíodo. Os sofistas são importante contribuição para a sistematização do ensino, formando um currículo de estudos: gramática (da qual são iniciadores), retórica e dialética; por influência dos pitagóricos, desenvolvem a aritmética, a geometria, a astronomia e a música.

Para escândalo de seus contemporâneos, costumavam cobrar pelas aulas e por esse motivo Sócrates os acusa de “prostituição”. Cabe aqui um reparo: na Grécia Antiga, apenas a aristocracia se ocupava com o trabalho intelectual, pois gozava do ócio, ou seja, da disponibilidade de tempo, já que o trabalho manual, de subsistência, era ocupação dos escravos. Ora, os sofistas, geralmente pertencentes à classe média, fazem das aulas o seu ofício, por não serem suficientemente ricos para se darem ao luxo de filosofarem. Se alguns sofistas de menor valor intelectual pudessem ser chamados de “mercenários do saber”, isso na verdade era acidental, não se aplicando à maioria.

Os sofistas elaboram o ideal teórico da democracia, valorizada pelos comerciantes em ascensão, cujos interesses passam a se contrapor aos da aristocracia rural. Nessas circunstâncias a exigência que os sofistas vêm satisfazer é de ordem essencialmente prática, voltada para a vida, pois iniciam os jovens na arte da retórica, instrumento indispensável na assembleia democrática, e os deslumbram com o brilhantismo da participação no debate público.

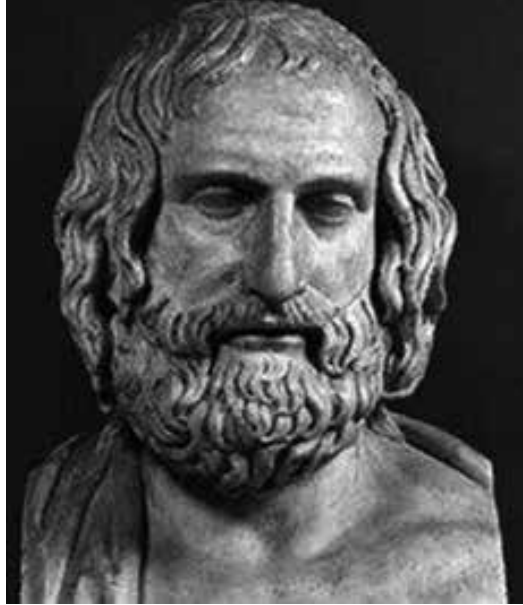
Se foram acusados pelos seus detratores de pronunciarem discursos vazios, essa fama se deu à excessiva atenção dada por alguns deles ao aspecto formal da exposição e da defesa das ideias, na medida em que se acham convencidos de que a persuasão é o instrumento por excelência do cidadão na cidade democrática. Os melhores deles, no entanto, buscam aperfeiçoar os instrumentos da razão, ou seja, a coerência e o rigor da argumentação, porque não basta dizer o que se considera verdadeiro, é preciso demonstrá-lo pelo raciocínio. Pode-se dizer que aí se encontra o embrião da lógica, mais tarde desenvolvida por Aristóteles.

Quando Protágoras, um dos mais importantes sofistas, diz que “o homem é a medida de todas as coisas”, esse fragmento deve ser entendido não como expressão do relativismo do conhecimento, mas como exaltação da capacidade de construir a verdade: o *logos* não mais é divino, mas decorre do exercício técnico da razão humana.

Encerrando esta seção, vamos conhecer com maiores detalhes dois sofistas bastante conhecidos, cujas ideias encontramos ainda atualmente sendo discutidas: Protágoras e Górgias.

2.1 PROTÁGORAS

FIGURA 8 – PROTÁGORAS



FONTE: <<http://orandomico.wordpress.com/2010/11/09/protagoras-de-abdera/>>. Acesso em: 20 out. 2013.

Platão sugere que Protágoras tenha sido o primeiro a adotar a nomenclatura de sofista, e também o primeiro a cobrar pelos seus serviços de ensino.

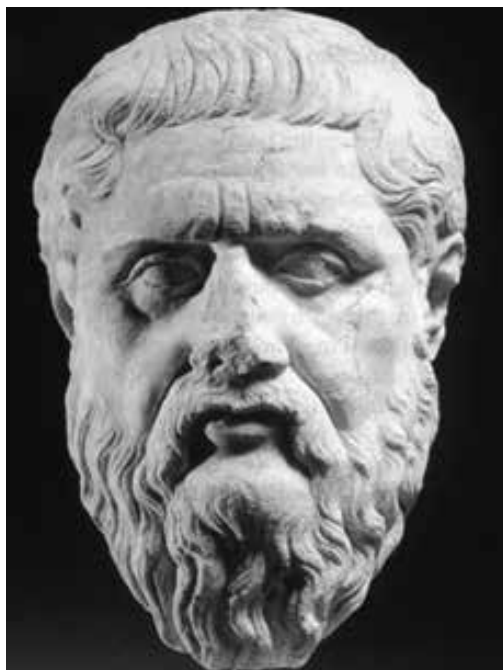
É de Protágoras o pensamento de que “o homem é a medida de todas as coisas”, ou seja, para ele a realidade passa pelo homem, o que quer dizer que a própria realidade pode ser relativa, dependendo sempre da interpretação dada pelo homem a partir de seus sentidos. Um exemplo seria quando estamos com frio em um local, caso alguém esteja junto afirmando sentir calor, não seria possível dizer que ela está errada, pois é sua percepção.

Segundo ele, do ponto de vista da lógica todos os argumentos são válidos, e dessa forma, a habilidade retórica é que faria com que uma pessoa se saísse melhor em um debate, ou seja, o resultado de uma discussão depende do uso destes argumentos.

A força de um indivíduo, portanto, estaria em sua capacidade de utilizar as habilidades da retórica para vencer debates, e assim dominaria outros indivíduos. Portanto, era preciso ensinar às novas gerações a retórica, para que fizessem uso e pudessem ter virtudes políticas.

2.2 GÓRGIAS

FIGURA 9 – GÓRGIAS



FONTE: Disponível em: <<http://frasesdofilosofo.blogspot.com.br/2013/03/frases-do-filosofo-gorgias.html>>. Acesso em: 20 out. 2013.

Górgias nasceu na Sicília e foi discípulo de Empédocles, e ficou bastante conhecido por sua habilidade de eloquência, tornando-se famoso após discursar na Assembleia do Povo, em Atenas.

Ele é adepto da descrença na razão principal, defendendo que não existe moral, hierarquia de valores, pois a verdade não existe, ela seria uma ilusão. A verdade absoluta não é possível de ser alcançada, pois a razão resolve as situações vividas no momento, no entanto, não pode garantir a verdade de coisas que não podem existir. E como é possível pensar em algo que não pode existir, deve haver uma separação entre o que pensamos e o que de fato é. “Podemos pensar o inexistente e dizer o inexistente, que o pensamento pode pensar irrealidades e a linguagem pode dizer irrealidades, e que, em contrapartida, não é necessário e inevitável que a realidade possa ser pensada (conhecida e comunicada, proferida)” (CHAUÍ, 2002, p. 175).

A ausência da verdade absoluta permite que as palavras estejam desligadas do ser, portanto, podem ser utilizadas para sugerir, fazer crer ou persuadir as pessoas. Desta forma, as palavras são utilizadas pela retórica na política, com interesses práticos.



Para ter acesso a mais informações a respeito dos sofistas, veja o livro "O movimento sofista", obra de KERFERD, G. B. Publicado no Brasil pela Editora Loyola, em 2004.



3 SÓCRATES, PLATÃO, ARISTÓTELES E O PENSAMENTO CLÁSSICO

Os sofistas foram rejeitados por muitos filósofos em virtude de sua defesa da verdade relativa, e da valorização da retórica e de discursos que mudavam de posicionamento conforme as vantagens oferecidas por cada situação. Um dos críticos desta forma de pensamento foi Sócrates.

Ele não considerava os sofistas como filósofos, pois afirmava que estes não possuíam amor pela sabedoria e respeito pela verdade, já que defendiam qualquer ideia que trouxesse vantagens em discussões. Faziam, portanto, o erro valer tanto quanto a verdade, o que Sócrates não considerava correto (CHAUÍ; OLIVEIRA, 2010).

O único ponto com o qual Sócrates concordava dizia respeito à forma como os sofistas encaravam a educação, pois a educação tradicional voltada ao guerreiro belo e bom não supria mais as necessidades da época. Por outro lado, os filósofos cosmologistas da época também não solucionavam esta questão.

Sócrates privilegia as questões morais, por isso o vemos em muitos diálogos perguntando em que consiste a coragem, a covardia, a piedade, a justiça e assim por diante. Considerando as diversas manifestações de coragem, quer saber o que é a "coragem em si", o universal que a representa. Observamos então que a filosofia nascente precisa inventar palavras novas ou usar as antigas dando-lhes sentido diferente: Sócrates utiliza o termo *logos*, que na linguagem comum significa "palavra", "conversa", e que no sentido filosófico passa a significar "a razão que se dá de algo", ou mais propriamente, o conceito (ARANHA; MARTINS, 2003, p. 121).

Como já vimos, Sócrates é considerado um divisor de águas na filosofia, justamente porque se posiciona em oposição tanto aos sofistas quanto aos filósofos da época. Ele propôs formas de pensar totalmente inovadoras.

Para ele, antes de querer conhecer as coisas e a realidade, ou persuadir outras pessoas, todos deveriam conhecer a si próprios. Seria a execução de sua máxima tão famosa: “Conhece-te a ti mesmo”. O autoconhecimento seria, portanto, a condição necessária para que se chegasse a outros tipos de conhecimento verdadeiros.

Além disso, Sócrates perguntava às pessoas qual era o fundamento racional daquilo que acreditavam, questionando conceitos, virtudes, crenças. Ao fazer estes questionamentos, as pessoas pensavam que ele responderia, mas ele apenas indicava que também não sabia as respostas, consagrando outra de suas máximas “Só sei que nada sei” (CHAUÍ; OLIVEIRA, 2010).

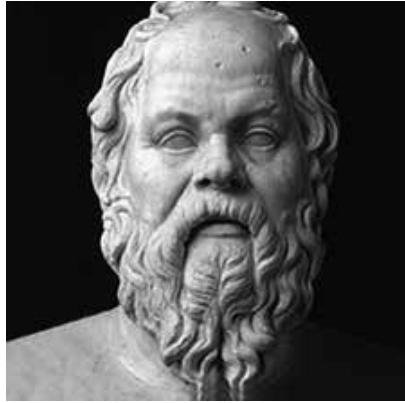
Assim, a busca do saber que deve ser percorrida pelas pessoas deve iniciar pela admissão da própria ignorância, e só desta forma se poderia alcançar verdades reais.

Por essa razão seu método começa pela fase considerada “destrutiva”, a ironia, termo que em grego significa “perguntar”. Diante do oponente que se diz conhecedor de determinado assunto, Sócrates afirma inicialmente nada saber. Com hábeis perguntas, desmonta as certezas até o outro reconhecer a própria ignorância. A segunda etapa do método chama-se maiêutica (em grego, “parto”), nome dado em homenagem a sua mãe, que era parteira: segundo Sócrates, se ela fazia parto de corpos, ele “dava à luz” ideias novas. Dessa forma, por meio de perguntas, destrói o saber constituído para reconstruí-los na procura da definição do conceito. Esse processo está bem ilustrado nos diálogos de Platão, e é bom lembrar que, no final, nem sempre Sócrates tem a resposta: ele também se põe em busca do conceito e às vezes as discussões não chegam a conclusões definitivas (ARANHA; MARTINS, 2003, p. 121).

Sócrates nunca escreveu, seus ensinamentos foram registrados por seus discípulos. Como Sócrates fazia os jovens de Atenas pensar, tornou-se do ponto de vista dos poderosos que dominavam a cidade na época, uma ameaça. É mais fácil manipular uma massa humana que não questione e aceite as coisas como estão, do que uma massa que pense e procure questionar a realidade. Por essa razão, foi acusado de corromper a juventude e desrespeitar os deuses, violando as leis, e obrigado a cometer suicídio ingerindo um veneno, a cicuta (CHAUÍ; OLIVEIRA, 2010).

Ele preferiu a morte à renúncia da filosofia, pois caso optasse por se defender certamente o obrigariam a parar de filosofar. Assim, ele optou por não se defender das acusações, afirmando que não as aceitava e preferindo cometer suicídio a deixar seus pensamentos.

FIGURA 10 – SÓCRATES



FONTE: <<http://misteriosdomundo.com/importantes-pensadores-socrates>>. Acesso em: 20 out. 2013.



Quer estudar mais sobre Sócrates? Veja o livro “Sócrates em 90 minutos”, uma excelente síntese da vida e obra deste grande filósofo. De autoria de Paul Strathern, pertence à coleção Filósofos em 90 minutos, e foi traduzido e publicado pela editora Zahar, em 1998.



Platão foi discípulo de Sócrates e, como mencionado anteriormente, registrou os pensamentos de seu mestre, já que este não escrevia suas ideias. Também viveu em Atenas. Uma de suas obras mais famosas é o diálogo “A República”. Nesta obra está exposto o mito da caverna, explicação de Platão para a realidade, utilizada até os dias atuais em certas análises e analogias.

Platão imagina uma caverna onde pessoas estão acorrentadas desde a infância, de tal forma que, não podendo ver a entrada dela, apenas enxergam o seu fundo, no qual são projetadas as sombras das coisas que passam às suas costas, onde há uma fogueira. Se um desses indivíduos conseguisse se soltar das correntes para contemplar à luz do dia os verdadeiros objetos, ao regressar, relatando o que viu aos seus antigos

companheiros, esses o tomariam por louco e não acreditariam em suas palavras (ARANHA; MARTINS, 2003, p. 121).

Do ponto de vista epistemológico, este mito explica o que Platão considerava como a existência: duas formas de conhecimento, a sensível e a intelectual. Para ele, há dois mundos, o mundo sensível e o mundo inteligível. No primeiro temos os fenômenos, e no segundo as ideias.

O mundo sensível é o mundo do movimento, e é um mundo ilusório, pois é a sombra do mundo verdadeiro. O mundo real seria o mundo das ideias, em que estão os mais variados tipos da verdadeira realidade. Temos a representação do que é um gato, por exemplo, mas a ideia correta de gato, que é o real, pertence ao mundo das ideias.

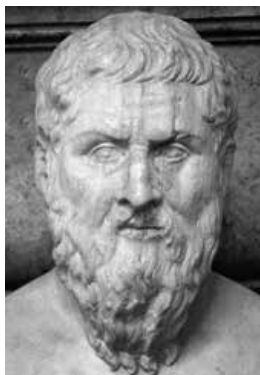
O mundo das ideias só pode ser acessado quando o mundo sensível é deixado de lado, ou seja, pela contemplação e pela eliminação dos sentidos, que interferem na ideia.

Platão rejeita como enganosa a multiplicidade do mundo e privilegia as ideias como essências existentes das coisas do mundo sensível. Ou seja, a cada “sombra” do mundo dos fenômenos corresponderia uma essência imutável no mundo das ideias. Platão confere às ideias uma existência real; portanto, trata-se menos de uma teoria idealista e mais propriamente de um realismo das ideias. Ou ainda, segundo outros, de um idealismo objetivo (ARANHA; MARTINS, 2003, p. 123).

Diante da política, Platão compreende que aquele indivíduo que consegue se libertar das correntes no mito, conhecendo a verdade, possui a obrigação de retornar para os seus e guiá-los em busca desta verdade. Este seria o sábio, que deve ensinar a governar, e dirigir a sociedade para o modelo ideal.

Ele defendia que os governantes deveriam se tornar filósofos e os filósofos deveriam se tornar governantes. Desta forma, o Estado estaria bem governado, baseado nas reflexões racionais e no conhecimento da realidade.

FIGURA 11 – PLATÃO



FONTE: Disponível em: <<http://leiovejooopino.blogspot.com.br/2011/04/platao.html>>. Acesso em: 20 out. 2013.

Aristóteles foi amigo e aluno de Platão, frequentou a escola que Platão fundou, chamada Academia. Ele criticou a ideia de que o mundo fosse separado em mundo das ideias e mundo sensível, como propôs o pensamento platônico.

Aristóteles define que o conhecimento verdadeiro é a ciência, o conhecimento pelas causas, que permite que se superem os enganos de opinião.

Aristóteles “traz as ideias do céu a terra”: rejeita o mundo das ideias de Platão, fundindo o mundo sensível e o inteligível no conceito de substância. Para ele, a substância é “aquilo que é em si mesmo”, o suporte dos atributos. Ora, quando dizemos algo de uma substância, podemos nos referir a atributos que lhe convêm de tal forma que, se lhe faltassem, a substância não seria o que é. Designamos esses atributos de essência propriamente dita, e chamamos de acidente o atributo que a substância pode ter ou não, sem deixam de ser o que é. Então, a substância individual “este homem” tem como características essenciais ou atributos pelos quais este homem é homem (Aristóteles diria, a essência do ser humano é a racionalidade) e outros, accidentais, como ser gordo, velho ou belo, atributos que não mudam o ser do homem em si (ARANHA; MARTINS, 2003, p. 123).

Além disso, Aristóteles apresenta também dois conceitos, de forma e matéria. A matéria é o princípio a partir do qual o mundo físico é feito, enquanto que a forma é o que faz como que algo seja o que é. Ambos se complementam, são indissociáveis no mundo.

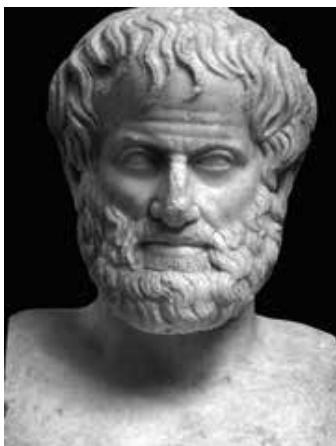
E temos ainda os conceitos de ato e potência: a potência é o que algo pode vir a ser, enquanto que o ato é o ser que está estimulando o vir a ser. Uma semente germinando é um ato, enquanto possui uma árvore em potência (ARANHA; MARTINS, 2003). As mudanças ocorrem, portanto, a partir da mudança da potência para o ato.

Essas considerações levam à distinção dos diversos tipos de movimento e às suas causas ou à teoria das quatro causas: as mudanças derivam da causa material, da causa formal, da causa eficiente e da causa final. Usando o exemplo de uma estátua, a causa material é aquilo de que a coisa é feita (mármore); a eficiente é aquilo com que a coisa é feita (o escultor); a formal é aquilo que a coisa vai ser (a forma que a estátua adquire); a final é aquilo para o qual a coisa é feita (a finalidade da estátua) (ARANHA; MARTINS, 2003, p. 124).

Foi Aristóteles que realizou a primeira grande distinção entre os campos do saber: as ciências produtivas (estudam práticas produtivas e técnicas); as ciências práticas (estudam práticas humanas que possuem seu próprio fim, a finalidade da ação é ela mesma); as ciências teóricas ou contemplativas (estudam coisas que existem independentes dos homens e de suas ações, só podendo ser contempladas).

Ele também classificou os campos de investigação da própria filosofia, que seriam três: o do conhecimento do ser, o do conhecimento das ações humanas ou dos valores e das finalidades da ação humana, e o do conhecimento da capacidade humana de conhecer (CHAUÍ; OLIVEIRA, 2010).

FIGURA 13 – ARISTÓTELES



FONTE: Disponível em: <<http://marcossself.wordpress.com/2010/11/23/nietzsche-x-aristoteles/>>. Acesso em: 20 out. 2013.

Aristóteles também contribuiu muito para o surgimento da metafísica, que ele chamava de filosofia primeira. Ela busca as causas mais gerais dos fenômenos, distanciando-se ao máximo possível das impressões causadas pelos sentidos, estudando o ser independente de suas determinações particulares.



Para estudar mais sobre Platão e Aristóteles, também temos seus livros na Coleção "Filósofos em 90 minutos". Ambos possuem a autoria de Paul Strathern e também foram publicados pela editora Zahar.



4 TRANSIÇÃO DO PENSAMENTO CLÁSSICO PARA O MEDIEVAL

Depois da Filosofia Antiga, temos o período conhecido por Filosofia Patrística, marcado pelas obras de dirigentes espirituais do cristianismo após os apóstolos, chamados de Padres da Igreja.

A patrística resultou do esforço feito pelos dois apóstolos intelectuais (Paulo e João) e pelos primeiros Padres da Igreja para conciliar a nova religião – o cristianismo – com o pensamento filosófico dos gregos e romanos, pois somente com tal conciliação seria possível convencer os pagãos da nova verdade e convertê-los a ela. A filosofia patrística liga-se, portanto, à tarefa religiosa da evangelização e à defesa da religião cristã contra os ataques teóricos e morais que recebia dos antigos (CHAUÍ; OLIVEIRA, 2010, p. 38).

Algumas novas ideias são introduzidas no pensamento filosófico neste período, como a criação do mundo, os pecados humanos, o juízo final, a existência do mal, mesmo Deus sendo um ser de bondade. Surge também a ideia do livre-arbítrio humano, ou seja, da consciência moral e da liberdade de escolha entre o bem e o mal.

Com isto os Padres da Igreja passam a defender que as verdades divinas, chamadas dogmas, são verdades inquestionáveis, reveladas por Deus e que não podem ser refutadas. Assim, as verdades racionais, obtidas por meio da filosofia, são distintas das verdades da Igreja.

Neste momento havia três grupos de pensadores que buscavam compreender a relação da fé com a razão, que foi a grande discussão da Filosofia Patrística, sendo que um grupo indicava que não era possível conciliá-las e que a fé era superior à razão; outro grupo indicava que eram conciliáveis, mas a razão era subordinada à fé; e por último um grupo que julgava que cada uma possuía o seu campo de conhecimento (filosofia – vida temporal no mundo; fé – vida eterna e salvação da alma), e não eram conciliáveis.

Vejamos o contexto histórico que cercam as mudanças da filosofia clássica para a filosofia medieval, segundo Aranha e Martins (2003, p. 125):

A Idade Média compreende o período que vai da queda do Império Romano, no século V, até a tomada de Constantinopla pelos turcos, no século XV. Portanto, são mil anos de história em que se formam os novos reinos bárbaros e lentamente constitui-se a ordem feudal, de natureza aristocrática, em cujo topo da pirâmide se encontram os nobres e o clero.

A Igreja Católica surge como força espiritual e política. Essa influência religiosa se deve a diversos motivos, inclusive porque em um mundo fragmentado, após a dissolução do Império, a Igreja representa um elemento

agregador. Do ponto de vista cultural, ela atua de forma fundamental porque, após longo período de obscuridade, a herança greco-latina ressurgiu nos mosteiros, onde fora preservada. Em um mundo em que nem os nobres sabiam ler, os monges são os únicos letrados. Daí a fundamentação religiosa dos princípios morais, políticos e jurídicos da sociedade medieval.

Como não poderia deixar de ser, a grande questão discutida pelos intelectuais da Idade Média é a relação entre razão e fé, entre filosofia e teologia. Destacaremos aqui a figura de Santo Agostinho que, embora tenha vivido na Antiguidade, nos tempos finais do Império Romano, é estudado como expoente do pensamento medieval em razão de sua influência nesse período. Temos também Santo Tomás de Aquino, principal representante da escolástica medieval.

Este período histórico também foi dominado por situações como o domínio da Igreja Romana na Europa, as Cruzadas, a construção de primeiras escolas e universidades próximas das igrejas. Como a filosofia a partir do século XII é ensinada nas escolas, a partir deste período também é chamada de escolástica (CHAUÍ; OLIVEIRA, 2010).

As principais influências na filosofia da época eram Platão e Aristóteles, além da patrística que contribuía com seus problemas. A filosofia medieval acrescentou outros problemas a estes e surge também no período a filosofia cristã, ou teologia.

A diferença e separação entre infinito (Deus) e finito (homem, mundo), a diferença entre razão e fé (a primeira deve subordinar-se à segunda), a diferença e separação entre corpo (matéria) e alma (espírito), o Universo como uma hierarquia de seres, pela qual os superiores dominam e governam os inferiores (Deus, serafins, querubins, arcanjos, anjos, alma, corpo, animais, vegetais, minerais), a subordinação do poder temporal dos reis e barões ao poder espiritual de papas e bispos: eis os grandes temas da Filosofia medieval (CHAUÍ; OLIVEIRA, 2010, p. 39).

O método utilizado pela escolástica também marcou a Filosofia desta época: uma tese era apresentada em uma situação denominada disputa e ela deveria ser refutada ou defendida com argumentos dos Padres da Igreja, Platão, Aristóteles, ou da Bíblia.

Esta tese era considerada falsa ou verdadeira dependendo da qualidade dos argumentos e de sua força em vários autores. Ou seja, nesta época o pensamento era subordinado ao princípio da autoridade, pois a ideia só era reconhecida se fosse baseada em argumentos dos autores mencionados anteriormente.

Logo após, na Renascença, encontraram-se diversas obras novas de Platão e de Aristóteles, causando mudanças no pensamento filosófico da época. Segundo Chauí e Oliveira (2010), as três grandes linhas de pensamento deste período foram:

- A natureza era compreendida como um grande ser vivo possuidor de alma, uma alma universal. O homem é parte dessa natureza, portanto, pode agir sobre ela operando ligações entre as coisas, por meio da astrologia, alquimia etc.
- A linha que defendia a liberdade das cidades italianas do domínio dos romano-germânicos, afirmando a ideia de república, e defendendo a liberdade política.
- O homem é artífice de seu destino, por meio dos conhecimentos, técnicas, política e artes.

Assim, o Humanismo possui traços da influência destas três linhas, pois nela o homem é colocado como centro do universo e possui sua liberdade defendida.



Para conhecer melhor a filosofia da Idade Média, veja o livro "Filosofia Medieval", obra de STORCK, Alfredo. Publicado pela Editora Zahar, em 2003.



5 PENSAMENTO AGOSTINIANO E TOMISTA

A filosofia medieval foi uma importante fonte de argumentos e discussões para os Padres da Igreja, que buscavam nela argumentos e discussões para fundamentar as verdades essenciais do cristianismo. A existência de Deus, por exemplo, era explicada baseada em evidências filosóficas, ou seja, adquiridas de forma racional.

Os padres nem sempre eram filósofos, não tratavam especificamente da filosofia, no entanto, havia dois que sim, eram filósofos efetivamente. Ambos foram santificados pela Igreja Católica posteriormente, e os chamaremos de Santo Agostinho e São Tomás de Aquino. Seu pensamento influenciou tanto esta época, que são responsáveis pelos intitulados pensamento agostiniano e pensamento tomista, sínteses do pensamento medieval.

Santo Agostinho foi representante da filosofia patrística, baseada nos pensamento de Platão e seus intérpretes, enquanto que São Tomás de Aquino representou a escolástica, baseada nos ensinamentos de Aristóteles (SANTOS, 1964).

Para Santo Agostinho a história humana é determinada por Deus, sendo que o mesmo controla o que faremos e o que seremos. Baseado em Platão, ele explica a existência do bem e do mal, e indica a possibilidade humana de escolher entre ambos. Santo Agostinho fala também da Cidade de Deus, “conectada com a Igreja e da Cidade dos Homens pouco a pouco prefigurando no próprio Estado, ao qual a Igreja servirá sobre muitas formas” (NUNES, 1997, p. 58).

FIGURA 14 – SANTO AGOSTINHO



FONTE: <<http://euosou.blogspot.com.br/2013/08/santo-agostinho-de-hipona.html>>. Acesso em: 20 out. 2013.

Para Agostinho, o homem é a sede de Deus, ou seja, o ser divino habita dentro do homem. Assim, para investigar o problema do homem é preciso investigar o problema de Deus. O ser humano seria o mediador entre o mundo externo e o divino, que habita seu interior. A verdade, portanto, está dentro de cada um e deve ser acessada pela meditação.

Para ele, Deus é um ser que se manifesta no interior do homem, mas existe independente dele e o transcende. Daí que Agostinho tenha elaborado uma prova da existência de Deus, por meio da inteligência que só pode conhecer aquilo que existe, uma vez que, se se conhece, é porque existe. [...] Não seria possível que a mente tivesse essa ideia indubitável e eterna, se ele não existisse como ser transcendente. A mente humana, imperfeita, não teria a ideia do ser perfeito, caso ele, de fato, não existisse (LUCKESI; PASSOS, 1995, p. 166).

Santo Agostinho admite a criação do mundo por Deus, mas aceita a possibilidade do desenvolvimento operada pelos seres humanos. O mal, em sua perspectiva, é uma deficiência do bem, pois para que algo se corrompa é preciso que seja um bem. Então a essência das coisas é a bondade, mas na medida em que são corrompidas pelo ser passam a se tornar um mal.

Também São Tomás de Aquino buscou realizar uma síntese do pensamento filosófico conhecido até aquela época, sistematizando debates e discussões. Sua finalidade era mostrar que as ideias da filosofia não eram incompatíveis com os preceitos cristãos e com a crença cristã.

FIGURA 15 – SÃO TOMÁS DE AQUINO



FONTE: Disponível em: <<http://cleofas.com.br/281-sao-tomas-de-aquino/>>. Acesso em: 20 out. 2013.

A filosofia de Platão já havia passado por uma releitura que procurava compatibilidades com o pensamento cristão com Santo Agostinho, mas era preciso que Aristóteles também passasse por este tipo de análise. Ao realizar esta síntese, Tomás de Aquino mantém as diferenciações entre religião e filosofia, entre razão e fé. “A filosofia e a teologia são ciências autônomas e distintas, mesmo quando se ocupam dos mesmos objetos, pois uma se utiliza da investigação racional e outra da revelação divina. Estas ciências não se opõem, antes de auxiliam mutuamente” (SANTOS, 1964, p. 411).

São Tomás de Aquino defendeu a existência da alma como sendo a fornecedora de existência e vida ao corpo que, por sua vez, é a matéria necessária à sua atividade. A união do corpo e da alma forma o homem. No entanto, como a alma possui operações próprias e não é totalmente absorvida pelo corpo, pode existir separada dele (ideia da imortalidade da alma).

Seu pensamento enquanto filósofo defende que o conhecimento do mundo é sempre adquirido por meio de uma fonte sensorial, ou seja, é a experiências das sensações que traz informações para que a mente reflita. Desta forma, tudo o que está na mente passou primeiro pelos sentidos.

O conhecimento pode ser sensitivo ou intelectual. O conhecimento sensitivo se faz pela sensação que não é nem puramente psíquica nem puramente fisiológica, concorrendo o corpo intrinsecamente para a operação cognoscitiva. O conhecimento intelectual se faz pelo intelecto, colaborando o corpo de maneira extrínseca, mediante o oferecimento à parte ativa da inteligência da imagem sensível da qual é abstraída a ideia. Todas as ideias têm, portanto, sua origem nos sentidos (SANTOS, 1964, p. 412).

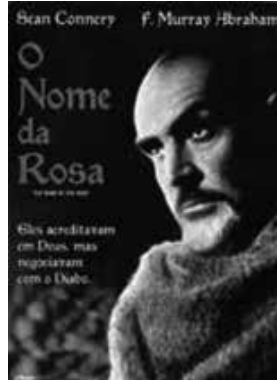
Após esta fase do pensamento medieval, cujo foco foi o estudo do ser como suporte para as crenças católicas, diferentemente da filosofia clássica, cujo problema estava direcionado para o estudo abstrato do ser, a filosofia envereda por outros rumos, iniciando o período intitulado de Filosofia Moderna.



Para reforçar os estudos na área da Filosofia Medieval, especialmente acerca da obra de Santo Agostinho e São Tomás de Aquino, veja os vídeos disponíveis em: <http://www.institutodefilosofia.com.br/video_filosofia_medieval.html>.



Assista ao filme "O Nome da Rosa", de 1986, dirigido por Jean-Jacques Annaud. Ele discute as relações entre religião e filosofia na época do pensamento medieval.



RESUMO DO TÓPICO 2

Neste tópico você viu que:

- A educação dos poetas é substituída por uma educação baseada na formação do bom orador, do cidadão no período pré-socrático. Assim, surgem os sofistas, primeiros filósofos do período socrático e responsáveis por educar os jovens na habilidade da persuasão.
- É de Protágoras, um sofista, o pensamento de que “o homem é a medida de todas as coisas”, ou seja, para ele a realidade passa pelo homem, o que quer dizer que a própria realidade pode ser relativa, dependendo sempre da interpretação dada pelo homem a partir de seus sentidos.
- Górgias, outro sofista, é adepto da descrença na razão principal, defendendo que não existe moral, hierarquia de valores, pois a verdade não existe, ela seria uma ilusão.
- Sócrates é considerado um divisor de águas na filosofia, pois propôs formas de pensar totalmente inovadoras. Para ele, antes de querer conhecer as coisas e a realidade, ou persuadir outras pessoas, todos deveriam conhecer a si próprios.
- Platão considerava como sendo a existência: duas formas de conhecimento, a sensível e a intelectual. Para ele, há dois mundos, o mundo sensível e o mundo inteligível. No primeiro temos os fenômenos, e no segundo as ideias.
- Aristóteles define que o conhecimento verdadeiro é a ciência, o conhecimento pelas causas, que permite que se superem os enganos de opinião. Aristóteles também contribuiu muito para o surgimento da metafísica, que ele chamava de filosofia primeira.
- Após a Filosofia Antiga, temos o período conhecido por Filosofia Patrística, marcado pelas obras de dirigentes espirituais do cristianismo após os apóstolos, chamados de Padres da Igreja.
- Para Santo Agostinho a história humana é determinada por Deus, que controla o que faremos e o que seremos. O homem é a sede de Deus, ou seja, o ser divino habita dentro do homem, assim, para investigar o problema do homem é preciso investigar o problema de Deus.
- São Tomás de Aquino defende que o conhecimento do mundo é sempre adquirido por meio de uma fonte sensorial, ou seja, é a experiência das sensações que traz informações para que a mente reflita.

AUTOATIVIDADE



1 Neste tópico, você estudou sobre dois tipos de pensamento: o clássico e o medieval, que são bastante diferentes entre si. No primeiro, temos como principais expoentes Sócrates, Platão e Aristóteles; no segundo Santo Agostinho e São Tomás de Aquino. Sobre estes pensamentos, classifique V para as sentenças verdadeiras e F para as falsas:

() Santo Agostinho era um dos padres da igreja que discutiam filosofia no período medieval e, baseado na obra de Platão. Indicava a existência do bem e do mal, explicando que o ser humano pode optar por um destes ao longo da vida.

() São Tomás de Aquino realizou releituras e sínteses da obra de Aristóteles, analisando e defendendo o argumento de que o conhecimento parte dos sentidos, pois são as experiências que fornecem dados para a razão.

() Sócrates utilizava o método conhecido como maiêutica, que consistia em utilizar perguntas para fazer com que o interlocutor perceba que nada sabe e, assim, possa buscar verdades sobre o conhecimento.

() Para Platão, todo o conhecimento possui como fonte a dimensão sensível, ou seja, parte sempre dos sentidos. Por isso, o conhecimento é relativo, pois cada pessoa sente de forma diferente.

Agora, assinale a alternativa que apresenta a sequência CORRETA:

- a) () F - V - V - V.
- b) () V - V - V - V.
- c) () F - F - F - V.
- d) () V - V - V - F.



Assista ao vídeo de
resolução desta
autoatividade



1 INTRODUÇÃO

Este tópico encerra nossos estudos sobre a formação do pensamento ocidental. Nele estudaremos a transição de um período no qual a realidade era explicada com base em uma perspectiva divina, tendo forças divinas como promotoras dos fenômenos e como guias das escolhas humanas, para uma perspectiva que coloca o ser humano no centro das escolhas.

Assim, a racionalidade humana ganha espaço e se firma como forma de compreensão do mundo e de elaboração de explicações. A primeira manifestação deste tipo de mentalidade pode ser identificada na obra de São Tomás de Aquino, filósofo e teólogo, no qual se inicia a manifestação de um racionalismo moderado. A partir de então, este pensamento foi se desenvolvendo e tornou-se a base do entendimento do ser humano moderno.

Para estabelecer esta compreensão final sobre a formação do pensamento ocidental, vamos iniciar com o estudo da transição propriamente dita do pensamento medieval para o pensamento moderno, modificação também encontrada na Filosofia desta época.

Depois veremos como as perspectivas racionalista e empirista se situam iniciando as análises modernas, opondo seus argumentos. Para o racionalismo, o conhecimento parte da razão humana, enquanto que para o empirismo, a fonte inicial do conhecimento são as sensações, a dimensão sensível.

Para finalizar, estudaremos como três situações históricas modificaram a forma de pensar no mundo ocidental, modificando as mentalidades e as relações sociais e econômicas: o Movimento Iluminista, a Revolução Francesa e a Revolução Industrial. Todos tiveram grande poder de mudança política e transformaram a forma de compreender a realidade e o conhecimento. Podemos notar a influência destas modificações ainda hoje, na contemporaneidade.

Com estes estudos, você finalizará a trajetória de formação do pensamento ocidental, e terá condições de observar como o avanço histórico modifica a mentalidade e impacta formas de reconhecer a realidade, além de embasar atitudes e respostas às questões cotidianas.

Preparado(a)? Então vamos começar. Bons estudos!

2 TRANSIÇÃO DO PENSAMENTO MEDIEVAL PARA O PENSAMENTO MODERNO

A partir do século XVII, quando se compreende que inicia o pensamento moderno, a filosofia precisou se redefinir como reflexão de uma sociedade na qual havia a existência de uma ciência. Há uma realidade em transformação, pois temos o desenvolvimento da física, um novo mundo burguês, e o modelo do aristotelismo é quebrado por meio da revolução científica.

Assim, com medo de errar novamente em virtude desta quebra, os pensadores fazem surgir a principal questão do pensamento moderno, a questão do método, direcionando o foco de análise não apenas para o ser, mas também para o problema do conhecimento (epistemologia) (ARANHA; MARTINS, 2003). “Podemos dizer que até então os filósofos se caracterizam pela atitude realista, no sentido de não colocarem em xeque a realidade do mundo. Na Idade Moderna é invertido o pólo de atenção, ao centralizar no sujeito a questão do conhecimento” (ARANHA; MARTINS, 2003, p. 130).

Este período também busca responder ao pessimismo teórico composto pelo ceticismo (atitude filosófica que duvida da capacidade da razão humana para conhecer a realidade e o homem), pois as verdades dos sábios eram confrontadas na medida em que as guerras entre religiões, descobertas de povos diferentes dos europeus, disputas filosóficas descortinavam uma nova realidade.

Os próprios sábios tornaram-se céticos de algum modo, pois já não acreditavam em uma verdade única, universal e imprescindível à vida humana.

Para resolver a questão do ceticismo, defendendo novamente a possibilidade do conhecimento racional, a filosofia da Idade Moderna apresenta três mudanças teóricas, conforme a apresentação de Chauí e Oliveira (2010, p. 40):

1. Aquela conhecida como o “surgimento do sujeito do conhecimento”, isto é, a Filosofia, em lugar de começar seu trabalho conhecendo a natureza (como na Filosofia antiga) e Deus (como na patrística e na escolástica), para depois referir-se ao homem, começa indagando qual é a capacidade da razão humana para conhecer e demonstrar a verdade dos conhecimentos.

Em outras palavras, em lugar de começar pelas coisas a serem conhecidas e sobre as quais, como mostra o ceticismo, só cabem dúvidas e desconfianças, a Filosofia começa pela reflexão – aquele que conhece, o sujeito do conhecimento, volta-se para si mesmo para saber se é capaz de conhecimento verdadeiro e, se o for, sob quais condições a capacidade de conhecer se realiza corretamente. Somente depois de conhecer-se a si mesmo como capacidade para o conhecimento verdadeiro é que o sujeito se volta para as coisas a conhecer ou para os objetos do conhecimento.

O ponto de partida é, portanto, o sujeito do conhecimento como consciência de si reflexiva, isto é, como consciência que conhece sua capacidade de conhecer. O sujeito do conhecimento é o intelecto ou a inteligência que, juntamente com a vontade, existe no interior de uma substância espiritual, a alma, cuja natureza é completamente diferente da natureza de outra substância, a corpórea, que constitui a natureza do nosso corpo e dos corpos exteriores.

Por isso, para vencer o ceticismo, a Filosofia precisa responder às perguntas: Como o intelecto pode conhecer o que é diferente dele? Como o espírito pode conhecer a matéria? Como o sujeito espiritual pode conhecer os objetos corporais, o seu próprio corpo e os demais corpos da natureza?

2. A resposta a essas perguntas constituiu a segunda grande mudança teórica dos modernos e diz respeito ao objeto do conhecimento. Para os modernos, as coisas exteriores (a natureza, as instituições sociais e políticas) são conhecidas quando o sujeito do conhecimento as representa intelectualmente, ou seja, quando as aprende como ideias que dependem apenas das operações cognitivas realizadas pelo próprio sujeito.

Isso significa, por um lado, que tudo o que pode ser conhecido deve poder se representado por um conceito ou numa ideia clara e distinta, demonstrável e necessária, formulada pelo intelecto; e, por outro lado, que a natureza, a sociedade e a política podem ser inteiramente conhecidas pelo sujeito do conhecimento, porque são racionais em si mesmas e propensas a serem representadas pelas ideias do sujeito do conhecimento.

3. Essa concepção da realidade como intrinsecamente racional e que pode ser plenamente captada pelas ideias e conceitos preparou a terceira grande mudança teórica moderna. A natureza, a partir de Galileu, é concebida como um sistema ordenado de causas e efeitos necessários cuja estrutura profunda e invisível é matemática. O “livro do mundo”, diz Galileu, “está escrito em caracteres matemáticos e para lê-lo é preciso conhecer matemática”.

A razão humana, portanto, poderia conhecer as causalidades físico-matemáticas que compõem a realidade. Com base nesse raciocínio a ciência clássica se originou, prevalecendo o ponto de vista da mecânica, entendendo que na causa e efeito entre as coisas a causa sempre é o movimento, que segue leis universais passíveis de compreensão humana.

“Todas as coisas e todos os fatos da realidade (na astronomia, na física, na química, na psicologia, na política, nas artes etc.) são conhecidos pelo conhecimento das relações necessárias de causa e efeito que os produzem, os conservam ou os destroem” (CHAUÍ; OLIVEIRA, 2010, p. 41).

As causalidades do mundo podem, portanto, ser conhecidas e modificadas pelo homem, pois a realidade pode ser representada pelo sujeito do conhecimento, assim ele saberá intervir nela, modificando-a.

Com essa mentalidade começam a surgir as primeiras experimentações científicas, criam-se os laboratórios como espaço de excelência para criar fenômenos da realidade, e passa-se a compreender que o homem é capaz de dominar por meio da técnica a natureza e a sociedade, utilizando máquinas (CHAUÍ; OLIVEIRA, 2010).

Nesta mesma linha de raciocínio, passa-se a buscar as causas das paixões e emoções, pois se entende que é possível identificar a origem destas e, por meio da razão, orientar a vontade para dominá-las, racionalizando a vida ética. Da mesma forma seria possível, assim, definir na vida política o melhor regime político de uma sociedade e como deve ser mantido.

FIGURA 16 – CIENTISTAS RENASCENTISTAS



FONTE: <<http://www.brasilecola.com/historiag/renascimento-cientifico.htm>>. Acesso em: 20 out. 2013.



Quer conhecer mais a filosofia moderna? Veja o livro "História da Filosofia Moderna", de autoria de Sofia Vanni Rovighi, publicado pela Editora Loyola.



3 RACIONALISMO E EMPIRISMO

Uma das grandes distinções do pensamento filosófico moderno diz respeito à diferenciação entre as correntes filosóficas racionalista e empirista. Cada uma teve diversos seguidores e diferentes formas de pensar a realidade.

Para o racionalismo é a razão a fonte principal do conhecimento, sem o uso das sensações e experiências neste sentido. O sentido da experiência sensível, seu valor, seria determinado também pela razão. O modelo perfeito de conhecimento para esta forma de pensar o mundo é a matemática, pois utiliza apenas a razão e a percepção sensível é controlada.

O empirismo traz uma perspectiva inversa: a experiência sensível seria a base do conhecimento, a fonte da existência de ideias na razão. As sensações controlam a razão, deste ponto de vista, pois o sentido da atitude racional é determinado pela experiência sensível. Assim, o modelo de conhecimento seriam as ciências naturais ou experimentais, como física ou química.

FIGURA 17 – DIFERENCIAÇÃO ENTRE O PENSAMENTO RACIONALISTA E EMPIRISTA



FONTE: Disponível em: <http://www.notapositiva.com/pt/trbestbs/filosofia/11_empirismo_jon_locke_d.htm>. Acesso em: 20 out. 2013.

3.1 RACIONALISMO

A palavra racionalismo é originária do termo latim *ratio*, que quer dizer razão, entendimento, colocando a razão como fonte de todo o tipo de conhecimento humano, sobretudo os conhecimentos válidos de forma universal.

Os sentidos, para os racionalistas, proporcionam apenas ideias confusas, conforme explicam Luckesi e Passos (1995, p. 186):

O conhecimento oriundo da experiência não pode ser definido como verdadeiro, pois sofre as variações dos fenômenos e se modifica com as alterações desses. Ciente disso, o racionalismo procura trabalhar com verdades provenientes dos processos racionais e não somente da experiência. Para ele, o caminho capaz de levar à essência das coisas seriam as verdades oriundas da intuição pura e abstrata, portanto racional.

No período em que o racionalismo aflorou, as explicações medievais, que definiam o mundo a partir da razão divina já não satisfaziam, mas continua a ser uma derivação de explicações metafísicas, pois nega a importância do conhecimento sensorial.

O racionalismo teve como principal expoente René Descartes, considerado também o precursor da filosofia moderna. Seu pensamento é chamado de cartesiano, e tratou do problema do conhecimento principalmente nas obras “Discurso do método” e “Meditações metafísicas”.

FIGURA 18 – RENÉ DESCARTES



FONTE: Disponível em: <<http://duvida-metodica.blogspot.com.br/2011/03/razoes-para-duvidar-segundo-descartes.html>>. Acesso em: 20 out. 2013.

Ele procura encontrar uma verdade inicial que não possa ser colocada em dúvida, principal preocupação dos filósofos modernos. No entanto, sua principal inovação diz respeito a converter a dúvida em método. Ele duvida de tudo, seguindo até o próprio ser que está indagando, e surge assim a célebre frase “Penso, logo existo”. Se duvido, penso. Se penso, existo.

Partindo desta intuição (a existência do ser que pensa) Descartes distingue as ideias, algumas claras e outras confusas.

As ideias claras e distintas são ideias gerais que não derivam do particular, mas já se encontram no espírito, como fundamentação para a apreensão de outras verdades. São as ideias inatas, verdadeiras, não sujeitas a erro, pois vêm da razão, independentes das ideias que “vem de fora”, formadas pela ação dos sentidos, e das outras que nós formamos pela imaginação. Inatas porque são inerentes à nossa capacidade de pensar (ARANHA; MARTINS, 2003, p. 131).

Este conceito de ideias claras não garante que exista verdade em parte do nosso conhecimento, não garante que o objeto pensado corresponda a uma realidade fora do pensamento. Para isso, Descartes pensa na ideia de Deus. Deus é a ideia de um ser perfeito e, baseado em sua perfeição, ele não me engana, sendo assim a existência de um ser perfeito garante que os objetos pensados sejam reais, ou seja, o mundo é real.

Há neste pensamento uma forte valorização da razão, do intelecto humano. Com a ideia de “Penso, logo existo” a razão volta a ser valorizada e acentua-se seu caráter absoluto e universal. Assim, a razão descobre com suas próprias forças as verdades possíveis, e o método torna-se importante para garantir que as representações correspondam ao real (ARANHA; MARTINS, 2003).

O pensamento cartesiano e o racionalismo tiveram grande influência na Europa, repercutindo e sendo dominante entre a sociedade da época. Inserem-se a partir destas correntes novas formas de pensar o mundo moderno, contemplando análises, sínteses, evidências, que também estão presentes na área da administração, nas teorias e análises de sistemas.

FIGURA 19 – PENSADORES RACIONALISTAS: SPINOZA E LEIBNIZ



FONTES: Disponível em: <<http://www.iep.utm.edu/spinoza/http://cfcul.fc.ul.pt/cursos%20livres/LeibnizAbril2011/LeibnizAbril2011.htm>>. Acesso em: 20 out. 2013.

3.2 EMPIRISMO

O empirismo também é conhecido como empirismo inglês, pois se desenvolveu principalmente na Inglaterra, país no qual a burguesia já estava mais avançada e os pensadores não estavam preocupados em substituir verdades absolutas da fé por verdades absolutas racionais.

Com essa concepção filosófica, o mundo moderno teve condições de se firmar como antimetafísico, o que não havia sido possível com o racionalismo. O empirismo deixou de lado a transcendência, ou seja, as questões ligadas ao espírito e à metafísica, e fixou-se na imanência, na realidade concreta, não como uma forma de negação da razão, e sim como uma nova postura frente a ela. Do mesmo modo que as demais concepções vigorantes na Idade Moderna, ele se voltou para as questões do conhecimento e da vida política (LUCKESI; PASSOS, 1995, p. 193).

Para o empirismo, o conhecimento parte das sensações, invertendo a perspectiva racionalista, privilegiando a dimensão sensível e não a desconsiderando. Como a experiência passa a ser a fonte do conhecimento, não é possível falar em uma verdade única, e sim em verdades que são constantemente reformuladas.

Como as verdades passam a não ser mais universais e passíveis de interpretação, os homens são chamados a se posicionar diante dos fatos, não mais sendo submetidos a uma ordem estabelecida que não possa ser modificada. Assim, o saber científico surge diferente do filosófico.

Um dos representantes da corrente empirista foi o filósofo Francis Bacon. Para Bacon, era preciso criar condições para estabelecer o domínio dos homens sobre a natureza, e os meios disponíveis já não dariam mais conta disso (magia, alquimia). Ele propõe, portanto, um método mais sistemático e objetivo, a ciência (LUCKESI; PASSOS, 1995).

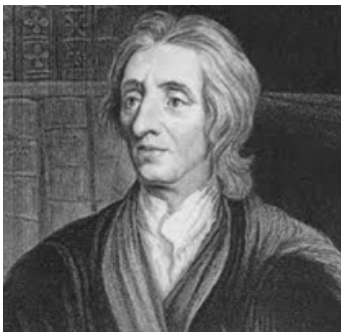
FIGURA 20 – FRANCIS BACON



FONTE: Disponível em: <<http://dailytheology.wordpress.com/2013/01/29/downton-abbey-francis-bacon-spiderman-and-st-augustine-who-holds-the-power-of-that-thing-we-call-science/>>. Acesso em: 20 out. 2013.

John Locke foi outro pensador adepto da concepção empirista, e defendeu que as ideias não podem ser inatas, pois, do contrário, teríamos consciência delas. E, como as crianças não são conscientes de tais ideias, estas só poderiam ser construídas a partir das experiências.

FIGURA 21 – PENSADORES EMPIRISTAS: LOCKE E HUME

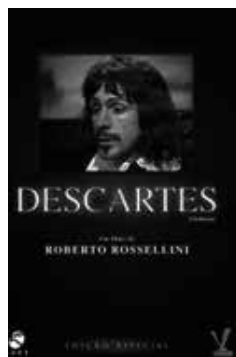


FONTE: Disponível em: <<http://teoriadeestado.blogspot.com.br/2010/10/john-locke.html>> e <<http://eradoespirito.blogspot.com.br/2012/06/reflexoes-sobre-um-texto-de-david-hume.html>>. Acesso em: 20 out. 2013.

Tanto o empirismo inglês quanto o racionalismo influenciaram os ideais da Revolução Francesa defendidos pelo grupo de iluministas. O movimento iluminista prega, dentre outros preceitos, a supremacia da razão com relação à fé, e a sociedade deveria ser organizada com base em novos conhecimentos adquiridos de forma racional e empírica.



Para visualizar a época de surgimento do racionalismo, e conhecer a vida de Descartes, veja o filme: "Descartes (Cartesius)", de 1974, com direção de Roberto Rossellini. Ele narra a vida deste racionalista.



4 MOVIMENTO ILUMINISTA

No século XVIII temos o período conhecido por Ilustração ou Iluminismo, nomenclatura designada em virtude da reorganização do mundo e do pensamento humano em uma base racional, ou seja, as luzes da razão sobrepõem-se às trevas da Idade Média.

Este movimento sucedeu o Renascimento, difundindo novas ideias de vida social. Para seus integrantes, a sociedade seria um organismo próprio, diferenciando aspectos da vida social e áreas diferentes. "Novos valores guiando a vida social, para sua modernização, maior empenho das pesquisas e do saber em conquistar avanços técnicos, melhora nas condições de vida, tudo isso somado levou a esse surto de ideias, conhecido pelo nome de Ilustração" (COSTA, 1997, p. 32).

Do ponto de vista econômico, exigia-se liberdade de expansão para o mercado, a fim de que as monarquias absolutas não mais controlassem a economia e permitissem que a burguesia pudesse realizar seus negócios sem empecilhos.

A economia seria regida, portanto, de forma natural pela lei da oferta e da procura, mais eficiente do que os decretos reais. As relações econômicas e sociais,

portanto, seriam regidas por leis físicas e naturais que funcionariam de forma racional, sem intervenção do Estado absolutista.



O Iluminismo foi um movimento intelectual que buscava entender e organizar o mundo a partir da racionalidade humana.

Com o Renascimento, começa-se a ir contra a ideia de autoridade e buscava-se legitimar que os próprios poderes humanos seriam capazes de delinear seu caminho. Esta ideia foi retomada pelo racionalismo e empirismo e fundamentadas em bases filosóficas por estas duas concepções.

A filosofia do Iluminismo também sofre a influência da revolução científica levada a efeito por Galileu no século XVII. O método experimental recém-descoberto tem a técnica como aliada, fazendo surgir as novas ciências, as quais, por sua vez, aperfeiçoam ainda mais a tecnologia. Com o seu poder aumentando, o ser humano não mais se contenta em contemplar a harmonia da natureza: quer conhecê-la para dominá-la. Por fim, a natureza passa a ser vista de forma dessacralizada, isto é, desvinculada da religião. Tornando-se livre de qualquer tutela, sabendo-se capaz de procurar soluções para seus problemas com base em princípios racionais, o ser humano estende o uso da razão a todos os domínios: político, econômico, moral e religioso (ARANHA; MARTINS, 2003, p. 134).

Na Inglaterra, o movimento iluminista sofreu as influências da Revolução Industrial e do fortalecimento do modo de produção capitalista. Seus integrantes são conhecidos como “livres pensadores” por elaborarem uma crítica à Igreja oficial. Iniciam assim o deísmo, que pregava a tolerância religiosa e influenciou todos os movimentos iluministas posteriores (ARANHA; MARTINS, 2003).

Na França, o poder do Iluminismo se deu pela preocupação dos filósofos de popularizar o movimento, “levando as luzes” para as pessoas. Temos como expoentes grandes nomes como Rousseau, Voltaire e Montesquieu.

Na Alemanha, apesar de não estar unificada no início do século e não permitir a ascensão da burguesia esclarecida, na segunda metade do século XVIII começam a aparecer produções intelectuais na música e na literatura. Na filosofia temos alguns autores, entre os quais se sobressai o nome de Kant.

FIGURA 22 – PENSADORES ILUMINISTAS



FONTE: Disponível em: <<http://aprovadonovestibular.com/iluminismo-pensadores-caracteristicas-e-exercicios.html>>. Acesso em: 20 out. 2013.

De acordo com Chauí e Oliveira (2010, p. 42), o Iluminismo:

Esse período também crê nos poderes da razão, chamada de As Luzes (por isso o nome Iluminismo). O iluminismo afirma que:

- pela razão, o homem pode conquistar a liberdade e a felicidade social e política (a Filosofia da Ilustração foi decisiva para as ideias da Revolução Francesa de 1789);
- a razão é capaz de aperfeiçoamento e progresso, e o homem é um ser perfectível. A perfectibilidade consiste em libertar-se dos preconceitos religiosos, sociais e morais, em libertar-se da superstição e do medo, graças ao avanço das ciências, das artes e da moral;
- o aperfeiçoamento da razão se realiza pelo progresso das civilizações, que vão das mais atrasadas (também chamadas de “primitivas” ou “selvagens”) às mais adiantadas e perfeitas (as da Europa ocidental);
- há diferença entre natureza e civilização; a natureza é o reino das relações necessárias de causa e efeito ou das leis naturais universais e imutáveis, enquanto a civilização é o reino da liberdade e da finalidade proposta pela vontade livre dos próprios homens em seu aperfeiçoamento moral, técnico e político.

A natureza é o reino da necessidade, isto é, das coisas e acontecimentos que não podem ser diferentes do que são; a civilização é o reino da liberdade, isto é, onde os fatos e acontecimentos podem ser diferentes do que são porque a vontade humana pode escolher entre alternativas contrárias possíveis.

Nesse período há grande interesse pelas ciências que se relacionam com a ideia de transformação progressiva e, por isso, a biologia terá um lugar central no pensamento ilustrado, pertencendo ao campo da Filosofia da Vida.

Há igualmente grande interesse e preocupação com as artes, na medida em que elas são a expressão por excelência do grau de progresso de uma civilização.

Data também deste período o interesse pela compreensão das bases econômicas da vida social e política, surgindo uma reflexão sobre a origem e a forma das riquezas das nações, com uma controvérsia sobre a importância maior ou menos da agricultura e do comércio, a qual se exprime em duas correntes do pensamento econômico: a corrente fisiocrata (a agricultura é a fonte principal das riquezas) e a mercantilista (o comércio é a fonte principal da riqueza das nações).

Os principais pensadores do período foram: Hume, Voltaire, D'Alembert, Diderot, Rousseau, Kant, Fichte e Schelling.

Um dos pensadores mais influentes do Iluminismo foi Jean-Jacques Rousseau, que afirmava que “a base da sociedade estava no interesse comum pela vida social, no consentimento unânime dos homens em renunciar as suas vontades particulares em favor de toda a comunidade” (COSTA, 1997, p. 33).

Para ele, a legitimidade do Estado a serviço dos interesses comuns e direitos naturais do homem estava no aparecimento da propriedade privada e estabelece uma crítica a este formato de propriedade, diferenciando-se dos demais iluministas.



A ideia de acordos e contratos entre os indivíduos foi desenvolvida principalmente pelo pensador Jean Jacques Rousseau, em seu livro “Do contrato social”, e é utilizado até hoje para a compreensão das formas contratuais estabelecidas pelos indivíduos entre si.



Para conhecer mais sobre o Movimento Iluminista, sugiro o livro "Revolução Francesa e Iluminismo", de Jorge Grespan, publicado pela Editora Contexto, em 2003.



5 SOCIEDADE MODERNA: INFLUÊNCIAS DAS REVOLUÇÕES INDUSTRIAL E FRANCESA

Dois movimentos tiveram grande impacto na modificação de mentalidade operada no início da Idade Moderna, sobretudo, no campo das relações e organização sociais. Do ponto de vista da filosofia, o movimento iluminista modifica as formas de pensar e insere novas perspectivas, mas ele fundamenta também dois momentos históricos fundamentais: a Revolução Francesa e a Revolução Industrial.

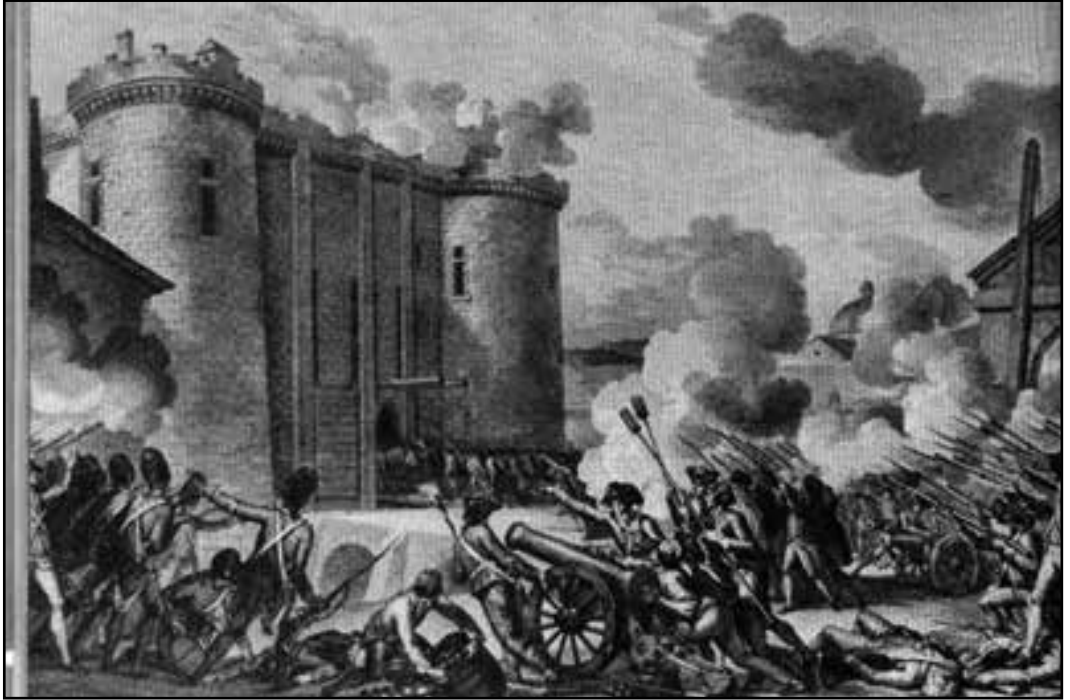
Estes três movimentos (Iluminismo, Revolução Francesa e Revolução Industrial) trazem para a modernidade modificações estruturais nas sociedades que impactam na mentalidade de pensadores e cidadãos. Eles possuem inúmeras relações entre si, influenciando diretamente um ao outro.

A Revolução Francesa trouxe modificações políticas, principalmente, tão importantes que ela é considerada o marco para o início da Idade Contemporânea, na periodização histórica. O regime econômico do feudalismo estava vigente, mantendo as pessoas presas às suas castas sociais, sem a possibilidade mínima de mobilidade social.

Já o clero e a nobreza possuíam privilégios nos impostos e dominavam a posse de terras, enquanto que um governo monárquico absolutista dominava acompanhando estas classes, sendo que os demais não participavam das decisões políticas.

Estas condições, somadas à crise econômica da França na época, permitiram o início de uma revolta popular, cujos participantes não suportavam mais sustentar o clero e a nobreza. Os ideais iluministas participaram da conscientização deste povo.

FIGURA 23 – A REVOLUÇÃO FRANCESA



FONTE: Disponível em: <<http://respostao.blogspot.com.br/2011/08/historia-3-ano-revolucao-francesa.html>>. Acesso em: 20 out. 2013.

Os conflitos de ordem política foram ocorrendo, culminando no fim do regime feudalista, criação da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, e em uma nova constituição para o país. A monarquia é destituída e iniciam-se novas formas políticas mais democráticas.

A Revolução Francesa foi um fenômeno da maior importância. A queda da monarquia e a progressiva instauração do sufrágio eleitoral democrático, os direitos do homem e as noções de liberdade, fraternidade e igualdade foram um tremendo terremoto nas tradições políticas da Europa. A revolução francesa trazia novos ideais políticos e inaugurava novas formas de organização do poder (SELL, 2002, p. 27).

Além destas influências políticas, após o Renascimento, temos o surgimento de uma nova mentalidade econômica, muito mais adequada às necessidades do capitalismo, ao entendimento de que o ideal econômico deveria ser baseado na economia da produção e troca, para que as mercadorias circulassem fazendo movimentar o comércio, e fossem produzidas, incentivando o consumo de bens industrializados.

A primeira modificação social, portanto, é fruto desta mentalidade, substituindo a distinção pela ordem, nome e propriedade fundiária, pela distinção a partir da posse de riqueza, ou seja, posse dos meios de produção.

Uma nova concepção do lucro surge, este não é mais apenas o valor que se paga ao comerciante pelo trabalho realizado, e sim passa a assumir um ideal de acumulação, ostentação e diferenciação individual, cobrando o máximo que uma pessoa pode pagar por um produto (COSTA, 1997).

Com a modificação da perspectiva do lucro, acompanhando a invenção da máquina a vapor, percebeu-se a possibilidade de adquirir grandes lucros e acumular inúmeras riquezas a partir da produção industrial. Os meios de produção passam a estar concentrados nas mãos de poucos, que concentram a produção de seus bens de consumo em fábricas, e os agricultores passam a ser operários industriais.

FIGURA 24 – CHARGE SATIRIZANDO AS RELAÇÕES SOCIAIS APÓS A REVOLUÇÃO INDUSTRIAL



FONTE: Disponível em: <<http://c-de.blogspot.com.br/2012/05/mundo-velho-e-novo-mundo.html>>. Acesso em: 20 out. 2013.

A estratificação da sociedade da época passa a ser operada, distinguindo-se duas classes: burguesia e proletariado.

O século XIX sofreu uma das mais intensas, rápidas e profundas transformações sociais que a história já presenciou: a revolução industrial. O surgimento das máquinas alterava completamente as formas de interação humana, aumentando a produtividade e instaurando novas classes sociais: a burguesia e o proletariado. Junto com as mudanças econômicas vinham a migração, a urbanização, a proletarização, novas formas de pobreza e uma série de outros fenômenos sociais radicalmente novos (SELL, 2002, p. 26).

Os impactos sociais desta nova forma econômica foram muito intensos e culminaram no surgimento da sociologia, a fim de que esta ciência pudesse compreender os inúmeros problemas sociais decorrentes da industrialização: prostituição, violência, crimes, roubos, entre outros. As condições de vida dos trabalhadores eram péssimas: jornadas excessivas, péssimas condições de trabalho, entre outros.

FIGURA 25 – PAISAGEM DA INGLATERRA NA ÉPOCA DA REVOLUÇÃO INDUSTRIAL



FONTE: Disponível em: <<http://www.klick.com.br/enciclo/encicloverb/0,5977,cliente-415,00.html>>. Acesso em: 20 out. 2013.

Para o pensamento social, a grande contribuição da Revolução Industrial representou a inserção da racionalidade na produção material da vida social, mas as mudanças que ocorreram tiveram algumas tendências gerais, que permitiram ser identificadas e são assinaladas por Dias (2005, p. 17):

- Passou a ocorrer uma substituição progressiva do trabalho humano por máquinas, situação na qual as máquinas substituíam muitos trabalhadores em sua tarefa, e com vantagens. Contrastando com o sistema artesanal, a pequena produção de vários trabalhadores é substituída pela grande produção de poucos trabalhadores, aliados às máquinas.
- O operário passa a ter funções mais especializadas e menos qualificação se comparado ao artesão, assim o trabalho precisa ser organizado racionalmente e coordenado com as máquinas, o que provocou uma divisão do trabalho. O aumento de produtividade se origina, então, da organização do trabalho, excluindo as habilidades profissionais do operário, que empobrece intelectualmente e passa a cumprir tarefas repetitivas. Isto facilitou a contratação de mulheres e crianças na época.
- A gestão do trabalho humano constitui-se em problema para os dirigentes das fábricas, pois os operários estavam acostumados com hábitos do trabalho agrícola e doméstico. Os industriais impuseram uma disciplina para os trabalhadores acostumados com certa autonomia no trabalho, por meio de capatazes ou pelos próprios empresários. Esta modificação das formas de trabalho implicou uma mudança nas formas de vida, pois esta passou a ser urbana e não mais rural. Havia a dificuldade de obtenção de alimentos, moradia, falta de higiene e serviços de saúde, diferentemente da vida rural. A disciplina aparece, portanto, como fator dentro da indústria, mas também fora dela na adaptação do modo de vida. E a divisão do trabalho surge também entre o empresário e o operário, com o surgimento da supervisão, à qual os operários não estavam acostumados por terem a liberdade criativa do artesanato.
- A produção dos bens em grandes quantidades, permitida pela mecanização, passa a interferir no preço destes, pois produzidos desta forma eles são homogeneizados, e a padronização mantém a qualidade, mas diminui o preço final para o consumidor, evitando também as variações.

Surgem novos papéis sociais, tais como a figura do empresário e do operário, que não existiam nas sociedades anteriores. No mercado, antes se vendiam produtos, e agora se passa a vender capacidade de trabalho.

Este modo de produção capitalista predomina até a contemporaneidade, e é base das relações sociais, assim como estabelece a organização das sociedades. Ele é predominante se pensarmos em termos mundiais, e contribui para a forma com a qual os grupos pensam o conhecimento e a realidade como um todo.



Uma crítica às relações de trabalho iniciadas com a Revolução Industrial é realizada no filme "Tempos Modernos", famoso por ter como protagonista Charles Chaplin. Ele é do ano de 1936.



LEITURA COMPLEMENTAR

O MITO DA CAVERNA

Trata-se de um trecho do Livro VII de A República. No diálogo, as falas na primeira pessoa são de Sócrates, e seus interlocutores, Glauco e Adimanto, são os irmãos mais novos de Platão.

– Agora – continuei – representa da seguinte forma o estado de nossa natureza relativamente à instrução e à ignorância. Imagina homens em morada subterrânea, em forma de caverna, que tenha em toda a largura uma entrada aberta para a luz; estes homens aí se encontram desde a infância, com as pernas e o pescoço acorrentados, de sorte que não podem mexer-se nem ver alhures exceto diante deles, pois a corrente os impede de virar a cabeça; a luz lhes vem de um fogo aceso sobre uma eminência, ao longe atrás deles; entre o fogo e os prisioneiros passa um caminho elevado; imagina que, ao longo deste caminho, ergue-se um pequeno muro, semelhante aos tabiques que os exibidores de fantoches erigem à frente deles e por cima dos quais exibem as suas maravilhas.

– Vejo isso – disse ele.

– Figuram, agora, ao longo deste pequeno muro homens a transportar objetos de todo gênero, que ultrapassam o muro, bem como estatuetas de homens e animais de pedra, de madeira e de toda espécie de matéria, naturalmente entre estes portadores, uns falam e outros se calam.

– Eis – exclamou – um estranho quadro e estranhos prisioneiros!

– Eles se nos assemelham – repliquei – mas, primeiro, pensas que em tal situação jamais hajam visto algo de si próprios e de seus vizinhos, afora as sombras projetadas pelo fogo sobre a parede da caverna que está à sua frente?

– E como poderiam? – observou – se são forçados a quedar-se a vida toda com a cabeça imóvel?

– E com os objetos que desfilam, não acontece o mesmo?

– Incontestavelmente.

– Se, portanto, conseguissem conversar entre si não julgas que tomariam por objetos reais as sombras que avistassem?

– Necessariamente.

...

Considera agora o que lhes sobrevirá naturalmente se forem libertos das cadeias e curados da ignorância. Que se separe um desses prisioneiros, que o forcem a levantar-se imediatamente, a volver o pescoço, a caminhar a erguer os olhos à luz: ao efetuar todos esses movimentos sofrerá, e o ofuscamento o impedirá de distinguir os objetos cuja sombra enxergava há pouco. O que achas, pois, que ele responderá se alguém lhe vier dizer que tudo quanto vira até então eram vãos fantasmas, mas que presentemente mais perto da realidade e voltado para objetos mais reais, vê de maneira mais justa? Se, enfim, mostrando-lhe cada uma das coisas passantes o obrigar, à força de perguntas, a dizer o que é isso? Não crês que ficará embaraçado e que assombras que viu há pouco lhe parecerão mais verdadeiras do que os objetos que ora lhe são mostrados?

– Muito mais verdadeiras – reconheceu ele.

– E se o forçarem a fitar a própria luz, não ficarão os seus olhos feridos? Não tirará dela a vista, para retornar às coisas que pode olhar, e não crerá que estas são realmente mais distintas do que as outras que lhe são mostradas?

– Seguramente.

– E se – prossegui – o arrancam à força de sua caverna, o compelem a escalar a rude e escarpada encosta e não o soltam antes de arrastá-lo até a luz do sol, não sofrerá ele vivamente e não se queixará destas violências? E quando houver chegado à luz, poderá com os olhos completamente deslumbrados pelo fulgor, distinguir uma só das coisas que agora chamamos verdadeiras?

– Não poderá – respondeu –; ao menos desde logo.

– Necessitará, penso, de hábito para ver os objetos da região superior. Primeiro distinguirá mais facilmente as sombras, depois as imagens dos homens e dos outros objetos que se refletem nas águas, a seguir os próprios objetos. Após isso, poderá, enfrentando a claridade dos astros e da lua, contemplar mais facilmente durante a noite os corpos celestes e o céu mesmo, do que durante o dia o sol e sua luz.

– Sem dúvida.

– Por fim, imagino, há de ser o sol, não suas vãs imagens refletidas nas águas ou em qualquer outro local, mas o próprio sol em seu verdadeiro lugar, que ele poderá ver e contemplar tal como é.

– Necessariamente.

– Depois disso, há de concluir, a respeito do sol, que é este que faz as estações e os anos, que governa tudo no mundo visível e que, de certa maneira, é causa de tudo quanto ele via, com os seus companheiros, na caverna.

– Evidentemente, chegará a esta conclusão.

[...]

– Imagina ainda que este homem torne a descer a caverna e vá sentar-se em seu antigo lugar: não terá ele os olhos cegados pelas trevas, ao vir subitamente do pleno sol?

– Seguramente sim – disse ele.

– E se, para julgar estas sombras, tiver de entrar de novo em competição, com os cativos que não abandonaram as correntes, no momento em que ainda está com a vista confusa e antes que seus olhos se tenham reacostumados (e o hábito à obscuridade exigirá ainda bastante tempo), não provocará riso à própria custa e não dirão eles que, tendo ido para cima, voltou com a vista arruinada, de sorte que não vale mesmo a pena tentar subir até lá? E se alguém tentar soltá-los e conduzi-los ao alto, e conseguissem eles pegá-lo e matá-lo, não o matarão?

– Sem dúvida alguma – respondeu.

– Agora, meu caro Glauco – continuei – cumpre aplicar ponto por ponto esta imagem ao que dissemos mais acima, comparar o mundo que a vista nos revela à morada da prisão e a luz do fogo que a ilumina ao poder do sol. No que se refere à subida à região superior e à contemplação de seus objetos, se a considerares como a ascensão da alma ao lugar inteligível, não te enganarás sobre o meu pensamento, posto que também desejas conhecê-lo. Deus sabe se ele é verdadeiro. Quanto a mim, tal é minha opinião: no mundo inteligível, a ideia do bem é percebida por último e a custo, mas não se pode percebê-la sem concluir que é a causa de tudo

quanto há de direito e belo em todas as coisas; que ela engendrou, no mundo visível, a luz e o soberano da luz; que, no mundo inteligível, ela própria é soberana e dispensa a verdade e a inteligência; e que é preciso vê-la para conduzir-se com sabedoria na vida particular e na vida pública.

– Partilho de tua opinião – replicou – na medida em que posso.

RESUMO DO TÓPICO 3

Neste tópico você viu que:

- Na Idade Moderna, o sujeito torna-se o foco-problema do conhecimento, que também se direciona para a questão do método.
- Com essa mentalidade começam a surgir as primeiras experimentações científicas, criam-se os laboratórios como espaço de excelência para criar fenômenos da realidade, e passa-se a compreender que o homem é capaz de dominar por meio da técnica a natureza e a sociedade, utilizando máquinas.
- Uma das grandes distinções do pensamento filosófico moderno diz respeito à diferenciação entre as correntes filosóficas racionalista e empirista.
- Para o racionalismo é a razão a fonte principal do conhecimento, sem o uso das sensações e experiências neste sentido. O sentido da experiência sensível, seu valor, seria determinado também pela razão.
- O empirismo traz uma perspectiva inversa: a experiência sensível seria a base do conhecimento, a fonte da existência de ideias na razão.
- No século XVIII temos o período conhecido por Ilustração ou Iluminismo, nomenclatura designada em virtude da reorganização do mundo e do pensamento humano em uma base racional, ou seja, as luzes da razão sobrepõem-se às trevas da Idade Média.
- A Revolução Francesa trouxe modificações políticas, principalmente, tão importantes que ela é considerada o marco para o início da Idade Contemporânea, na periodização histórica. O regime econômico do feudalismo estava vigente, mantendo as pessoas presas às suas castas sociais, sem a possibilidade mínima de mobilidade social.

- Na Revolução Industrial, com a modificação da perspectiva do lucro, acompanhando a invenção da máquina a vapor, percebeu-se a possibilidade de adquirir grandes lucros e acumular inúmeras riquezas a partir da produção industrial. Os meios de produção passam a estar concentrados nas mãos de poucos, que concentram a produção de seus bens de consumo em fábricas, e os agricultores passam a ser operários industriais.

AUTOATIVIDADE



1 O pensamento moderno surgiu a partir de uma série de influências históricas e filosóficas vigentes na época de seu surgimento. Acerca destas influências, que você estudou neste tópico, analise as sentenças a seguir:

I- Para o racionalismo a razão é a fonte de todo conhecimento, pois é a partir dela que o entendimento sobre a realidade será constituído, posição que é compartilhada pelos teóricos do empirismo.

II- A racionalidade humana é um dos principais elementos trazidos pela perspectiva iluminista para o pensamento moderno, pois se passou a colocar o ser humano como centro das decisões, reconhecendo sua capacidade de escolha.

III- A Revolução Industrial traz para o pensamento moderno uma perspectiva diferenciada da economia e das relações sociais, uma vez que a industrialização domina as relações econômicas, enquanto que também ocasiona modificações na estrutura social da época.

Agora, assinale a alternativa CORRETA:

- a) () Somente a sentença I está correta.
- b) () As sentenças I e II estão corretas.
- c) () As sentenças II e III estão corretas.
- d) () As sentenças I, II e III estão corretas.



Assista ao vídeo de
resolução desta
autoatividade



UNIDADE 2

OS SERES HUMANOS E SEUS GRUPOS SOCIAIS

OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM

A partir desta unidade você será capaz de:

- diferenciar os conceitos utilizados e as análises já realizadas acerca da relação entre o homem e a sociedade;
- compreender as dimensões que envolvem os seres humanos em se tratando de suas relações entre si;
- perceber a sociologia como ciência cujo objeto é a sociedade, assinalando seus conceitos fundamentais;
- definir os principais conceitos que permeiam as análises sobre a convivência humana em sociedade e suas principais dinâmicas sociais.

PLANO DE ESTUDOS

Esta unidade está dividida em três tópicos, sendo que em cada um deles você encontrará atividades visando à compreensão dos conteúdos apresentados.

TÓPICO 1 – A SOCIOLOGIA E OS CONCEITOS FUNDAMENTAIS
ACERCA DA SOCIEDADE

TÓPICO 2 – A CONVIVÊNCIA HUMANA

TÓPICO 3 – A DINÂMICA SOCIAL



Assista ao vídeo
desta unidade.



A SOCIOLOGIA E OS CONCEITOS FUNDAMENTAIS ACERCA DA SOCIEDADE

1 INTRODUÇÃO

Na Unidade 1, você conheceu a trajetória desenvolvida pelos seres humanos ao longo de suas relações com o conhecimento e as ações que culminaram na elaboração do pensamento ocidental. Partindo desta forma de pensamento, hoje temos as relações sociais ocidentais, que se estruturam com base em entendimentos desenvolvidos acompanhando este processo histórico.

A seguir, você irá conhecer um pouco sobre como estas relações sociais são estabelecidas, ou seja, como chegamos a um conceito de sociedade. Conhecerá também os conceitos principais para que sejam permitidas análises que contemplem o rigor científico a respeito dos grupos sociais.

Começaremos pela apresentação da Sociologia enquanto área do conhecimento que tem como objeto a sociedade. Ainda no Tópico 1 veremos os conceitos principais desta área: as definições de sociedade e de grupo social. Seguindo adiante, entenderemos como é definida a estrutura e organização social, finalizando com o conceito de instituições sociais. Como você percebeu, este tópico está voltado para os conceitos fundamentais acerca da sociedade.

O Tópico 2 apresentará noções utilizadas nas análises sociais para a compreensão das relações de convivência entre os seres humanos. Para tal, veremos inicialmente as diferenças entre sociabilidade e socialização. A partir disso serão apresentadas as ideias de contato social e seu oposto, o isolamento social. Finalizando este tópico, teremos acesso aos conceitos de interação social e processos sociais.

O Tópico 3 objetiva uma compreensão sobre a dinâmica social, explicando como ocorrem estes processos de modificação das relações entre indivíduos e grupos, e entre os próprios grupos. Assim, estudaremos a noção de desigualdade social, poder social, estratificação e mobilidade social e mudanças sociais.

Vamos começar? Bons estudos!

2 A SOCIOLOGIA

Ao longo do estudo desta unidade você perceberá que muitos dos conceitos que iremos estudar estão apresentados como pertencentes à área das análises sociais, ou seja, às Ciências Sociais. Ou, mais especificamente, à Sociologia.

Veremos estas formas de compreender a sociedade porque ela é fruto de toda a trajetória de elaboração do pensamento ocidental, que vimos na unidade anterior. A partir desta trajetória de pensamentos, chegamos a concepções de como deve estar organizada a vida social. No entanto, as relações sociais (ou seja, a vida em sociedade) deram origem a uma ciência que busca compreendê-las, que é a Sociologia.

Nesta unidade iremos estudar estes conceitos a partir desta ciência, buscando entendimentos sobre como a sociedade é analisada como objeto da ciência, ou seja, de forma imparcial, e como podemos compreender os seres humanos dentro desta estrutura social.

A Sociologia foi a primeira ciência social a se institucionalizar, antes mesmo da Antropologia e da Ciência Política. Ela surge juntamente com a consolidação do sistema capitalista e a queda do regime feudal, situações que ocorreram em virtude da Revolução Industrial e Revolução Francesa, aliadas aos movimentos do Iluminismo e do Renascimento.

As mudanças sociais causadas pelas revoluções, sobretudo a Industrial, nas quais os camponeses eram inseridos de forma abrupta nas vidas urbanas, foram associadas a um novo modo de pensar, que enfatizava a razão humana e permitia realizar uma crítica à sociedade existente na época (BAUMAN; MAY, 2010).

Estes dois aspectos históricos contribuíram para o surgimento de uma ciência que buscasse entender tantas mudanças, que procurasse identificar uma ordem social na existência coletiva, para que pudesse ser feita uma reorganização da sociedade.

Desde o seu surgimento, o pensamento sociológico construiu inúmeras teorias sobre as relações entre os indivíduos e suas construções sociais. Um vocabulário comum entre os sociólogos também foi criado gradativamente a partir das pesquisas produzidas, e muitas palavras e expressões estão na rotina das pessoas, como movimentos sociais, classes, contexto social, entre outras (COSTA, 1997).

As pesquisas de opinião, como, por exemplo, as de preferência de votos realizadas em época de eleições, podem ter seus resultados analisados com os conhecimentos da sociologia, constituindo saberes que permitem à população ter uma noção da situação coletiva com relação à política local.

Isto é muito importante porque a sociologia conseguiu encontrar certas leis gerais de funcionamento dos grupos sociais, que podem ser observadas e entendidas pelo sociólogo. Estas leis resumem-se a regularidades encontradas, e por isto até é possível, às vezes, prever um fenômeno social que irá ocorrer em determinado grupo, deixando a possibilidade de intervenção em aberto.

[...] o leitor de uma pesquisa de opinião, mesmo desconhecendo a sua metodologia, sabe que existem meios mais ou menos eficazes de se desvendar o comportamento, o gosto e a opinião de uma população, pela investigação de uma amostra, isto é, de uma parte escolhida dessa população. O leitor intui a existência de uma regularidade nesses comportamentos e opiniões; reconhece que, por trás da diversidade entre as pessoas, existe certa padronização nas suas formas de agir e pensar, de acordo com o sexo, a idade, a nacionalidade etc. (COSTA, 1997, p. 9-10).

Assim, os conhecimentos construídos pela sociologia já estão disseminados entre a própria população, não só os cientistas sociais fazem uso de suas informações. Todos confiamos nas formas de conhecer a realidade estabelecidas pelas ciências humanas e em seus procedimentos de pesquisa social, mesmo sem saber exatamente como funcionam as técnicas e os processos das investigações.

A sociologia ganha ainda mais importância quando pensamos que os dados e resultados divulgados por qualquer pessoa não são mais considerados válidos apenas pela sua palavra, costuma-se exigir a comprovação da informação, as bases das quais ela foi extraída.

O entendimento estabelecido acerca do comportamento social é útil também para outras áreas, como *marketing* ou comércio. Para abrir um negócio costuma-se pesquisar o público, para divulgar um produto verifica-se que tipo de público será atingido para produzir uma propaganda eficiente, para construir um prédio residencial, verifica-se a preferência e as características comuns dos possíveis moradores, entre outros.

Os hábitos dos compradores são resultados muito importantes nestas áreas, bem como seus comportamentos. Busca-se conhecer as características da sociedade para a atuação eficiente sobre ela.

Não existe, portanto, nenhum setor da vida onde os conhecimentos sociológicos não sejam de ampla utilidade. E essa certeza perpassa hoje toda a linguagem dos meios de comunicação e toda a atuação profissional das pessoas. É por isso que a sociologia faz parte dos programas universitários que preparam os mais diversos profissionais – de dentistas a engenheiros – e por isso também o sociólogo hoje tem entrada nas mais diversas companhias e instituições (COSTA, 1997, p. 11).

Por isso, atualmente se define a sociologia por sua abordagem, e não por seu objeto, pois a sociedade é algo muito amplo, tudo existe em sociedade.

Assim, “um fenômeno é sociológico quando sobre ele se debruça o sociólogo, tentando entendê-lo no que diz respeito aos homens e às influências sociais de seu comportamento” (COSTA, 1997, p. 11).

O mundo atual, com os conflitos causados pelo sistema econômico capitalista, dá novos desafios para a sociologia, uma vez que antigos conceitos, como a divisão social do trabalho ou a democracia, podem ser revisitados e reaplicados nas análises mais recentes. Isto pode contribuir para uma compreensão mais clara da realidade que nos envolve e situa como seres sociais.

FONTE: Otto (2013, p. 4).

Conforme Miranda (2003), a Sociologia pode servir como instrumento para dignificar a existência humana e assegurar o seu lugar, uma vez que cada nova geração precisa reconquistar a independência das nações. Os povos precisam extrair de si o seu melhor, para poder desenvolver-se.

Sendo assim, a função da sociedade é melhorar a si mesma e melhorar o ambiente, e para executar tal função, as análises sociais contribuem com diagnósticos da realidade, “ensinando a conservar e a criar” (MIRANDA, 2003, p. 226).



Para conhecer melhor os primórdios da Sociologia, veja o livro “O que é Sociologia”, de Carlos Benedito Martins, da Coleção Primeiros Passos. Ele foi publicado pela Editora Brasiliense e possui várias edições.



3 O CONCEITO DE SOCIEDADE E OS GRUPOS SOCIAIS

Na Sociologia, o conceito de sociedade e de grupos sociais é utilizado com frequência. A sociedade, sobretudo, é o objeto de estudo desta ciência, portanto, ao utilizarmos este conceito para pesquisas ou análises sociais, é preciso ter clareza de suas especificidades.

Quando tratada em sentido amplo, a sociedade é compreendida como o conjunto de relações sociais que ocorrem entre os seres humanos. Em sentido mais restritivo, ela é contraposta ao conceito de comunidade pelos sociólogos. “Nesse caso, sociedade seria uma associação humana caracterizada por relações baseadas em convenções e não em laços afetivos” (CHAUÍ; OLIVEIRA, 2010, p. 112).

Vamos compreender o conceito de comunidade para entender esta contraposição que é realizada pelos sociólogos: a comunidade é composta por pessoas que possuem laços apenas afetivos, e não vínculos impessoais. Estes vínculos são fruto de relações de proximidade que a vida em comunidades proporciona, diferente de uma vida em um grande centro, que facilita contatos impessoais.

As comunidades compõem-se principalmente por relações baseadas em contatos primários (familiares, de vizinhança, de amizade), costumam ter nitidez em seus limites geográficos, são pequenas, homogêneas (considerando as atividades de seus membros), e predominam as relações pessoais. As comunidades não são mais tão comuns após o início da industrialização, mas ainda existem grupos considerados como tal.

Em oposição às comunidades, a sociedade é caracterizada justamente pelo predomínio de relações baseadas nas convenções sociais, e não em laços afetivos. A comunidade, ligada por uma vontade coletiva natural, difere da sociedade quando nesta predomina a vontade artificial, deliberada.

As sociedades são compostas pelos chamados grupos sociais. O conceito de grupo é proveniente da matemática e contempla elementos que possuem ao menos um aspecto em comum, designado de propriedade associativa. É da mesma forma que este conceito se manifesta nas análises sociais, conforme indica Costa (2005, p. 317):

Chamamos de grupo social a um conjunto de indivíduos que agem de maneira coordenada, autorreferida ou recíproca, isto é, numa situação na qual cada membro leva em consideração a existência dos demais membros do grupo e em que o objetivo de suas ações é, na maior parte das vezes, dirigido aos outros.

Além desta consciência de ações para o próprio grupo, o ser humano possui a consciência de que faz parte deste grupo, implicando em elementos essenciais para a vida social, como a reciprocidade, a integração e a interdependência. Os seres humanos são as únicas espécies que possuem a capacidade de se compreender

como parte de uma totalidade, que são conscientes de sua participação em um grupo amplo.

Vejamos como o autor Dias (2009, p. 64) define o grupo social:

Mesmo sendo um dos conceitos mais importantes em Sociologia, não existe concordância sobre uma definição do que seja um grupo social. Adotaremos aquela que nos parece a mais adequada para o nosso uso e para ser utilizada como “ferramenta” de trabalho em outras disciplinas.

Na maior parte da literatura sociológica existente, a definição mais aceita de grupo social é a de que é qualquer número de pessoas que partilham de uma consciência de interação e de filiação.

Dito de outro modo, grupo social é qualquer conjunto de pessoas em interação, que compartilham uma consciência de membros.

Desse modo, consideraremos como grupo social aqueles que apresentam interações relativamente estáveis, possibilitando que os membros adquiram uma consciência de que partilham essa relação.

Não é necessário o contato físico, basta que haja na consciência dos indivíduos a existência do grupo para que ele exista como uma unidade social distinta.

Os conceitos de agregação – ou coletividade – e categoria muitas vezes são utilizados confundindo-se com o de grupo social propriamente dito.

Para nós, agregação ou coletividade é qualquer conjunto físico de pessoas. Exemplo: passageiros de um ônibus, o público num jogo de futebol, pessoas numa fila fazendo compras, diversas pessoas caminhando pela rua. Todos esses exemplos têm em comum que as pessoas não têm consciência de interação entre si, acontece de estarem no mesmo lugar ao mesmo tempo.

Os agregados podem tornar-se um grupo social, nem que seja por um momento.

Os passageiros de um ônibus em determinado momento têm sua atenção voltada para uma briga que está ocorrendo. Essa briga lhes deu num determinado momento um interesse comum, passaram a ter uma interação conjunta. Nesse período formaram um grupo social, mesmo sendo transitório e amorfo.

Outras espécies de estímulos podem mudar uma agregação em grupo. Um aumento de tarifas de água numa cidade pode mudar uma agregação não estruturada de consumidores para um grupo efetivo dotado de consciência própria.

Já categoria é definida como sendo um conjunto de pessoas que partilham de características comuns. Exemplo: pessoas do mesmo sexo, da mesma faixa etária, mesma ocupação.

São exemplos de categoria: bancários, metalúrgicos, aposentados, jovens adolescentes.

Uma categoria pode se tornar um grupo social, portanto constituir-se numa unidade social autônoma, quando seus membros adquirem consciência de pertencer.

O pertencimento aos grupos sociais é muito importante para os seres humanos, mas geralmente só se percebe a falta que o grupo faz em uma situação de segregação, ou seja, quando somos ausentados do grupo. De um modo geral, perder o vínculo com seus grupos acaba levando à situação do suicídio.

Os grupos sociais dos quais fazemos parte podem ser classificados em grupos pessoais e externos, grupos de referência e estereótipos, e grupos primários e secundários.

• GRUPOS PESSOAIS E EXTERNOS

Os grupos pessoais também são chamados grupos de dentro, são aqueles grupos aos quais pertencemos. Família, partido, clube, tudo o que podemos chamar de “minha, meu”. As relações entre o indivíduo e seu grupo pessoal são intensas, e dele se espera lealdade, auxílio, reconhecimento. Ou seja, o indivíduo fica à vontade neste grupo (DIAS, 2009).

Os grupos externos são aqueles aos quais não pertencemos, outras religiões, outros países, outras famílias etc. Como são considerados outros grupos, o indivíduo sente falta de interesse por eles, e as expectativas são as mais variadas: de algum grupo espera hostilidade, de outro concorrência, de outro indiferença etc.

Esta relação com o grupo interno e externo afeta o comportamento das pessoas. Dias (2009) menciona o comportamento das torcidas organizadas, por exemplo: são extremamente solidárias entre os participantes de sua torcida, mas muito hostis a quem pertence a outras torcidas.

Os grupos internos também apresentam fortes características etnocêntricas, pois cada povo considera seu modo de vida como o mais correto, o melhor, em detrimento das formas de vivência de outros povos. Este etnocentrismo pode dificultar o relacionamento entre diferentes povos, chegando até a causar violência física na tentativa de eliminação do outro.

• GRUPOS DE REFERÊNCIA E ESTEREÓTIPOS

Os grupos de referência constituem uma forma de relacionamento do indivíduo com um grupo externo, adotando-o como modelo para guiar seu próprio comportamento. Utilizamos, portanto, este grupo como referência para nossos julgamentos.

Na maior parte das vezes, estes grupos externos são percebidos como estereótipos, ou seja, a imagem compartilhada é a imagem que um grupo social tem de outro grupo, e por vezes podem ser imagens distorcidas, já que estamos falando em grupos externos, do qual não se faz parte efetivamente.

Um exemplo é a situação da Colômbia, que em muitos filmes é tratada como terra de traficantes, influenciando um estereótipo de toda a população. Ou os ingleses, cuja imagem passada ao mundo pelos meios de comunicação é a de que são conservadores. Naturalmente esta não é a realidade, são estereótipos criados para aquele grupo social.

Dentro de um grupo social, apenas alguns membros se enquadram totalmente ao estereótipo. Além disso, esta imagem estereotipada facilita a socialização do grupo dentro do estereótipo, ou seja, dentro da imagem que os outros grupos fazem dele, afastando deste grupo indivíduos que não compartilham do estereótipo. Para participar de um grupo *punk*, por exemplo, o indivíduo irá assumir características de seus modos de falar, vestir e se comportar.

• GRUPOS PRIMÁRIOS E SECUNDÁRIOS

Esta classificação baseia-se nas relações sociais vivenciadas pelos integrantes do grupo. “Podemos dizer que as interações sociais entre os membros de um grupo primário são intensas, e a própria relação social é o motivo da existência do grupo. Já no grupo secundário, as relações sociais somente têm importância como um meio para se atingir determinado fim” (DIAS, 2009, p. 68).

Os grupos primários pressupõem contatos sociais pessoais, íntimos e totais, com relacionamentos informais e descontraídos. Há grande proximidade física, relativa permanência nas relações e poucos membros. As relações são espontâneas, íntimas, e são a própria finalidade do grupo. Ou seja, eles se relacionam porque desejam, e conhecem suas personalidades individuais. O grupo primário mais importante é a família.

Um grupo de amigos tem como objetivo maior manter a coesão do grupo, o relacionamento é primordial, para isso intensificam as festas de conagração. Se esse objetivo dá lugar a um outro, se as relações entre o grupo de amigos se transformam em meio para alcançar outros fins, o grupo deixará de ser primário, e conseqüentemente diminuirá o grau de coesão. Os grupos primários são considerados o principal instrumento de controle social. A força da coesão grupal do grupo primário é muito forte, sendo muito utilizado o tipo de contato existente nesses grupos como terapia de cura, por exemplo, nos alcoólicos anônimos e outros semelhantes (DIAS, 2009, p. 68).

Já nos grupos secundários os contatos são impessoais, não são permanentes, e quando ocorrem reuniões, estas possuem um objetivo prático. Estes grupos possuem mais integrantes do que os grupos primários, e suas relações são formais.

No entanto, podemos ter exemplos nos quais visualizamos grupos primários e secundários. Uma turma de curso, por exemplo, é um grupo secundário, pois sua relação é baseada na finalidade de assistir às aulas. Mas dentro deste grupo possuímos grupos primários, de amigos, namorados etc. (DIAS, 2009).

A industrialização incentiva o surgimento de grupos secundários, em virtude das relações de trabalho, pois são grupos secundários as associações como universidades, empresas, sindicatos etc.

FIGURA 26 – GRUPOS SOCIAIS



FONTE: Disponível em: <<http://www.ajudablogueiros.com.br/blog/wp-content/uploads/2012/08/grupos-conectados.jpg>>. Acesso em: 25 nov. /2013.



Estudaremos um pouco mais sobre os contatos sociais primários e secundários no Tópico 2 desta unidade.

4 ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO SOCIAL

É comum que, nos estudos sobre a sociedade, se encontrem as noções de estrutura e de organização social. O conceito de estrutura apresenta diversos significados para os autores das análises sociais, mas vamos entender de uma forma geral como são consideradas estas ideias.

Uma escola é formada por pessoas que estudam – os alunos – e por pessoas que trabalham – entre as quais o diretor, o coordenador pedagógico, os professores, o secretário e os serventes. Cada um desses indivíduos ocupa uma posição social, um *status* no grupo. Cada posição está relacionada com as demais, e todas elas, em conjunto, formam a estrutura social da escola.

Desse exemplo, pode-se concluir que estrutura social é o conjunto ordenado de partes encadeadas que formam um todo. Dito de outro modo, a estrutura social é a totalidade dos *status* existentes num determinado grupo social ou numa sociedade.

Cada participante de uma estrutura desempenha o papel correspondente à posição social que ocupa (*status*). O conjunto de todas as ações realizadas quando os membros de um grupo desempenham seus papéis sociais compõe a organização social. Este corresponde, portanto, ao funcionamento do organismo social.

Durante o período letivo a organização da escola é bastante dinâmica. No período de férias baixa a níveis mínimos, pois quase todos os indivíduos que a constituem não estão desempenhando seus papéis.

Assim, enquanto a estrutura social dá ideia de algo estático, que simplesmente existe, a organização social dá ideia de algo dinâmico, em permanente movimento.

A estrutura social se refere a uma totalidade composta de partes, enquanto a organização social se refere às relações que se estabelecem entre essas partes.

Quanto mais complexa a sociedade, maiores e mais complexas sua estrutura e sua organização social.

Tanto a estrutura quanto a organização social são passíveis de mudanças, não permanecem sempre iguais. Elas podem passar, e passam com frequência, por processos de mudança social.

FONTE: Chauí e Oliveira (2010, p. 142)

• ESTRUTURA SOCIAL

Vejamos o conceito de estrutura social para a autora Costa (2005, p. 316):

Em 'O espírito das leis', Montesquieu já utiliza um tipo de análise da sociedade que poderíamos classificar de estrutural-funcional e que corresponde à identificação de uma coerência e de uma interdependência entre os elementos da vida social. Essa correspondência entre os diversos elementos da sociedade, entre valores, leis, comportamentos e instituições, é explicada pela existência desse arcabouço que interliga, articula e dá sentido aos diversos componentes sociais.

George Murdock, antropólogo norte-americano, encontra na estrutura social, assim definida, a origem de toda coerência da vida social. Bottomore identifica na estrutura social o complexo das principais instituições e grupos sociais. Como eles, inúmeros sociólogos de diferentes escolas de pensamento desenvolveram conceitos relativos à estrutura social, alguns como um sistema interligado de relações e cargos, como Parsons, outros como um tecido de forças sociais em interação, como Mannheim. Para Marx, a estrutura social corresponde à estrutura de classes sociais de uma sociedade, sendo aquele elemento que define as demais instâncias existentes.

De qualquer maneira, apesar das diferentes definições e concepções, a partir das quais a estrutura social aparece como elemento predominantemente comportamental ou predominantemente conceitual ou teórico, alguns aspectos são constantes. A estrutura social corresponde, nas diversas teorias, aquele elemento mais estável da vida social e menos sujeito às variações circunstanciais. Nesse sentido a estrutura tende a se diferenciar da conjuntura.

Está sempre presente no conceito de estrutura o princípio da reciprocidade e da ordenação, aquele elemento que interliga e distribui diferentes componentes da sociedade, sejam eles classes ou cargos institucionais. A estrutura seria aquele elemento definidor das várias características de uma sociedade, responsável, em última instância, pelos limites de ação tanto dos indivíduos como das instituições.

Por fim, a estrutura tende a aparecer nas diversas teorias em oposição à noção de organização social, que corresponderia ao princípio dinâmico da vida social, responsável pelo fluxo das ações dos membros de um grupo.

• ORGANIZAÇÃO SOCIAL

Agora vamos compreender o conceito de organização social para a autora Costa (2005, p. 316):

Radcliffe-Brown definia a organização social como a ordenação sistemática de relações sociais e obrigações entre os diversos grupos. Broom e Selznick identificam organização com ordem social que se manifestaria em

diferentes níveis – interpessoal, grupal, e um nível macrosocial, o da ordem social propriamente dita.

Realmente é possível estudar organização social como o elemento responsável pela correspondência das diversas ações sociais e por sua reciprocidade, assim como pela maneira como os grupos sociais agem para alcançar seus objetivos. Nesse sentido, o conceito de organização é amplo e possibilita as mais diferentes análises, que vão da explicação do funcionamento das empresas ao entendimento de como atuam as diferentes instituições sociais, como o Exército e a Igreja.

É possível também analisar a organização social em estreita relação com a estrutura social, pressupondo-se entre elas uma importante correspondência. Enquanto a estrutura organiza e articula as diversas instâncias da vida social, desenvolvendo uma ação que tende à estabilidade e à definição de sociedade, a organização seria a manifestação concreta e dinâmica dessa estrutura, quer em nível interpessoal quer em nível das instituições, como o Estado. A organização corresponderia às regras de comportamento e à fluidez e integração dos diversos procedimentos previstos por uma determinada estrutura social. Nesse sentido, a organização do sistema jurídico responsável pela regulamentação do sistema de heranças da sociedade capitalista só pode ser compreendida como manifestação de uma ordem estrutural capitalista. Essa relação entre estrutura e organização elimina desta última um certo caráter aleatório e ocasional.

De qualquer maneira, em relação à estrutura, a organização social corresponde a um aspecto de ordenação da vida social, mais flexível, adaptável e variável, além de possuir também, nas mais diversas teorias, um caráter mais empírico.



Para ver os conceitos de estrutura e organização social na prática, em uma análise de um grupo social, veja o livro "Guarani: organização social e arqueologia", de André Luis R. Soares, publicado pela EDUPUCRS, em 1997.



5 INSTITUIÇÕES SOCIAIS

Uma instituição social, de acordo com Oliveira (1999, p. 108), é “um conjunto de regras e procedimentos padronizados, reconhecidos, aceitos e sancionados pela sociedade e que têm grande valor social. São os modos de pensar, de sentir e de agir que a pessoa encontra preestabelecidos”.

Uma instituição não é um grupo enquanto tal, mas, sim, um conjunto de comportamentos e crenças que o grupo adota. As pessoas pertencem a grupos ou associações; no entanto não podem pertencer a uma determinada instituição no sentido científico do termo. Uma instituição também não pode ser vista, pois trata-se de uma abstração. Podemos ver igrejas, mas não uma religião; assim, também, nós podemos ver os operários trabalhando numa fábrica, mas não a economia. O mesmo pode ser dito de um funcionário público que aplica multas; podemos vê-lo, mas não o sistema político (DIAS, 2005, p. 203).

Pode-se dizer que as instituições sociais são sistemas complexos e organizados de relações sociais, e estas relações são relativamente permanentes. Com isso, existem valores compartilhados e a instituição possui sempre uma função, resolvendo necessidades básicas da sociedade.

As atividades nas instituições são rotineiras e tornam-se previsíveis, e as relações entre seus membros tornam-se padronizadas. Elas desenvolvem-se conforme as necessidades da sociedade e, assim, surgem de forma espontânea, nem sempre com regras instituídas em leis ou documentos (BAUMAN; MAY, 2010).

O processo de padronização de condutas, de tornar as atividades rotineiras é chamado de “institucionalização”. Estas atividades passam a atingir objetivos e apresentar regras, executando papéis sociais. O boxe é institucionalizado, por exemplo, pois possui regras, rotinas, espaços, enquanto que a briga de rua é reprimida, pois não está institucionalizada.

“A institucionalização desenvolve um sistema regular de normas, *status* e papéis sociais que são aceitos pela sociedade. Com a institucionalização o comportamento espontâneo e imprevisível é substituído pelo comportamento regular e previsível” (DIAS, 2009, p. 75).

As instituições sociais, segundo Dias (2005), possuem características comuns que podem ser observadas:

- Cada instituição tem como objetivo principal a satisfação de necessidades sociais específicas e, para atingir seus objetivos, desempenha múltiplas funções. Como exemplo a instituição familiar, que regula o comportamento sexual, controla a função reprodutora e socializa as crianças.
- As instituições sociais incorporam os valores fundamentais adotados pela maioria da sociedade. Por exemplo, diante da instituição educacional, o

governo é obrigado a fornecer o ensino básico até certa idade, enquanto que os pais devem enviar seus filhos à escola e estimular a boa convivência para que existam boas relações entre os grupos sociais.

- Os ideais de uma instituição são, em geral, aceitos pela grande maioria dos membros de uma sociedade, mesmo que dela eles não participem. Mesmo pessoas não concordando com o partido político que governa no momento, elas compreendem o papel importante das instituições políticas.
- Mesmo havendo uma profunda interdependência entre as diversas instituições dentro de uma sociedade, cada uma delas está perfeitamente estruturada e organizada segundo um conjunto estabelecido de normas, valores e padrões de comportamento. As regras das instituições políticas, por exemplo, são o preenchimento de seus cargos por concurso público, e o respeito à hierarquia.
- As instituições exercem tal influência que suas atividades ocupam um lugar central dentro da sociedade; uma mudança drástica em uma instituição provavelmente provocará mudanças em outras. As mudanças econômicas impactam nas famílias, nos investimentos em educação, entre outros.
- As instituições são relativamente duradouras, e os padrões de comportamento estabelecidos dentro das instituições se tornam parte da tradição de uma determinada sociedade. A monogamia é uma tradição brasileira que regula os casamentos, por exemplo.

Podemos encontrar nas sociedades modernas, diversos tipos de instituições sociais, como a família, as instituições religiosas, as instituições políticas, a educação, as instituições econômicas.

As funções básicas das instituições, ainda de acordo com Dias (2005), podem ser resumidas em:

- As instituições sociais apresentam para os indivíduos vários modelos de comportamentos sociais apropriados a diversas situações. Na escola, por exemplo, aprendemos o correto tratamento às autoridades, como os diretores.
- As instituições proporcionam um grande número de papéis sociais com um determinado comportamento julgado adequado. A escolha da profissão por jovens se dá também pelo desempenho do papel social de determinadas funções, como médicos, advogados, entre outros.
- De um modo geral, as sociedades aprovam o comportamento institucionalizado, pois ele dá estabilidade e consistência aos seus membros. Ao frequentar a escola, o indivíduo aceita valores e normas que irão determinar um comportamento disciplinado.
- As instituições tendem a regulamentar e controlar o comportamento dos indivíduos. Como elas incorporam as expectativas aceitas pela sociedade,

qualquer desvio dessas expectativas pode gerar punição ou uma exposição a constrangimentos. Quem trabalha em instituições políticas, por exemplo, não pode receber suborno, ou sofrerá punições.

Vamos estudar três instituições sociais comuns à contemporaneidade, cuja relação se dá com os indivíduos que delas participam, ou mesmo com os indivíduos que apenas sofrem suas influências: Família, Igreja e Estado.

• FAMÍLIA

A família é a instituição social que possui como função principal socializar os jovens membros da sociedade, formada por grupos que estão envolvidos por laços de sangue, casamento ou adoção.

“A família é considerada como uma unidade social básica e universal. Básica, por dela depender a existência da sociedade; e universal, pois é encontrada em todas as sociedades humanas, de uma forma ou de outra” (DIAS, 2009, p. 78).

Existem duas possibilidades de relacionamento no que diz respeito à quantidade de cônjuges: a poligamia, situação na qual o homem é casado com mais de uma mulher ou vice-versa; e a monogamia, quando se permite o casamento com apenas um parceiro. A maior parte dos países possui proibições quanto à poligamia.

Com relação às formas de casamento, existem a endogamia e a exogamia. Conforme Dias (2005, p. 211):

- Exogamia – é o nome que se dá ao casamento entre indivíduos que pertencem a grupos distintos. Por exemplo, em nossa sociedade, as pessoas são proibidas de casar com parentes de sangue próximos - irmão ou irmã etc. A escolha deve ser feita fora do grupo de parentesco.
- Endogamia – é o tipo de casamento em que os indivíduos são obrigados a escolher os cônjuges dentro do grupo a que pertencem. Na África do Sul vigorou durante muito tempo a endogamia racial; o branco só podia casar com um branco e o negro com outro negro.

Entre as diversas funções que pode ter, a instituição familiar apresenta as seguintes:

- Regulamentação do comportamento sexual – As oportunidades de satisfação dos impulsos sexuais variam conforme os grupos sociais; há, por exemplo, grupos que permitem as relações anteriores ao casamento, enquanto outros proíbem este tipo de situação.
- Reposição de membros da sociedade de uma geração à outra por meio da reprodução – A procriação é, por excelência, a função principal da família na sociedade. Crianças que não convivem com este núcleo podem ter dificuldades de sobrevivência.

- Cuidado e proteção às crianças, aos enfermos e idosos – O cuidado nos momentos em que as funções do corpo estão dificultadas por alguma condição em geral é realizado pelos membros da família.
- Socialização das crianças – A família é o primeiro grupo social no qual a criança está inserida, desde o seu nascimento inclusive, e é deste grupo que ela recebe os primeiros padrões de condutas e valores, ou seja, a primeira educação.
- Fixar a posição e estabelecer o *status*, transmitido por meio da herança social – O indivíduo ao nascer recebe o *status* social de seu núcleo familiar, inclusive financeiro, o que determina suas primeiras relações com o mundo.
- Segurança econômica, afeto e proteção – A família tem como função inicial manter seus integrantes, além de desenvolver relações afetivas, as quais, por exemplo, geram a dependência das crianças com relação aos pais.

As funções da família como instituição social dizem respeito essencialmente à socialização dos indivíduos, e aos cuidados básicos de que precisa ao iniciar sua vida no grupo, suprindo assim uma necessidade humana importante quando falamos de grupos sociais.

• IGREJA

A Igreja, instituição religiosa presente em todas as sociedades, está ligada à religião. É um importante fenômeno social e está em torno de três tipos de interesses: a doutrina (padrão de crenças do relacionamento entre os humanos e o divino); os rituais (simbolizam as doutrinas e mantêm as pessoas conscientes delas); outros comportamentos normatizados (relacionam-se com a doutrina) (DIAS, 2009).

A religião supre necessidades espirituais humanas, eliminando dúvidas por meio da fé, bem como minimizando incertezas e incapacidades. As incertezas sobre a morte, por exemplo, recebem interpretações religiosas que interferem na organização da vida das pessoas. As incapacidades também são explicadas, como a ausência de possibilidade de previsão do futuro.

Além destes aspectos que auxiliam no conforto psicológico, esta instituição contribui com a necessidade da sociabilidade, por meio de celebrações, cultos, atividades educacionais, formam-se grupos, preparam-se lideranças e unem-se casais. A coesão social, assim, é fortalecida, e a solidariedade entre o grupo estimulada.

Já na esfera social, as funções da instituição religiosa são dez, de acordo com a análise de Dias (2005), que iremos resumir a seguir:

- participa do processo de socialização, difundindo valores e costumes;
- influencia decisivamente outras instituições sociais, como a influência exercida na família;

- é uma força de controle social, pois proíbe desvios de conduta e pune os desviantes;
- contribui para eliminar ou para promover o conflito social, defendendo valores de paz, mas muitas vezes motivando conflitos entre as religiões;
- importante fator de sociabilidade, pois favorece o contato entre seus membros, incentivando casamentos entre eles;
- preenche a falta de explicações de fatores não explicados cientificamente, pois proporciona interpretações neste sentido;
- é um instrumento utilizado para incentivar perseguições a outros grupos sociais, pois justificam-se os motivos por meio dela;
- é utilizada para conservar a sociedade e ir contra mudanças sociais, pois muitas posições são justificadas na religião;
- contribui para a coesão social, pois incentiva a unidade que facilita o enfrentamento dos problemas sociais;
- promove a solidariedade grupal, pois incentiva o sentimento de pertença a um grupo.

Estas funções da Igreja estão presentes em todos os grupos sociais, solucionando as necessidades de cunho psicológico e sociais indicadas anteriormente. Tudo isto dividido em religiões, cada vez encontradas em maior número, ou mesmo na situação de sincretismo religioso, quando elementos de duas religiões sofrem uma fusão.

• ESTADO

O Estado representa parte das instituições políticas, dependemos dele para muitos processos sociais. Todos os registros sociais de nascimento, identidade, por exemplo, são executados a partir das normas estatais. Além disso, é a única instituição social que possui o poder legítimo do uso da força, por meio de grupos como a polícia, por exemplo.

Ele retira dinheiro dos indivíduos por meio dos impostos e utiliza estes valores no financiamento da própria estrutura estatal e os serviços que ele deve prestar ao grupo social que o forma.

As pessoas que recebem a nomeação para possuir o poder nas instituições políticas e representar a sociedade e seus interesses são formadoras do governo, independente de sua forma. Elas são limitadas de acordo com as fronteiras geográficas, dentro das quais possuem soberania (DIAS, 2005).

Vejamos as diferenças entre os conceitos de povo, nação, governo e Estado:

Povo – o povo se refere a agrupamentos humanos com fortes laços de solidariedade, pois compartilham uma cultura semelhante. Seus integrantes são relativamente homogêneos, e podemos utilizar como exemplos o povo cigano, o povo brasileiro, ou o povo judeu.

Nação – quando um povo se organiza e se fixa em uma determinada área geográfica é chamado de nação, eles possuem consciência de pertencer a uma unidade cultural composta por uma cultura e história comuns. Como exemplos, temos a nação basca e a nação palestina.

Governo – é o quadro que administra as atividades de uma nação organizada que possui questões comuns, como a saúde. Ele estabelece normas e mantém a ordem, regendo as relações entre os cidadãos. O povo palestino possui seu governo próprio dentro do Estado de Israel, por exemplo.

Estado – é a nação com um governo, é a instituição social que permanece, enquanto o governo passa. O Estado brasileiro é governado pela Presidência da República, por exemplo.

O governo pode existir de diversas formas, mas as mais importantes são a monarquia, oligarquia, a democracia e a ditadura. Vamos conhecer cada uma delas, conforme nos expõe Dias (2005):

- Monarquias – a autoridade está centralizada em uma só pessoa (rei ou rainha) que recebe o poder por herança e o possui até sua renúncia ou morte. As monarquias podem ser absolutas ou constitucionais: nas primeiras não há Parlamento e o poder é total do rei; nas segundas há um Parlamento que funciona e o governo está nas mãos de um primeiro-ministro.
- Oligarquias – nas oligarquias o poder é de um grupo formado por poucas pessoas, como grupos que se alternam no poder ou grupos familiares. No período da República após 1889 este regime político funcionou no Brasil, quando poucas famílias exerciam o poder estatal.
- Democracia – o regime democrático é o sistema no qual o povo exerce o controle do Estado por meio das eleições de representantes, com o Parlamento e o Judiciário independentes entre si. No Brasil temos a alternância entre partidos, pois estamos em um regime democrático.
- Ditadura – sistema no qual uma pessoa ou um grupo exerce total poder sobre o Estado, que no Brasil ocorreu com Getúlio Vargas, por exemplo. Houve também a ditadura militar após 1964.

O governo pode se manifestar de diferentes formas, mas principalmente por meio de três elementos essenciais, que geralmente surgem associados: a força, a autoridade e a influência, também descritos por Dias (2005):

- Força – resume-se ao uso de ameaças ou coerção física, exercida por meio do uso de instrumentos como armas, ou pelo porte físico de algum indivíduo. O Estado monopoliza o uso da força para se impor em seu território, recrutando os meios de coerção para suas organizações, tais como a polícia, e as forças militares. O surgimento de grupos que disputem com o Estado este monopólio é cada vez mais comum, como, por exemplo, os grupos de crime organizado,

que dominam locais nos quais o Estado muitas vezes não consegue chegar. Muitas favelas são dominadas por bandos criminosos, que não permitem que o Estado exerça suas funções para com aqueles habitantes. A força é o mais antigo componente de poder, por tempos foi o único, mas com o regime capitalista outros componentes surgiram, mas a força continua tendo extrema importância.

- **Autoridade** – a autoridade é o direito para tomar decisões e ordenar ações às outras pessoas. É um poder legítimo pelas regras morais ou jurídicas, consentido e que tende a se expandir para outros membros do grupo social. Max Weber identificou três tipos de autoridade, categorias utilizadas nos estudos sociológicos até hoje: autoridade burocrática, tradicional e carismática. A autoridade burocrática é baseada no cargo, a pessoa só possui a autoridade enquanto ocupar o cargo, pois é o cargo que a contém, e não a pessoa em si. A lei legitima este tipo de autoridade, que também forma as organizações burocráticas. Exemplo: juiz, vereador, prefeito. A autoridade tradicional é baseada na tradição, em crenças e normas sagradas obedecidas sem a legislação, apenas pelos costumes e tradições. O poder é legítimo pela herança do *status* herdado, e os exemplos são o rei, o príncipe etc. A autoridade carismática se baseia nas qualidades do indivíduo que é líder, que é obedecido em virtude de seu carisma, tais como Napoleão, Gandhi, Hitler etc. Em muitos casos a força é combinada com a autoridade, como nas forças militares.
- **Influência** – esta se relaciona com a habilidade de afetar as ações e decisões de outras pessoas, mesmo sem possuir autoridade ou força. Há indivíduos que conseguem influenciar a opinião de outros sem o uso da coerção física e sem ocupar cargos legítimos. A posse de bens materiais muitas vezes permite aos indivíduos ter maior parcela de poder e utilizar as habilidades para manipular os outros, modificando comportamentos. As fontes de poder podem ser várias, como deter o conhecimento, que manipulado da forma correta faz com que comportamentos sejam modificados.

Utilizando-se destes recursos, o Estado executa suas funções enquanto instituição política, suprimindo necessidades de organização social, e fazendo uso da coerção (quando preciso, da força física) para arrecadar impostos e fornecer serviços essenciais para o grupo social que o compõe.



○ link <<http://www.lcgribeiro.pro.br/wp-content/uploads/2011/03/O-que-%C3%A9-uma-instituicao-social-Berger-e-Berger1.pdf>> direciona a um excelente texto, intitulado "O que é uma instituição social?", escrito por Brigitte Berger e Peter Berger. Acesso em: 25 nov. 2013.

RESUMO DO TÓPICO 1

Neste tópico você viu que:

- A Sociologia foi a primeira ciência social a se institucionalizar, antes mesmo da Antropologia e da Ciência Política. Ela surge juntamente com a consolidação do sistema capitalista e a queda do regime feudal, situações que ocorreram em virtude da Revolução Industrial e Revolução Francesa, aliadas aos movimentos do Iluminismo e do Renascimento.
- Quando tratada em sentido amplo, a sociedade é compreendida como o conjunto de relações sociais que ocorrem entre os seres humanos.
- Em oposição às comunidades, a sociedade é caracterizada justamente pelo predomínio de relações baseadas nas convenções sociais, e não em laços afetivos.
- Chamamos de grupo social a um conjunto de indivíduos que age de maneira coordenada, autorreferida ou recíproca, isto é, numa situação na qual cada membro leva em consideração a existência dos demais membros do grupo e em que o objetivo de suas ações é, na maior parte das vezes, dirigido aos outros.
- Os grupos sociais podem ser classificados em: grupos pessoais e externos; grupos de referência e estereótipos; grupos primários e secundários.
- A estrutura social permite a correspondência entre os diversos elementos da sociedade, entre valores, leis, comportamentos e instituições, é explicada pela existência desse arcabouço que interliga, articula e dá sentido aos diversos componentes sociais.
- Organização social pode ser compreendida como o elemento responsável pela correspondência das diversas ações sociais e por sua reciprocidade, assim como pela maneira como os grupos sociais agem para alcançar seus objetivos.
- Uma instituição social é um conjunto de regras e procedimentos padronizados, reconhecidos, aceitos e sancionados pela sociedade e que tem grande valor social. São os modos de pensar, de sentir e de agir que a pessoa encontra preestabelecidos.
- São instituições sociais: família, Igreja, Estado.

AUTOATIVIDADE



1 Neste tópico você estudou sobre a Sociologia e os conceitos fundamentais que ela utiliza para suas análises. Sobre estes conceitos, classifique V para as sentenças verdadeiras e F para as falsas:

- () A sociedade é baseada em relações que são originadas por laços afetivos dos indivíduos, predominando assim as relações afetivas em seu interior.
- () No grupo social, os indivíduos não levam em consideração a existência de outros ao realizar uma ação, suas ações sempre são individualistas.
- () As instituições sociais possuem grande valor social, pois são compostas por comportamentos e regras padronizadas, que dão certa segurança social.
- () A sociologia surgiu como ciência que estuda as relações sociais entre os indivíduos, ou seja, a sociedade.

Agora, assinale a alternativa que apresenta a sequência CORRETA:

- a) () F - V - V - F.
- b) () V - V - F - V.
- c) () F - F - F - V.
- d) () F - F - V - V.



Assista ao vídeo de
resolução desta
autoatividade



A CONVIVÊNCIA HUMANA

1 INTRODUÇÃO

Como vimos no último tópico, a sociedade é regulada por meio de estabilidades e de comportamentos sociais que ocorrem com relativa frequência. É possível identificar, nestas regularidades, certas formas pelas quais ocorrem as relações sociais, que caracterizam aspectos da convivência humana.

Estas regularidades de aspectos nas relações sociais também são objetos da sociologia, pois é por meio destas análises que alguns fenômenos sociais são explicados.

Começaremos este tópico estudando a socialização e a sociabilidade, formas primordiais de contato humano, que permitem ao indivíduo tornar-se um ser social. É a socialização em nosso grupo que nos faz adquirir características sociais e culturais das pessoas que o compõem.

Após, veremos quais as possibilidades existentes de contatos sociais, e como eles são classificados diante das análises sociais. Neste momento veremos também como pode ocorrer o isolamento social, quando certos indivíduos são segregados ou, por algum motivo, evitam o contato social.

Em seguida, estudaremos as interações sociais e, logo após, os processos sociais. Tanto as interações quanto os processos sociais dizem respeito a formas de relacionamento entre os grupos e os indivíduos, que podem ser observadas com certa regularidade.

A partir destes conceitos você compreenderá e terá noções sobre o estudo científico das relações entre os indivíduos, ou seja, da convivência humana, e dos processos que a envolvem.

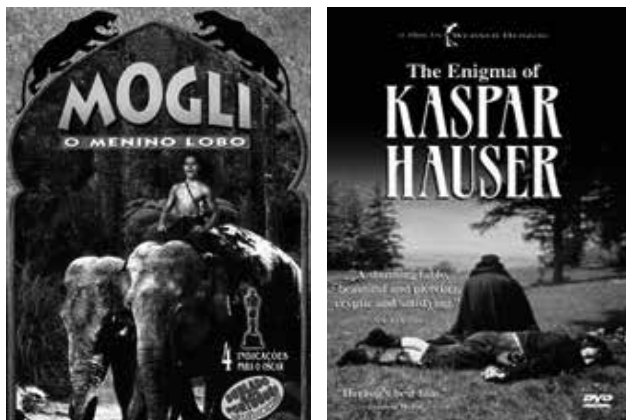
Boa leitura!

2 SOCIABILIDADE E SOCIALIZAÇÃO

A convivência humana é que nos faz ter comportamentos sociais, como é possível observar a partir dos estudos anteriores sobre os grupos sociais. Os hábitos humanos são aprendidos e adotados a partir desta convivência em grupo, e o isolamento social não permite que este aprendizado ocorra.



Os filmes “O enigma de Kaspar Hauser” (Werner Herzog) e “Mogli, o menino lobo” (Steve Trenbirth) discutem e apresentam situações de indivíduos que cresceram longe do convívio social, observando seu desenvolvimento e tentando inseri-los na convivência humana já adultos. São filmes muito interessantes para embasar as discussões desta unidade.



A convivência humana se dá por meio das formas que permitem a comunicação entre si e a cooperação entre os indivíduos. Eles precisam uns dos outros para sobreviver, compartilhar símbolos, se reproduzir e expressar. É nesta convivência que nos tornamos realmente humanos.

A capacidade natural que os seres humanos possuem para viver em grupos, em sociedade, é chamada de sociabilidade, e ela é desenvolvida pelo processo de socialização (CHAUÍ; OLIVEIRA, 2010).

A socialização permite que o indivíduo seja integrado ao seu grupo social, assimilando seus hábitos, regras, costumes, enfim, suas características culturais. Quando o indivíduo passa a se comportar de acordo com as normas e costumes do grupo social no qual nasceu, podemos afirmar que está socializado. Portanto, “quanto mais adequada for sua socialização, mais sociável ele tenderá a se tornar” (CHAUÍ; OLIVEIRA, 2010, p. 97).

O potencial para tornarmos humanos sociais, portanto, todos nós temos ao nascer, mas é a socialização que irá propiciar experiências que irão fazer com que o indivíduo interaja com outras pessoas e se integre, ou seja, se socialize.

Podemos definir socialização como sendo a aquisição das maneiras de agir, pensar e sentir próprias dos grupos, da sociedade ou da civilização em que o indivíduo vive. Esse processo tem início no momento em que nasce, continua ao longo de toda a sua vida e só acaba quando a pessoa morre (DIAS, 2009, p. 44).

É o processo de socialização que permite ao indivíduo a construção de uma personalidade própria, a partir das experiências que tiver, que o farão se diferenciar dos outros indivíduos. Esta personalidade também fará com que ele se identifique com seu grupo social.

Mesmo com elementos comuns à socialização das pessoas, cada indivíduo é único, pois ele é socializado conforme sua personalidade e terá características semelhantes ao seu grupo, ao mesmo tempo que diferentes de outros grupos.

Podemos ter traços sociais de catarinenses, gaúchos, paulistas, cearenses, enfim, mas dentro do próprio Estado haverá diferenças regionais, que trarão novas características culturais e diferenciarão os indivíduos. Dentro de uma cidade podemos ter grupos diferenciados culturalmente, que trarão experiências diferentes aos seus novos integrantes.

Portanto, pode-se concluir que o processo de socialização é extremamente cultural, uma vez que a cultura seja definida como aquilo que é socialmente aprendido e compartilhado dentro dos grupos sociais, incluindo hábitos e costumes.

• Socialização em tempos de globalização

Com o surgimento da globalização e o advento de novas tecnologias de comunicação, o tempo histórico se acelerou e profundas transformações começaram a ocorrer em todas as esferas da sociedade.

Nesse contexto de rápidas mudanças, novas formas de sociabilidade emergem no século XXI. Nos grandes centros urbanos, o tribalismo se tornou uma das formas de expressão desses novos tipos de sociabilidade. (A palavra tribalismo está sendo aqui utilizada em sentido amplo, que ultrapassa o sentido comum, ligado à ideia de sociedades indígenas).

Exemplos desses novos grupos são os *punks*, os surfistas, os *skinheads*, as torcidas organizadas de futebol e as gangues da periferia urbana. Eles se reúnem em torno de afinidades ou interesses momentâneos, e se identificam por algum aspecto externo, como a indumentária, o corte de cabelo, ou por uma linguagem própria do grupo.

Novas tribos também estão surgindo a partir do desenvolvimento da informática e da rede de computadores. São as comunidades eletrônicas ou virtuais que habitam o ciberespaço e inauguram um novo tipo de sociabilidade.

Esses grupos virtuais surgem como expressão de uma nova cultura (cibercultura), que nasce da união entre a sociabilidade pós-moderna e os avanços da microeletrônica. (A expressão pós-modernidade tem sido utilizada para designar a cultura contemporânea, em oposição à modernidade, que teve

início no século XV e perdurou até a segunda metade do século XX). Caóticas, desordenadas e sem nenhum controle externo, essas redes de amizade vão se desenvolvendo por todo o mundo e inaugurando um novo tipo de sociabilidade.

Hoje, as comunidades virtuais têm papel fundamental na integração da sociedade de massa: elas resgatam laços de sociabilidade que estão se perdendo em razão da falta de tempo disponível para as pessoas frequentarem os espaços de sociabilidade tradicionais.

FONTE: Chauí e Oliveira (2010, p. 98)

3 CONTATOS SOCIAIS E ISOLAMENTO SOCIAL

A convivência humana permite aos seres humanos uma série de contatos sociais extremamente diversificados. Temos o contato de alunos com professores, de compradores com vendedores, de empregados com empregadores, enfim, os mais diversos. Você pode imaginar todos os contatos sociais que teve até hoje? Talvez seja difícil, por ser uma grande quantidade.

O contato social é isto, é o contato operado entre seres humanos. Ele origina todos os tipos de associação e, portanto, está na base da vida em sociedade. Os grupos se constituem a partir desse contato inicial, uma vez que assim estabelecem relações que criam laços de identidade, passando a compartilhar comportamentos (CHAUÍ; OLIVEIRA, 2010).

Segundo os autores Chauí e Oliveira (2010, p. 98), podemos ter dois tipos de contatos sociais:

- Contatos Sociais Primários – São os contatos pessoais, diretos, e que têm uma forte base emocional, pois as pessoas envolvidas compartilham suas experiências individuais. São exemplos de contatos sociais primários: os familiares (entre pais e filhos, entre irmãos, entre marido e mulher); os de vizinhança; as relações sociais na escola, no clube etc. As primeiras experiências do indivíduo se fazem com base em contatos sociais primários.
- Contatos Sociais Secundários – São os contatos impessoais, calculados, formais. Dois exemplos: o contato do passageiro com o cobrador de ônibus para pagar a passagem; o contato do cliente com o caixa do banco para descontar um cheque. São também considerados secundários os contatos impessoais mantidos por meio de carta, telefone, telegrama, *e-mail* etc.

Os contatos sociais que as pessoas possuem irão influenciar diretamente no desenvolvimento de sua personalidade individual. Ter mais contatos primários interfere de uma forma nesta personalidade, enquanto que ter contatos secundários interfere de forma diferente.

Podemos comparar um lavrador que vive no interior de uma cidade a um empresário de um grande centro urbano: os contatos do lavrador possuem

características mais comunitárias, as pessoas se conhecem e realizam atividades semelhantes. As relações sociais são estreitas e predominam as relações familiares e de vizinhança, mantendo comportamentos homogêneos e não ocorrendo grandes mudanças significativas ao longo da vida.

Já no caso do empresário, predominam os contatos secundários, com maior número deles e maior complexidade. Neste caso, não há um envolvimento emocional entre ele e seus contatos, que são clientes, empregados, outros empresários. São contatos com os quais ele se relaciona de forma impessoal, formal e momentânea (CHAUÍ; OLIVEIRA, 2010).

O mundo no campo é relativamente estável, com poucas modificações nos contatos sociais, ou pelo menos se compararmos esta situação à rotina de mudanças e desafios de um centro urbano. A industrialização provocou uma redução na quantidade de contatos primários e aumento das relações baseadas em contatos secundários.

Nos grandes centros urbanos, as relações humanas tendem a ser mais fragmentadas e impessoais, caracterizadas por um forte individualismo, pois a proximidade física não significa necessariamente proximidade afetiva. Essa falta de afetividade reforça o individualismo e estimula os conflitos. Um exemplo disso são as brigas frequentes no trânsito, muitas delas com desfecho violento (CHAUÍ; OLIVEIRA, 2010).

FIGURA 27 – CONTATOS SOCIAIS PRIMÁRIOS: FAMÍLIA



FONTE: Disponível em: <<http://1.bp.blogspot.com/-jBiUwdZ9B1Q/TbxKC5NopzI/AAAAAAAAAD7E/nI9X27w9Rag/s1600/a+familia+Ensinar-Aprender009.jpg>>. Acesso em: 25 nov. 2013.

FIGURA 28 – CONTATOS SOCIAIS SECUNDÁRIOS: VENDEDOR E CLIENTE



FONTE: Disponível em: <http://img.colorirgratis.com/vendedor-mostrando-um-pro_4b3356974dafa-p.gif>. Acesso em 25/11/2013.

A ausência de contatos sociais caracteriza outra situação em sociedade: o isolamento social. Existem alguns registros de seres humanos que viveram por algum tempo em total isolamento, sem contatos sociais; no entanto, são raros. De um modo geral, a maior parte dos adultos já teve contatos sociais, e eles auxiliam nas questões de sobrevivência.

É mais comum falarmos na segregação social de grupos, em isolamentos sociais impostos para pessoas que, num dado momento, são indesejáveis no convívio social, pelos mais diversos motivos.

Conforme Chauí e Oliveira (2010), este isolamento pode ser reforçado a partir de atitudes de ordem social e atitudes de ordem individual.

As atitudes de ordem social dizem respeito aos tipos de preconceitos, tanto religioso, quanto racial, entre outros. Podemos indicar como exemplo o antissemitismo, atitude violenta contra os povos judeus durante o regime nazista na Alemanha. O isolamento dos negros do convívio com os brancos na África do Sul no período chamado de *apartheid* também é um exemplo histórico.

Já as atitudes de ordem individual podem ser causadas por fenômenos como a timidez, o preconceito e a desconfiança, a partir das quais o próprio indivíduo procura o isolamento, muitas vezes causando a segregação dentro do próprio grupo primário. As dificuldades para estabelecer uma convivência em virtude das dificuldades de comunicação atrapalham as relações, neste caso.

FIGURA 29 – IMAGEM INDICATIVA DO ISOLAMENTO SOCIAL IMPOSTO AOS NEGROS NO APARTHEID



FONTE: Disponível em: <http://eduardonunes.org/wp-content/uploads/2013/03/apartheid_africa_do_sul1-500x353.jpg>. Acesso em: 25 nov. 2013.

As formas de convívio social são diferenciadas conforme os grupos, e determinadas a partir de regras específicas. Cada cultura desenvolve condições de convivência, e estas vão mudando ao longo dos tempos, de acordo com o período histórico e acompanhando as modificações sociais de grande porte ocorridas no mundo.



Veja o vídeo disponível em <<http://www.youtube.com/watch?v=UbhxaF770s4>>, no qual é discutida a importância das relações e do convívio social, em detrimento do isolamento social.

4 INTERAÇÃO SOCIAL

Agora que você já estudou o conceito de contato social, podemos passar ao conceito seguinte, tratando sobre a interação social. Enquanto os seres humanos estão em contato social, eles influenciam os outros e também são influenciados por eles.

Resultando do contato social entre eles e da comunicação estabelecida, temos modificações de comportamentos, e este é o aspecto mais importante da interação social. Vejamos o exemplo dado por Chauí e Oliveira (2010, p. 102):

Na sala de aula, professor e alunos estão em contato social, estabelecendo-se uma intercomunicação entre eles e também entre alunos e alunos. Ao aprenderem com o professor, o comportamento

dos alunos sofre modificações. Também o professor se modifica: sua explicação da matéria é diferente de uma turma para outra, pois pode precisar se deter num ponto que para uma classe de alunos mostra-se mais difícil do que para outra; pode mesmo mudar de opinião após uma discussão em classe. Portanto, o professor influencia os alunos e é influenciado por eles. Dizemos, então, que existe entre professor e alunos uma interação social.

Um item importante é que apenas o contato físico não garante que haja interação social: o ato de sentarmos ao lado de alguém em uma fila não caracteriza uma interação; para tal, teria que haver um diálogo.

Esta interação pode ocorrer entre uma pessoa e outra, entre grupos ou entre uma pessoa e um grupo. O pressuposto para a interação, portanto, é a reciprocidade de ações entre as pessoas. Mas, como vimos há pouco nos estudos sobre a sociabilidade e socialização, os novos meios de comunicação estão modificando as relações sociais, o que impacta também nas interações.

FIGURA 30 – NOVAS INTERAÇÕES SOCIAIS: REDES SOCIAIS



FONTE: Disponível em: <<http://www.estrategiati.com.br/home/imagens/social-media.gif>>. Acesso em 25 nov. 2013.

Os novos tipos de interações sociais são explicados a partir do conceito de interatividade, que constitui a possibilidade que temos de realizar trocas simultâneas de informações e de ter acesso imediato a qualquer parte do mundo, por meio das possibilidades técnicas que as máquinas possuem (CHAUI; OLIVEIRA, 2010, p. 51).

Em seu livro *Cibercultura* (1997), Pierre Levy se refere a diferentes tipos de interatividade, que vão da mensagem linear à mensagem participativa. A mensagem linear se dá por intermédio de meios de comunicação como a imprensa, o rádio, a TV, o cinema e até as conferências eletrônicas. A mensagem participativa, por sua vez, é aquela que utiliza dispositivos como os *videogames* com um só participante, ou que envolve a comunicação em mundos virtuais, onde ocorre a

troca de informações contínuas. O que caracteriza a interatividade é a possibilidade de transformar, ao mesmo tempo, os envolvidos na comunicação em emissores e receptores, produtores e consumidores de mensagens.

Vejamos como as interações sociais ocorrem para o autor Dias (2009, p. 27):

Quando duas ou mais pessoas estão em contato entre si e estabelece-se uma comunicação, ocorre uma ação recíproca entre elas, isto é, duas ideias, sentimentos ou atitudes provocarão reações umas nas outras, ocorrendo uma modificação do comportamento de todos. As pessoas influenciam e também sofrem influência dos outros. Quando isso ocorre, dizemos então que existe uma interação social entre eles.

Dessa maneira, podemos definir, grosso modo, interação social como sendo: a ação recíproca de ideias, atos ou sentimentos entre pessoas, entre grupos ou entre pessoas e grupos.

Para que a interação social se processe é necessário que haja contato social entre os indivíduos. O simples contato físico não basta. Importante é que como resultado desse contato e da comunicação que se estabelece entre eles, ocorre uma modificação de comportamento das pessoas envolvidas.

Os passageiros de um ônibus estão próximos fisicamente, mas nem sempre estão interagindo, sendo assim não constituem objeto de estudo sociológico.

Há uma discussão entre alguns autores sobre o papel desempenhado pelos meios físicos de comunicação, como: os livros, a televisão e outros meios modernos de comunicação social. Consideraremos que nesses casos ocorre uma interação não recíproca, pois aparentemente apenas um dos lados (televisão, livro, rádio) influencia o outro.

Na realidade, por trás dos meios físicos estão pessoas que levam em consideração o leitor (livro), o ouvinte (rádio) e o telespectador (televisão). Desse modo, as pessoas que dirigem os veículos de comunicação de massa interagem com aqueles que os utilizam, modificando seu conteúdo. Na realidade, a interação é recíproca, só que intermediada por um veículo de comunicação de massa.

As diferentes formas que a interação social pode assumir nós denominamos de relação social.

As relações sociais podem ser de vários tipos: culturais, econômicas, religiosas, políticas, pedagógicas, familiares etc.

A relação do padre com os fiéis é do tipo religiosa, as relações dos indivíduos numa convenção partidária são políticas, a que existe entre o professor e os seus alunos é pedagógica, e assim por diante.

As interações sociais, portanto, conduzem às relações sociais:

Denomina-se relação social a forma assumida pela interação social em cada situação concreta. Assim, um professor tem um tipo de relação social com seus alunos, a relação pedagógica. Duas pessoas em uma operação de compra e venda estabelecem outro tipo de relação social, a relação comercial (CHAUÍ; OLIVEIRA, 2010, p. 103).

Desta forma, as relações sociais de que tanto falamos em nosso cotidiano possuem sua forma como conceito científico, especialmente na área de Sociologia, e nos permite, a partir disso, analisar estas relações, observando assim similaridades e regularidades de comportamentos.



Veja o artigo "A interação social e o desenvolvimento humano", elaborado por Maria Salete Fábio Aranha, disponível no link: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S1413-389X1993000300004&script=sci_arttext>.

5 PROCESSOS SOCIAIS

As interações sociais podem ser encontradas de forma repetitiva em alguns comportamentos, caracterizando maneiras pelas quais os indivíduos e grupos se relacionam. A estas formas padronizadas de relações sociais damos o nome de processos sociais.

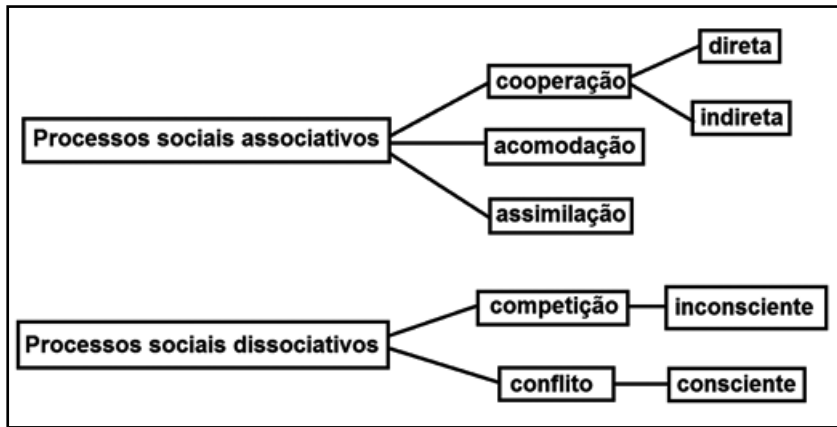
A palavra processo designa a contínua mudança de alguma coisa numa direção definida. Processo social indica interação social, movimento, mudança. Os processos sociais são as diversas maneiras pelas quais os indivíduos e os grupos atuam uns com os outros, a forma pela qual os indivíduos se relacionam e estabelecem relações sociais (CHAUÍ; OLIVEIRA, 2010, p. 103).

Todas as mudanças originadas por contatos sociais e interações sociais entre os membros de uma sociedade são processos sociais, como exemplo podemos citar a organização de um grupo para a manutenção de uma escola. Neste caso temos a cooperação entre o grupo, para que o trabalho seja terminado o quanto antes.

Os grupos sociais podem se separar ou se reunir, associar-se ou dissociar-se, e isso reflete nos processos sociais, que são divididos em associativos e

dissociativos. Os processos associativos estão relacionados à reunião, portanto se baseiam na cooperação, consenso entre o grupo. Os processos dissociativos tratam de divergências, de separação, baseiam-se em oposições e conflitos.

FIGURA 31 – NOVAS INTERAÇÕES SOCIAIS: REDES SOCIAIS

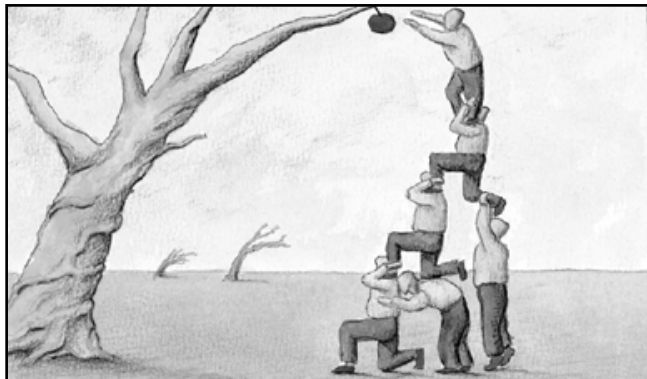


FONTE: Disponível em: <http://2.bp.blogspot.com/-hOHAfDeF9Fw/UL_nA9OIQFI/AAAAAAAAAY/BDzBge9tzXs/s400/processos.png/>. Acesso em: 25 nov. 2013.

Os principais processos sociais associativos são: acomodação, assimilação e cooperação. Os principais processos dissociativos são: competição e conflito.

• COOPERAÇÃO

FIGURA 32 – COOPERAÇÃO: TRABALHO EM EQUIPE



FONTE: Disponível em: <http://3.bp.blogspot.com/-xHx3qeR9sw4/TjAdi9LdhAI/AAAAAAAAAGw/O48DM4osodg/s1600/trabalho_em_equipe.jpg>. Acesso em 25 nov. 2013.

Cooperação é uma palavra comum no cotidiano das pessoas, e o significado deste processo social é o mesmo utilizado no senso comum: um conjunto de pessoas que trabalha objetivando um mesmo fim. É uma forma de interação que reúne os seres humanos a partir de objetivos comuns.

Como exemplos, podemos indicar a formação de cooperativas, mutirões para construções, reunião de vizinhos para a limpeza da rua, formação de grupos para arrecadação de doativos para grupos menos favorecidos, entre outros.

Segundo Chauí e Oliveira (2010, p. 104), temos dois tipos de cooperação:

- **Cooperação direta:** Compreende as atividades que as pessoas realizam juntas, como é o caso dos mutirões.
- **Cooperação indireta:** É aquela em que as pessoas, mesmo realizando trabalhos diferentes, necessitam indiretamente umas das outras, por não serem autossuficientes. Tomemos o exemplo de um médico e de um lavrador: o médico não pode viver sem o alimento produzido pelo lavrador, e este necessita de cuidados médicos quando fica doente.

A cooperação pode ser ou não deliberada. Uma tribo indígena caça coletivamente para sobreviver, não delibera sobre isso. Já na Organização das Nações Unidas existem tentativas de promover a cooperação de forma consciente.

“Embora a cooperação implique a consideração dos desejos dos outros e se pressupõe que seja desinteressada, na maioria dos casos as pessoas e os grupos podem cooperar porque veem nesse processo a melhor forma de atender a seus interesses” (PILETTI, 1987, p. 27).

• COMPETIÇÃO

FIGURA 33 – COMPETIÇÃO: VESTIBULAR



FONTE: Disponível em: <<http://dredsonmachado.files.wordpress.com/2012/06/foto-reproduc3a7c3a3o.jpg?w=397&h=293>>. Acesso em: 25 nov. 2013.

A competição é um processo social diferente da cooperação, pois é baseada na disputa, consciente ou inconsciente, por bens e vantagens sociais limitadas em número e oportunidades. Os motivos da competição podem ser os mais diversos: empregos, dinheiro, alimento, prestígio, entre outros.

O modelo capitalista de economia incentiva a competição entre os indivíduos, tanto no campo de trabalho quanto nas demais esferas sociais. Podemos citar como exemplo o vestibular, forma de competição pelo acesso à universidade; campeonatos esportivos; disputas comerciais pelos clientes etc.

A competição pode levar indivíduos a agir uns contra os outros em busca de uma melhor situação. [...] Ora, nem todos podem obter os melhores lugares nas esferas sociais, pois os postos mais importantes são em número muito menor que seus pretendentes, isto é, são escassos. Assim, os que pretendem alcançá-los entram em competição com os demais concorrentes (CHAUÍ; OLIVEIRA, 2010, p. 105).

Existem grupos sociais que valorizam a competição, defendendo a acumulação de riquezas, enquanto que outros a desestimulam, garantindo que a riqueza seja da coletividade e não incentivando a superioridade individual. Segundo Piletti (1987, p. 27), entre os efeitos da competição podemos citar:

- Geralmente, a competição leva os competidores a desenvolverem atitudes inamistosas entre si.
- A competição é um desestímulo para os que perdem.
- Quanto mais complexa a tarefa, menos útil a competição.
- A competição tende a transformar-se em conflito.

• CONFLITO

FIGURA 34 – CONFLITOS SOCIAIS: CHOQUES POLÍCIA X GRUPOS



FONTE: Disponível em: <http://oglobo.globo.com/blogs/arquivos_upload/2011/08/110_1935-riots.jpg>. Acesso em: 25 nov. 2013.

Os conflitos, diferentes da competição, são processos sociais nos quais as recompensas são buscadas por meio da eliminação ou enfraquecimento de outros competidores. Existem atitudes conscientes e emocionais que buscam, muitas vezes, a eliminação total do oponente.

“Os indivíduos ou grupos em conflito têm consciência de suas divergências, existindo entre eles rivalidade, críticas fortemente carregadas de emoção, muitas

vezes o ódio, e apresentam como primeiro impulso a destruição do adversário” (PILETTI, 1987, p. 29).

Pode-se afirmar que, quando a competição toma proporções amplas e assume características de uma forte tensão social, temos um conflito. Esta tensão social atinge também os grupos sociais participantes da situação, e o conflito externo tende a se inserir internamente no grupo, embora as tensões sejam aliviadas no conflito externo de um modo geral.

Enquanto na competição procura-se superar os competidores, no conflito busca-se obter recompensas pela eliminação ou enfraquecimento dos rivais. Em sua forma mais suave, o conflito acarreta apenas prejuízos materiais ou sociais ao oponente, como a demissão no emprego, a expulsão do país, a perda dos direitos políticos etc. Em sua forma mais violenta, o conflito pode custar a vida de indivíduos e grupos: um assassinato, o extermínio de tribos indígenas pelos colonizadores europeus, a guerra, são apenas alguns entre muitos exemplos. Uma vez iniciado, o conflito tende a tornar-se sempre mais intenso (PILETTI, 1987, p. 28).

Um exemplo prático de nosso cotidiano é uma sala de aula, quando grupos de alunos começam a provocar outros, incentivar brigas, e estes conflitos costumam originar situações de violência. Outros exemplos são lutas raciais nos Estados Unidos, lutas entre posseiros e índios no Brasil, guerras de um modo geral.

• ACOMODAÇÃO

FIGURA 35 – ACOMODAÇÃO: SUSPENSÃO DE CONFLITOS



FONTE: Disponível em: <http://1.bp.blogspot.com/_OQxSCtxnPzo/TJL5q3j9wCI/AAAAAAAAAFg/X4PqaQELxb8/s200/411713_arafat1993.jpg>. Acesso em 25/11/2013.

A acomodação é um processo social adotado quando se pretende que um conflito seja superado. É um ajustamento, uma espécie de acordo temporário entre grupos e indivíduos com o objetivo de superar o problema que causou o conflito.

Na verdade, neste caso o conflito se torna latente, e pode retornar a qualquer momento.

A acomodação é o processo pelo qual o indivíduo ou grupos se ajustam a uma situação conflitiva sem terem admitido mudanças importantes nos motivos que deram origem ao conflito. Consiste em criar acordos temporários entre os oponentes. A acomodação pode ter vida curta ou perdurar durante séculos (DIAS, 2009, p. 30).

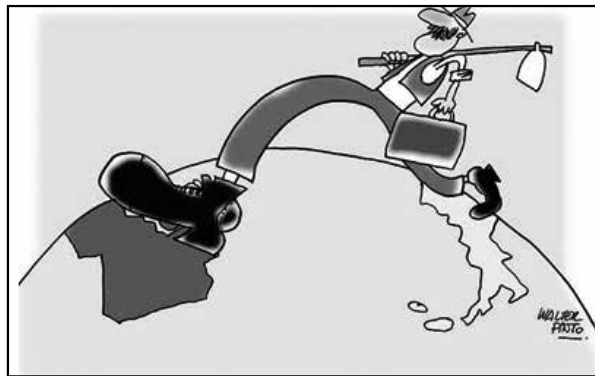
A tolerância é uma forma de acomodação, quando as partes compreendem que o outro pode discordar, e concordam que devem viver sem atritos. Costuma ocorrer com as religiões, que evitam conflitos, mas cujos fiéis defendem sempre a sua como verdadeira. Outro exemplo é baseado em quando um conflito termina com a vitória de um grupo, e o grupo derrotado precisa aceitar um acordo (PILETTI, 1987).

Ainda que as atitudes e modos de pensar não sejam encerrados nestas condições, na acomodação os indivíduos aceitam determinada situação e minimizam o conflito. O encerramento total deste só se dará por meio da assimilação.

Um exemplo de assimilação é a relação entre árabes e judeus, que por um determinado tempo, em virtude de acordos, estiveram em suspensão com seus conflitos, que reacenderam a partir do século XX.

• ASSIMILAÇÃO

FIGURA 36 – ASSIMILAÇÃO: IMIGRAÇÕES



FONTE: Disponível em: <<http://2.bp.blogspot.com/-Gd9CUjBlahY/TcayALBJFPI/AAAAAAAAAAh4/MPBtLgDWkxo/s320/charge-imigrantes.jpg>>. Acesso em: 25 nov. 2013.

A assimilação é um processo social composto por modificações de ordem cultural e de ordem psíquica, que resulta da transferência de um indivíduo de um grupo social para outro, diferente de seu grupo cultural, quando a convivência permite uma troca cultural para ambos.

As pessoas passam a assimilar elementos de outras culturas e, portanto, reduzem seus conflitos, misturando-se os grupos diferentes até tornarem-se um único grupo, com aspectos culturais similares. Nas palavras de Dias (2009, p. 30):

A assimilação é um processo que implica que os indivíduos ou grupos alterem profundamente suas maneiras de pensar, sentir e agir. É um processo longo e complexo, que garante uma solução permanente para os conflitos. Constitui um processo de difusão cultural mútua através do qual grupos e pessoas passam a partilhar de uma cultura comum.

Um bom exemplo de assimilação é a questão da imigração cultural, pois as correntes migratórias, no caso brasileiro, por exemplo, se identificaram de tal forma com esta nova cultura que passaram a fazer parte dela. Os contatos entre colonizadores e colonizados (brancos e índios) também provocaram este processo social chamado de assimilação.



Para ter acesso a mais informações sobre os processos sociais, veja o livro "Processos sociais, cultura e identidades", obra de SCHWADE, E.; VALLE, C. G. O. Publicado pela Editora Annablume, em 2010.



RESUMO DO TÓPICO 2

Neste tópico você viu que:

- A capacidade natural que os seres humanos possuem para viver em grupos, em sociedade, é chamada de sociabilidade, e ela é desenvolvida pelo processo de socialização.
- A socialização permite que o indivíduo seja integrado ao seu grupo social, assimilando seus hábitos, regras, costumes, enfim, suas características culturais.
- O contato social é isto, é o contato operado entre seres humanos. Ele origina todos os tipos de associação e, portanto, está na base da vida em sociedade, e pode ser classificado em primário ou secundário.
- A ausência de contatos sociais caracteriza outra situação em sociedade: o isolamento social. Este isolamento pode ser reforçado a partir de atitudes de ordem social e atitudes de ordem individual.
- Enquanto os seres humanos estão em contato social, eles influenciam os outros e também são influenciados por eles. Resultando do contato social entre eles e da comunicação estabelecida, temos modificações de comportamentos, e este é o aspecto mais importante da interação social.
- As interações sociais podem ser encontradas de forma repetitiva em alguns comportamentos, caracterizando maneiras pelas quais os indivíduos e grupos se relacionam. A estas formas padronizadas de relações sociais damos o nome de processos sociais.
- Os principais processos sociais associativos são: acomodação, assimilação e cooperação. Os principais processos dissociativos são: competição e conflito.

AUTOATIVIDADE



1 A convivência humana é analisada pela sociologia a partir de uma série de conceitos. Acerca destes conceitos, que você estudou neste tópico, analise as sentenças a seguir:

I - O contato social diz respeito aos contatos que os seres humanos possuem entre si, e do contato que eles realizam com outros animais.

II - Os processos sociais são formas padronizadas de relações sociais, ou seja, são interações sociais repetitivas.

III - Na socialização, o indivíduo assume apenas características sociais do grupo ao qual pertence, não aprendendo características culturais.

Agora, assinale a alternativa CORRETA:

- a) () Somente a sentença I está correta.
- b) () Somente a sentença II está correta.
- c) () As sentenças II e III estão corretas.
- d) () As sentenças I e II estão corretas.



Assista ao vídeo de
resolução desta
autoatividade



A DINÂMICA SOCIAL

1 INTRODUÇÃO

Prezado(a) acadêmico(a), chegamos ao último tópico de nossos estudos sobre os seres humanos e seus grupos sociais. Vimos até aqui alguns conceitos fundamentais acerca da sociedade, como a sociologia utiliza estes conceitos para suas análises, e os processos que permitem a interação e a convivência entre os seres humanos e entre os próprios grupos.

No entanto, como sabemos, a sociedade não é estática, ou seja, ela passa por mudanças com frequência. Basta pensar em todas as histórias que nossos avós contam sobre como era o “tempo de antigamente”. Se pararmos para avaliar, este tempo não está tão distante, estamos à frente apenas duas gerações. Mesmo assim, apenas analisando as histórias e fatos, conseguimos perceber as diferenças e semelhanças com relação à atualidade.

As modificações ocorridas nas estruturas sociais, no modo de relacionamento entre os indivíduos, entre outros, garantem a existência de uma dinâmica social, evitando uma sociedade estática. Nem sempre estas mudanças são rápidas, elas podem ser graduais, e ter maior ou menor impacto.

Para analisar esta dinâmica social, a sociologia faz uso de alguns conceitos, que estudaremos neste tópico.

Vamos iniciar pelo estudo das desigualdades sociais, conceito tão presente em nosso cotidiano, mas que do ponto de vista científico apresenta certas especificidades. Após, entenderemos como age o poder social. No item seguinte conheceremos como ocorre a estratificação social e as possibilidades existentes de acessar a mobilidade social. Finalizando, entenderemos o próprio conceito de mudança social, e por quais vias ela pode ocorrer.

Com estes estudos você finalizará a trajetória sobre o ser humano como ser social, podendo estabelecer entendimentos acerca da vida em sociedade e de como esta impacta diretamente nos indivíduos e em suas ações.

Preparado(a)? Então vamos começar, bons estudos!

2 DESIGUALDADE SOCIAL

Desde o surgimento da Sociologia, o tema das desigualdades sociais está presente. Ela busca compreender estas desigualdades para que possam ser construídas ferramentas de diminuição destas situações.

A Revolução Industrial, um dos acontecimentos históricos que colaborou com a origem da Sociologia, causou grande impacto na sociedade da época, deixando evidentes as desigualdades trazidas pela industrialização. Tornou-se clara a divisão entre os donos dos meios de produção e os trabalhadores, que só podiam vender sua força de trabalho.

Persistem, desde esta época, os problemas de desigualdade no acesso às condições adequadas de sobrevivência, que são causadas por inúmeros fatores, geralmente relacionados com as realidades locais.

FIGURA 37 – CHARGE SOBRE DESIGUALDADES SOCIAIS 1



FONTE: Disponível em: <<http://2.bp.blogspot.com/-xiPYvVdJNX8/TssoQsm283I/AAAAAAAAAPo/Ae3HZB0J4Ic/s400/desigualdades-sociais.jpg>>. Acesso em: 25 nov. 2013.

FIGURA 38 – CHARGE SOBRE DESIGUALDADE SOCIAL 2



FONTE: Disponível em: <<http://tecciencia.ufba.br/articles/0001/5077/charge.jpg>>. Acesso em: 25 nov. 2013.

A sociologia busca estabelecer entendimentos para a existência das desigualdades, estudando os fenômenos sociais que as causam e explicando sua dinâmica de funcionamento. A partir disso, é possível que os mecanismos causadores da desigualdade sejam desvendados e sua atuação minimizada.

Conforme Dias (2005, p. 153), “a expressão ‘desigualdade social’ descreve uma condição na qual os membros de uma sociedade possuem quantias diferentes de riqueza, prestígio ou poder. Todas as sociedades são caracterizadas por algum grau de desigualdade social”.

Vamos esclarecer esta última afirmação: a desigualdade social está presente em todas as sociedades porque a igualdade total não é possível. Basta considerar todas as diferenças existentes entre os indivíduos, desde sexo, idade, força, beleza, velocidade, entre muitos outros aspectos. Sendo assim, não há como pensarmos em um ideal de igualdade entre os grupos sociais.

No entanto, enquanto indivíduos tão diferenciados não podem compor uma sociedade igual, possuem a possibilidade de fazer parte de uma sociedade igualitária, ou seja, uma sociedade na qual existe igualdade de oportunidades, sem discriminação por qualquer aspecto.

Colocada deste modo, do ponto de vista histórico, a igualdade é uma impossibilidade social. Esta constatação deriva de que toda sociedade compõe-se de indivíduos com diferenças finitas de idade, sexo, força, resistência, velocidade, acuidade visual ou auditiva, inteligência, beleza,

e assim por diante. Uma vez que não é possível uma sociedade composta por membros exatamente iguais, quando utilizamos o termo “sociedade igualitária” estamos nos referindo à igualdade de oportunidades que devem ter todos os indivíduos dessa sociedade, sem discriminação de nenhuma espécie (DIAS, 2009, p. 111).

Quando a desigualdade social é combatida, a bandeira levantada é a da tentativa de se atingir uma sociedade que seja baseada na equidade social, na qual todas as pessoas têm o direito de participar da economia e da política, além de ter acesso às condições de subsistência e aos serviços necessários a ela (DIAS, 2005).

A persistência da desigualdade social é hoje um dos grandes problemas do processo de globalização; a mudança de paradigmas nos processos produtivos, a intensificação do uso de tecnologia avançada, entre outros fatores que caracterizam esse processo de mundialização, têm causado o desemprego e, conseqüentemente, o aumento da desigualdade. Por outro lado, o Estado, que durante um certo tempo cumpriu o relevante papel de amenizar a desigualdade inerente ao sistema capitalista (o Estado de Bem-Estar Social), vem sendo desmontado de maneira rápida, sem se discutir mais profundamente qual o papel que lhe caberá numa nova articulação do sistema social como um todo (DIAS, 2005, p. 154).

A desigualdade social está ligada a outro conceito muito presente nos estudos de sociologia, que é o conceito de estratificação social. Veremos este conceito nas próximas seções, estudando com mais afinco as desigualdades sociais causadas pela estratificação.

A estratificação é um processo de criação de hierarquias, baseadas em prestígio ou poder, formando classes dentro da sociedade, na medida em que estrato se refere a um grupo que possui o mesmo *status* ou posição social.

Dois autores clássicos da Sociologia estudaram e analisaram a desigualdade social, cada um do ponto de vista de suas teorias sociais: Marx e Weber. Vamos a seguir estudar um pouco sobre cada teoria.

2.1 DESIGUALDADE PARA MARX

Karl Marx utilizou com frequência o conceito de classes sociais em seus estudos, que para ele são expressão do modo de produção da sociedade capitalista. Ou seja, as relações com os instrumentos de produção irão fazer com que o indivíduo se relacione de uma forma ou de outra economicamente, enquadrando-o em uma classe.

Para ele, na sociedade capitalista em sua forma pura, teríamos duas classes: burguesia e proletariado. A burguesia seria composta pelos donos dos meios de produção, e o proletariado composto pelos assalariados que trabalham para eles, pois não possuem meios de produção.

Um outro conceito elaborado por Marx é o de formação social, que é a presença contemporânea de vários modos de produção numa mesma sociedade, em determinado momento histórico. Este conceito é importante, particularmente, na análise política, porque numa determinada formação social poderemos ter uma pluralidade de classes ou agrupamentos no seio das classes (por exemplo, uma burguesia financeira, comercial, agrícola, agroexportadora, industrial e proletariado, boias-frias, posseiros etc.) e o antagonismo dominante (burguesia *versus* proletariado) se articulará em vários antagonismos particulares, abrindo campo à formação de alianças entre classes diversas (DIAS, 2009, p. 113).

As classes, portanto, seriam a expressão da desigualdade social, considerando que um grupo domina o outro, de forma econômica, simbólica etc.

2.2 DESIGUALDADE PARA WEBER

Para Max Weber, outro clássico da Sociologia, a desigualdade social está também atrelada à estratificação social. Ele relaciona esta desigualdade com três dimensões sociais: a econômica, relacionada com a classe social; a social, relacionada com os grupos de *status*; e a política, relacionada com os partidos. Cada dimensão possuiria sua estratificação, ou seja, sua organização de dominação que leva à desigualdade.

As classes sociais diferenciam-se pelo interesse econômico, e a diferenciação neste caso é dada pela posse de rendimentos, bens e acesso aos serviços que o indivíduo possui. Estas classes relacionam-se ao mercado e às possibilidades de acesso a este.

Os grupos de *status* diferenciam-se pela possibilidade de consumo de bens e por estilos de vida específicos, quando a estratificação fica evidente a partir do prestígio que cada grupo possui. O *status* é uma forma de viver, de consumir, de morar, de vestir-se, de falar, correspondente a um grupo, e se este grupo possui honra social, então seus indivíduos também a possuem.

“É importante não confundir grupo de *status* com grupo de rendas. Para se ocupar uma posição de *status* não basta ter renda elevada. Na hierarquia de prestígio social, algumas ocupações possuem uma posição social mais elevada que outras, embora seus ocupantes tenham renda menor” (DIAS, 2009, p. 115).

Quanto à dimensão política, a diferenciação ocorre a partir da distribuição de poder entre grupos e partidos políticos, e em seus interiores. Os partidos, para Weber, são grupos que buscam garantir o poder a um grupo de dirigentes, com o objetivo de colocar seus líderes nos principais postos políticos. Portanto, a estratificação neste caso está relacionada ao poder e às vantagens econômicas que este pode trazer.



Veja o livro “Desigualdade e a questão social”, de CASTEL, R; WANDERLEY, L. E. W.; BELFIORE-WANDERLEY, M.; YAZBEK, M. C. , que traz análises a respeito da questão da desigualdade. Publicado pela Editora EDUC em 2007.



Para contribuir com os estudos sobre a desigualdade social, veja o curta-metragem “Ilha das Flores”, documentário do diretor Jorge Furtado.

3 PODER SOCIAL

Quando falamos em poder, pensando no que nos diz o senso comum, temos a ideia de que o poder é a capacidade de realizar algo, a potência ou a facilidade dessa realização. Ou seja, eu posso realizar algo, eu tenho “poder” para realizar isso.

Mas no caso das análises sociológicas, e enquanto conceito presente nestas análises, o poder vai além e engloba também a possibilidade que uma pessoa possui de fazer com que outra pessoa ou então outro grupo social faça o que ela deseja.

“A maior parte dos cientistas sociais compartilha a ideia de que poder é a capacidade para afetar o comportamento dos outros. O poder pode ser considerado como um meio que o grupo ou indivíduo tem de fazer com que as coisas sejam realizadas” (DIAS, 2009, p. 141).

O poder refere-se, portanto, a um domínio, uma capacidade de dominar que é exercida por uma pessoa ou um grupo social. Podemos falar de dominação em grupos também. Assim, esta capacidade de possuir o poder está relacionada às

formas de dominação. Ele refere-se à habilidade de impor sua vontade diante dos outros, exercendo uma autoridade.

Em termos bem genéricos, podemos dizer agora que o poder é um processo intencional que afeta pelo menos dois atores e que, por uma redistribuição dos recursos obtida por estratégias diversas, afeta o nível relativo de capacidade de um e outro de modo compatível com a legitimidade em uso. O poder é uma relação social geral, mas é evidente que é em relação a uma situação e não em termos absolutos que recursos e estratégias podem ser apreciados (BOUDON; BOURRICAUD, 2004, p. 435).

O poder é, em resumo, a capacidade de afetar o comportamento dos outros, um meio de fazer com que as coisas sejam realizadas por outros, e é estudado especificamente pela Ciência Política.

São as instituições políticas que regulam o uso do poder na sociedade, deixando-o para alguns indivíduos e buscando ao máximo garantir que ele seja utilizado de forma correta e que nenhum indivíduo esteja submetido a usos ilegítimos do poder (casos de escravidão, por exemplo). O poder é legítimo quando há obediência entre os que não o possuem, e é ilegítimo quando é imposto a um grupo que não concorda com a vontade de quem possui o poder.

O exercício do poder é um processo social, na medida em que indivíduos ou grupos detêm condições de influenciar ou alterar o comportamento de outros indivíduos ou grupos. O exercício do poder está diretamente vinculado à cultura dos grupos sociais que estabelecem aquilo que tem ou não valor naquela sociedade em particular. Caso a força física seja valorizada, então ela é que se tornará o principal componente do poder. Se for a capacidade dos indivíduos em se relacionar com divindades, os sacerdotes terão mais valor, e, desse modo, exercerão mais poder. Em grupos menores, por exemplo, entre amigos, terá mais poder aquele que detiver os elementos mais valorizados por todos (DIAS, 2005, p. 242).

O poder é usado em diversas relações sociais, como relações matrimoniais, relação entre governo e governados, relações internacionais, relações entre patrão e empregado, entre outras. Neste caso, podemos usar o termo poder social para designar este uso do poder como forma de dominação social.

Ele se manifesta por meio de três elementos essenciais, que geralmente surgem associados: a força, a autoridade e a influência, descritos por Dias (2005).



Os conceitos de força, autoridade e influência (DIAS, 2005) já foram abordados no Tópico 1 desta unidade.

Estes componentes de poder podem formar o que chamamos de elites, que são grupos minoritários que possuem poder e autoridade, opondo-se à maioria, que não o possui. São grupos que ocupam posições de poder, que podem vir por herança (elites tradicionais), pela posse de bens (elites econômicas), pela posse de títulos políticos (elites políticas), entre outros (DIAS, 2005). Estas elites exercem o poder baseadas na capacidade de dominação.

• ELITES

As elites são compostas por minorias que existem nas sociedades e que são detentoras de autoridade ou poder entre os grupos sociais, por diversas formas, e podem ser classificadas como elite política, elite econômica, elite social etc.

A origem do poder das elites pode se dar: via tradição, baseado nas heranças patriarcais (elites tradicionais); via eficiência burocrática (elites tecnocráticas); via posse de bens (elites econômicas); via posição na hierarquia partidária (elites políticas), entre outros.

As elites são compostas exclusivamente por pessoas que possuem posições de autoridade ou poder, ou por grupos formados por estas pessoas. Neste caso, o grupo também é dominante. A formação das elites pode mudar de acordo com o que as sociedades mais valorizam.

• DOMINAÇÃO

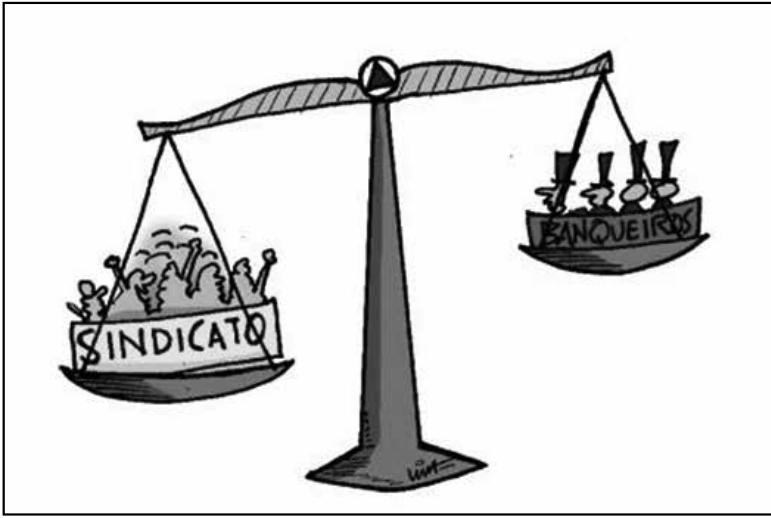
As estruturas de poder possuem processos sociais básicos, e um destes é a dominação, estudada principalmente por Max Weber. Para Weber, a dominação é a probabilidade de encontrar obediência a uma ordem, ou seja, ocorre quando temos a presença efetiva de alguém mandando em outros.

A dominação está sempre associada a um quadro administrativo ou a uma associação, pois em ambos temos pessoas que administram, isto quer dizer, pessoas dominam de alguma forma.

“É importante se destacar que não basta a vontade de dominar o outro (ou outros), para que haja dominação; é necessário que haja disposição de obedecer por parte do outro (ou dos outros)” (DIAS, 2009, p. 146).

Segundo Weber, existem três tipos de dominação: legal, baseada em estatutos, onde as ordens são impessoais; tradicional, os hábitos costumeiros garantem que a pessoa nomeada pela tradição seja dominante; carismática, onde o líder domina por seu carisma particular, e os dominados o são em virtude de confiarem no líder. Estes tipos de dominação podem aparecer associados, não necessariamente estão em sua forma pura na sociedade.

FIGURA 39 – CHARGE DOMINAÇÃO ECONÔMICA



FONTE: Disponível em: <http://www.bancariosbahia.org/fotos/charges/5/IMAGEM_CHARGE_0.jpg>. Acesso em: 25 nov. 2013.



Para estudar mais sobre o conceito de poder social, busque o texto de Boaventura de Sousa Santos, um importante sociólogo contemporâneo, fruto da comunicação que este apresentou no I Congresso da Associação Portuguesa de Sociologia, em 1989. O texto intitula-se “O Estado e o modo de produção de Poder Social”, e está disponível no link <<http://www.ces.uc.pt/publicacoes/oficina/ficheiros/07.pdf>>.

4 ESTRATIFICAÇÃO E MOBILIDADE SOCIAL

A estratificação social indica a existência de grupos diferenciados nas sociedades, que ocupam diferentes posições sociais, partindo de suas diferenças e das desigualdades existentes entre si. Como vimos anteriormente, a estratificação está intimamente relacionada com a desigualdade social. A estratificação é um processo, e por ele ocorre uma hierarquização dos grupos sociais baseada em suas diferenças. É possível identificar três formas gerais de estratificação:

- **Econômica** – Sua base é definida na posse de bens materiais, diferenciando pobres, ricos e classes médias.
- **Política** – Tem como base a distribuição do poder na sociedade, entre grupos que o possuem e grupos que não o possuem.
- **Profissional** – Baseada nas diferenciações profissionais, com relação à importância das profissões determinadas pelos grupos sociais.

Oliveira (1999) destaca que estas dimensões estão interligadas, pois os aspectos sociais (econômicos, políticos, profissionais) estão interligados. A estratificação não pode ser compreendida como um processo fragmentado. O exemplo que este autor dá é que as pessoas que ocupam posições econômicas elevadas também (de um modo geral) possuem poder e funções valorizadas na sociedade.

Na estratificação econômica, podemos separar os indivíduos em classes de acordo com a posse financeira, e depois hierarquizar estas classes. A sociedade pode ser dividida em estratos ou camadas sociais, nos quais estão três grupos de estratificação, por casta, por estamento e por classe.

• ESTRATIFICAÇÃO POR CASTA

Resumidamente, as castas sociais são camadas de dinâmica hereditária e endógama, ou seja, a pessoa só pode se casar com membro da mesma casta social. Não existe a mobilidade social, os membros sempre permanecem na casta em que nasceram, e devem seguir regras de conduta para não sofrer punições.

As castas são exemplos de divisões sociais nas quais, mesmo se esforçando e utilizando seus meios, o indivíduo não consegue alcançar uma posição social mais elevada. Sua vida será sempre na posição social que herdou de sua família.

Os membros da casta, que é, portanto, fechada e endógama, seguem uma profissão herdada do pai, e possuem direitos e deveres específicos oriundos de sua posição social, na qual deverão permanecer pelo resto da vida.

FIGURA 40 – PIRÂMIDE SOCIAL DA SOCIEDADE DE CASTAS INDIANA



FONTE: Disponível em: <<http://www.oocities.org/br/gilberdidil/images/castas.jpg>>. Acesso em: 25 nov. 2013.

Na Índia temos este sistema de castas. No topo estão os brâmanes, sacerdotes e mestres da erudição sacra. Após estão os xátrias, guerreiros da aristocracia militar. Seguem os vaicias, compostos por artesãos, comerciantes, camponeses. Após há os sudras, trabalhadores manuais e profissionais de ocupações servis, que compõem a casta mais inferior da sociedade. Fora da pirâmide social e abaixo dos sudras, existem os párias, que são miseráveis que vivem de benfeitorias alheias, destituídos de quaisquer direitos. Eles não podem se banhar no rio sagrado, ler as escrituras sagradas, e aceitam este tratamento por acreditarem que em outra vida poderão estar em uma posição social melhor, conforme os preceitos hindus. Este sistema de castas tem sido rompido gradativamente desde o século passado, pois a industrialização e as mudanças econômicas da Índia causaram modificações sociais.



A Revista SuperInteressante, da Editora Abril, fez uma reportagem especial sobre a Índia e seu sistema de castas, na edição de junho/2009. Você pode fazer o download desta revista no blog <http://cavernadasideiasdownloads.blogspot.com.br/2009_05_01_archive.html>.



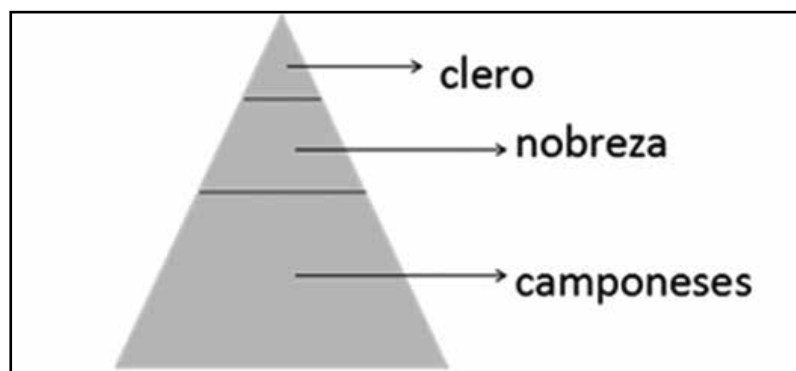
Veja também o vídeo <<http://www.youtube.com/watch?v=AoPsfv2-AAk>>, no qual um líder hindu explica e comenta o sistema de castas indiano antigo e atual.

• ESTRATIFICAÇÃO POR ESTAMENTOS OU ESTADOS

Os estamentos foram estratos sociais que predominaram na sociedade feudal, durante a Idade Média. Eram divididos em três: nobreza, clero e servos. A estratificação formada pelos estamentos é mais aberta que o sistema de castas, pois permite uma pequena mobilidade social. Um filho de servo poderia se tornar padre e fazer parte do clero, por exemplo (PILLETI, 1987). Também era permitido o contato com pessoas de outro estamento, o que nas castas não era permitido.

Mas de uma forma geral as pessoas permaneciam no estamento em que haviam nascido, pois as situações que permitiam ascensão social, como o recrutamento da Igreja para novos padres, eram muito raras. A pirâmide social da sociedade feudal era assim desenhada:

FIGURA 41 – PIRÂMIDE SOCIAL DA SOCIEDADE ESTAMENTAL



FONTE: Disponível em: <<http://www.desconversa.com.br/historia/wp-content/uploads/2012/03/his1.jpg>>. Acesso em: 25 nov. 2013.

Os dominantes eram a nobreza, com títulos de corte, incluindo o rei, e o alto clero, que eram as camadas possuidoras das terras, sustentadas pela exploração de servos. O alto clero era formado pelas altas funções religiosas (como bispos e cardeais), seus membros eram oriundos da nobreza e constituíam esta camada intelectual e eclesiástica. Após estes estavam os comerciantes, que em geral eram ricos, mas não possuíam privilégios como os nobres, e sofriam inúmeras restrições na atividade comercial.

Em outra camada havia os artesãos, o baixo clero e os camponeses livres. Os artesãos desempenhavam suas funções profissionais em associações, o baixo clero assistia religiosamente a população (e eram oriundos das camadas mais pobres), e os camponeses plantavam e vendiam seus produtos nas cidades.

A última camada social era composta pelos servos, que trabalhavam para si e para seus senhores, e quando os senhores vendiam a terra, permaneciam nela e passavam a obedecer a outra pessoa. Eles estavam ligados à terra, na qual produziam seu sustento e o dos senhores feudais.

Este tipo de estratificação social, com divisões em estamentos, durou até o final do século XVIII na Europa. Com a queda do regime econômico feudalista, esta divisão foi superada, a partir da Revolução Industrial.



Uma boa explicação da relação entre os estamentos na sociedade feudal está disponível no vídeo acessado pelo link <<http://www.youtube.com/watch?v=oNfT66nyGSA>>.



Marc Bloch, um importante historiador que marcou a produção historiográfica mundial, escreveu um livro dedicado ao estudo da sociedade feudal, chamado "A sociedade feudal", cuja tradução foi publicada em 1987 pela Editora Imprensa, em Lisboa.

• ESTRATIFICAÇÃO POR CLASSES

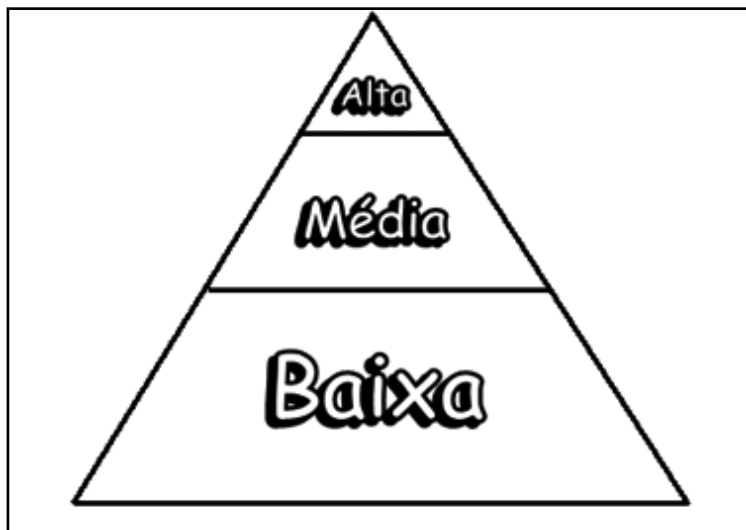
O sistema de estratificação por classes é considerado o mais aberto, pois permite uma maior mobilidade entre as camadas, relacionada à posição econômica do indivíduo. Este sistema de estratificação está presente na sociedade contemporânea, a capitalista.

Existem, portanto, dois grupos, os proprietários dos meios e produção e aqueles que possuem apenas sua força de trabalho para vender. Assim, o que determina a posição social é a posse dos meios de produção, formando duas camadas essenciais, chamadas de classes. Marx já afirmou a existência de duas classes principais neste sistema: a burguesia e o proletariado.

Mesmo com essa divisão principal em duas classes, há ainda a divisão de acordo com o nível e possibilidade de consumo dos grupos, dividindo a sociedade em três classes: a classe alta ou grande burguesia, que possui o grande capital

(banqueiros, grandes comerciantes, latifundiários, donos de grandes indústrias etc.); a classe média, ou pequena burguesia, que possui o pequeno capital (pequenos industriais, pequenos comerciantes, profissionais liberais etc.); e por último o proletariado, que vive de seu trabalho (trabalhadores assalariados em geral).

FIGURA 42 – PIRÂMIDE SOCIAL DA SOCIEDADE DE CLASSES



FONTE: Disponível em: <<http://wasukun.files.wordpress.com/2010/06/classes.png?w=510>>. Acesso em: 25 nov. 2013.

Algumas características podem ser identificadas na sociedade de classes: a determinação da posição social com relação à situação econômica do indivíduo; o recebimento de informações iguais e consumo dos mesmos produtos por indivíduos da mesma classe social; a resistência dos que estão em posições superiores em receber pessoas que tenham subido de camada social, não sendo fácil este processo; a formação da camada superior pelos mais ricos que se apoderam de cargos de prestígio; o controle das camadas mais baixas pelas camadas mais altas; a existência de pontos de tensão que muitas vezes são inconscientes, mas que podem gerar uma consciência de classe; a ambiguidade das classes médias, cujos interesses não coincidem com as classes superiores, mas com as quais desejam se identificar (QUEIROZ, 1978 *apud* PILETTI, 1987).



O vídeo disponível no link <<http://www.youtube.com/watch?v=xQm-8QEi6Go>>, explica as relações entre as classes sociais e alguns conceitos fundamentais para sua compreensão.

O conceito de mobilidade social está relacionado ao processo de estratificação social, pois esta estratificação determina posições sociais aos indivíduos, mas eles podem não permanecer na mesma posição durante toda a vida, podendo alterar seu *status* e mudando de “camada social”. Assim, de forma resumida, mobilidade social é “a mudança de posição social de uma pessoa num determinado sistema de estratificação social” (OLIVEIRA, 1999, p. 73).

A mobilidade social é dividida em vertical e horizontal. Quando o movimento do indivíduo é de subir ou descer na hierarquia social, entre as camadas, a mobilidade social é chamada de vertical, podendo ser ascendente ou descendente.

A mobilidade ascendente diz respeito à melhoria da posição social dentro do sistema de estratificação, ou seja, a pessoa passa a fazer parte de um grupo superior ao seu grupo anterior. A mobilidade descendente é o movimento oposto, ocorre com a decadência no quadro de posições sociais, quando a pessoa passa a integrar um grupo inferior ao que integrava antes.

Estes tipos de mobilidade podem ser facilmente identificados na sociedade contemporânea, e temos diversos exemplos: a falência de grandes empresas de família pode levar um indivíduo de uma elite para uma classe inferior, em virtude do empobrecimento; enquanto que o investimento nos estudos pode levar um filho de pessoas de menor poder aquisitivo a ter sucesso profissional, e melhora financeira, subindo socialmente.

Mas há também os casos de mudança social nos quais o indivíduo permanece na mesma classe, ou seja, quando a mudança de posição ocorre dentro de uma mesma camada social, e é isto que chamamos de mobilidade social horizontal.

Oliveira (1999) traz como exemplo da mobilidade social horizontal o caso de uma pessoa que migra da área rural para a área urbana, que no campo defendia um posicionamento político de ideias conservadoras, mas que em virtude das influências na cidade defende um partido progressista. Esta pessoa se manteve na mesma classe social, mas mudou sua posição social. Outras mudanças neste sentido são as mudanças de religião ou de partido político.

A mobilidade social é um fenômeno social que varia conforme os grupos sociais, podendo ser facilitada ou dificultada, ocorrendo, portanto, em maior ou menor grau conforme a sociedade. A subida social é mais comum em países democratizados e abertos, do que em sociedades em que a estratificação é mais determinante nos destinos sociais, como nas castas, por exemplo. Assim, é mais fácil haver a mobilidade social vertical em uma sociedade como os Estados Unidos do que na Índia ou na Inglaterra (neste caso, em virtude das tradições aristocráticas) (OLIVEIRA, 1999).

5 MUDANÇA SOCIAL

As mudanças que ocorrem nas sociedades são contínuas e permanentes, algumas sociedades mudam com maior rapidez e outras de forma mais devagar. As direções destas mudanças também são diferenciadas entre si.

Vamos utilizar o exemplo dado por Chauí e Oliveira (2010) para compreender como se dá uma mudança social: em 1888 tivemos, no Brasil, a abolição da escravatura, como resultado do movimento social chamado campanha abolicionista. O encerramento das relações escravocratas teve impactos nas demais esferas sociais: o trabalho passou a ser realizado por trabalhadores livres e assalariados, o que mudou a economia.

As mudanças sociais alteram a estrutura social e as relações sociais, como se pode observar nas relações existentes entre as famílias. O modo de vida patriarcal exigia dos filhos obediência aos seus pais, enquanto que atualmente as relações entre pais e filhos não pressupõem mais este tipo de relação.

É preciso diferenciar mudança cultural de mudança social. A mudança cultural ocorre quando padrões sociais e valores relativamente permanentes são modificados. Já a mudança social diz respeito a mudanças na estrutura e nas relações sociais.

De um modo geral, há três fatores que podem causar a mudança social: geográficos, socioeconômicos e culturais.

- **Geográficos:** São as mudanças causadas pelas catástrofes naturais, como inundações, secas, terremotos etc., que modificam a estrutura social de forma provisória ou permanente. A seca no Brasil, por exemplo, modifica o perfil social da região de onde os imigrantes saem, e também das regiões para as quais migram.
- **Socioeconômicos:** São as modificações que ocorrem a partir de processos sociais e econômicos que afetam a organização social. A construção de uma barragem, por exemplo, remove famílias de locais. As guerras e revoluções, como a Revolução Francesa ou a Revolução Russa, também modificam a organização social.
- **Culturais:** Estão relacionadas com vários itens, como descobertas científicas, invenções, transformações nos valores, desenvolvimento da filosofia etc. A difusão de algumas religiões modifica a estrutura social nos países que passam a adotá-las, e as descobertas científicas modificam com frequência a estrutura social.

Para que ocorra a mudança social, ela pode ter sido causada por dois tipos de forças: endógenas ou exógenas. As forças endógenas, ou internas, têm origem no interior da própria sociedade, tais como as invenções. Já as forças exógenas, ou externas, são provenientes de outras sociedades, assim como a difusão cultural.

As invenções são aplicações práticas de princípios descobertos na realidade, e elas são produtos de uma sociedade determinada. O inventor utiliza seus conhecimentos acumulados e sua base cultural para realizar a invenção, portanto, as invenções contemplam o patrimônio cultural daquela sociedade e as necessidades também. Podemos citar como exemplo a invenção da máquina a vapor, que causou a Revolução Industrial e modificou a estrutura econômica, consolidando o regime capitalista.

A difusão cultural expande a cultura e acelera o ritmo de mudança social, expandindo aspectos culturais úteis que, pela sua utilidade, são facilmente aceitos por outros grupos. Se este aspecto cultural for compatível, é ainda mais fácil de ser aceito. O prestígio da cultura que será difundida também é considerado neste aspecto. Uma túnica africana, por exemplo, talvez não seja tão bem aceita na moda brasileira quanto um novo modelo de terno.

No entanto, apesar da identificação destes fatores como facilitadores das mudanças sociais, estas não ocorrem com muita facilidade.

Grande parte das mudanças sociais só ocorre depois de vencer muitas resistências e obstáculos. Foram precisos séculos para que se consolidassem certas mudanças, como o cristianismo e a democracia. Um exemplo mais próximo de resistência à mudança é o que ocorreu com o voto feminino, que só foi introduzido depois de muitas lutas (CHAUÍ; OLIVEIRA, 2010, p. 161).

Existem obstáculos e resistências para que as mudanças sociais não ocorram: os obstáculos são barreiras da própria estrutura social que dificultam a mudança social, como a agricultura brasileira baseada no trabalho escravo na época da abolição da escravidão. As resistências são reações conscientes para impedir a mudança social. Continuando no exemplo da escravidão, houve uma série de movimentos de donos de escravos contra a abolição. É destas resistências que surgem os movimentos sociais.

Cada movimento social pode assumir quatro posições diferentes em relação aos fatos sociais, definidas por Piletti (1987, p. 75):

- **Uma posição reacionária:** é a daquele indivíduo ou grupo que pretende que a sociedade retroceda na História, que pensa que os antigos padrões culturais eram melhores e trabalha para restabelecê-los. Seria reacionário, por exemplo, um indivíduo ou um grupo que pretendesse a volta do escravismo, do patriarcalismo, da monarquia etc.
- **Uma posição conservadora:** consiste na defesa da situação como está no momento e na tentativa de impedir qualquer mudança. Geralmente, os conservadores são os grupos dominantes, que se beneficiam da situação atual, na qual são privilegiados, e não querem que ela seja modificada. No Brasil atual, por exemplo, são conservadores aqueles que insistem em conservar o atual estado desigual de distribuição da terra e da renda, em

que continue o arrocho salarial e a concentração dos meios de produção em poucas mãos etc.

- **Uma posição reformista:** os reformistas pretendem pequenas mudanças que não alterem as estruturas básicas vigentes, das quais também se beneficiam. Poderão admitir, por exemplo, uma diminuição da desigualdade salarial, maiores gastos com saúde e educação, maiores oportunidades educacionais e outras mudanças mais ou menos superficiais. Jamais concordarão, entretanto, com a reforma agrária, que distribua a terra aos camponeses, e com o fim da propriedade particular dos meios de produção.
- **Uma posição revolucionária:** é a posição mais radical, que vai mais fundo, que acarreta uma mudança das próprias estruturas vigentes. Um exemplo claro é a Revolução Francesa, em que a burguesia tomou o poder, expulsando a aristocracia, até então dominante. O processo revolucionário é tanto mais radical quanto mais numerosos os aspectos da sociedade que quer atingir. Assim seriam as revoluções socialistas, que provocam mudanças profundas em termos socioculturais, econômicos e políticos. Os exemplos mais citados são os da Revolução Russa (1917), Revolução Chinesa (1949) e Revolução Cubana (1959).

Estes posicionamentos influenciam diretamente nas mudanças sociais, pois, conforme o número de adeptos que seus movimentos conseguem associar, terão mais força e poder para manter ou modificar o que desejam, originando os movimentos sociais.

FIGURA 43 – SLOGAN FÓRUM SOCIAL MUNDIAL, UM EXEMPLO DE MOVIMENTO SOCIAL CONTEMPORÂNEO



FONTE: Disponível em: <<http://dacouff.files.wordpress.com/2009/12/fsm.jpg>>. Acesso em: 25 nov. 2013.



Você quer ver de forma sintetizada a definição de movimentos sociais e sua história no Brasil? Acesse o vídeo "A história dos movimentos sociais", disponível no link: <http://www.youtube.com/watch?v=406ujmrth_w>.



Se você se interessou pela análise dos movimentos sociais, busque o livro "Movimentos sociais e políticas públicas", de Pedro Roberto Jacobi, publicado em 1989. Ele está disponível no link: <<http://bds.bce.unb.br/handle/123456789/525>>.

LEITURA COMPLEMENTAR**DESAFIOS DA SOCIOLOGIA HOJE**

O capitalismo vive hoje uma profunda reestruturação, que está exigindo dos cidadãos, dos governos e das nações, uma revisão completa não só de conceitos, como dos mecanismos de funcionamento da sociedade. Uma análise de todos os aspectos que a compõem, como o sistema produtivo, as relações de trabalho, o exercício do poder político, o papel do cidadão, da ciência e da tecnologia, os direitos e deveres de cada setor social ou classe, os problemas sociais referentes a essas mudanças, e assim por diante.

Essa reestruturação torna mais necessário ainda desenvolver a capacidade de entender e projetar o rumo dos acontecimentos. Se essa já era uma exigência do mercado livre, ou seja, não planejado, que se desenvolvia com base em determinados padrões de comportamento social, a sociedade contemporânea, globalizada e competitiva, exige um redimensionamento desses padrões.

O mundo contemporâneo – ou pós-clássico, como o chamam alguns, entre eles George Steiner – exige a retomada e a análise de conceitos consagrados, como divisão social do trabalho, Estado nacional e democracia. Uma sociedade de 400 anos se transforma radicalmente, por um lado aproximando grupos sociais distintos ou, por outro, introduzindo diferenças em comunidades anteriormente integradas. Novas posições surgem, enquanto antigos conflitos – como a Guerra Fria – são abandonados.

Valores básicos da sociedade capitalista – como o trabalho – são deixados em segundo plano, enquanto o lazer e o consumo se transformam em regras sociais.

Enfim, é hora e vez de repensar os padrões, as regularidades que ordenam a vida social e hierarquizar-los. Nesse contexto, a ciência da sociedade ganha nova importância e se confronta com novos desafios.

RESUMO DO TÓPICO 3

Neste tópico você viu que:

- A sociologia busca estabelecer entendimentos para a existência das desigualdades, estudando os fenômenos sociais que as causam e explicando sua dinâmica de funcionamento. A partir disso, é possível que os mecanismos causadores da desigualdade sejam desvendados e sua atuação minimizada.
- A expressão 'desigualdade social' descreve uma condição na qual os membros de uma sociedade possuem quantias diferentes de riqueza, prestígio ou poder. Todas as sociedades são caracterizadas por algum grau de desigualdade social.
- O poder refere-se, portanto, a um domínio, uma capacidade de dominar que é exercida por uma pessoa ou um grupo social. Podemos falar de dominação em grupos também. Assim, esta capacidade de possuir o poder está relacionada às formas de dominação. Ele refere-se à habilidade de impor sua vontade diante dos outros, exercendo uma autoridade.
- Ele se manifesta por meio de três elementos essenciais, que geralmente surgem associados: a força, a autoridade e a influência.
- A estratificação social indica a existência de grupos diferenciados nas sociedades, que ocupam diferentes posições sociais, partindo de suas diferenças e das desigualdades existentes entre si. Podemos ter a estratificação por castas, por estamentos ou por classes.
- Mobilidade social é a mudança de posição social de uma pessoa num determinado sistema de estratificação social.
- As mudanças sociais alteram a estrutura social e as relações sociais, que podem ocorrer a partir de fatores geográficos, socioeconômicos ou culturais.

AUTOATIVIDADE



1 Escreva, resumidamente, o que você compreendeu sobre os seguintes conceitos:

a) Desigualdade social:

b) Poder social:

c) Estratificação social:

d) Mobilidade social:

e) Mudança social:



*Assista ao vídeo de
resolução desta
autoatividade*



UNIDADE 3

SERES HUMANOS COMO PRODUTO E PRODUTORES DA CULTURA

OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM

Esta unidade tem por objetivos:

- compreender a produção de cultura pelos seres humanos e como se tornam produtos desta mesma cultura;
- conceituar cultura e diferenciar as possibilidades de variação deste conceito, distinguindo-a das definições do senso comum;
- definir diversidade cultural, observando de forma específica as relações étnico-raciais brasileiras;
- estabelecer relações entre os contatos étnico-raciais e os movimentos sociais que surgem em decorrência destes contatos.

PLANO DE ESTUDOS

Esta unidade está dividida em três tópicos, sendo que em cada um deles você encontrará atividades visando à compreensão dos conteúdos apresentados.

TÓPICO 1 – A ANTROPOLOGIA E OS CONCEITOS FUNDAMENTAIS ACERCA DA CULTURA

TÓPICO 2 – A DIVERSIDADE CULTURAL

TÓPICO 3 – RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E MOVIMENTOS SOCIAIS



Assista ao vídeo desta unidade.



A ANTROPOLOGIA E OS CONCEITOS FUNDAMENTAIS ACERCA DA CULTURA

1 INTRODUÇÃO

Os seres humanos, enquanto espécie que vive em grupos e se sociabiliza, produzem cultura e também são produzidos por ela. A cultura é composta pelas formas como os seres humanos compreendem e atuam na realidade. E, como nascemos em grupos específicos, a forma pelas quais estes grupos entendem esta mesma realidade também impacta em nossa formação. A ciência que estuda a produção cultural do homem e a forma como é condicionado por esta realidade cultural é a Antropologia.

Para entender como funciona a Antropologia e de quais formas ela se utiliza para a compreensão das manifestações culturais, estudaremos no tópico inicial a ciência antropológica, o conceito de cultura, como são diferenciadas as culturas material, não material, cultura de massas e cultura popular. Veremos também do que trata a noção de identidade cultural, tão presente nos dias atuais.

O segundo tópico apresenta a existência de uma diversidade cultural, que precisa ser estudada para que possamos colaborar com sua manutenção. Iniciaremos com o próprio conceito de diversidade cultural, para então seguirmos para noções mais específicas dos estudos antropológicos: estranhamento e alteridade, e etnocentrismo e relativismo cultural. Por meio destes instrumentos poderemos analisar a formação da diversidade cultural no povo brasileiro, e encerrar estudando como os povos indígenas contribuíram nesta formação cultural, e como lutam até hoje para garantir seus direitos e manter sua cultura.

O último tópico apresenta as relações étnico-raciais e os movimentos sociais decorrentes deste tipo de relação. Veremos como existem grupos que possuem pouca representatividade e, portanto, são chamados de minorias. Conheceremos a atuação de um mito presente na sociedade brasileira, o mito da democracia racial, bem como suas relações com as lutas antirracistas e com o movimento negro. Estudaremos com mais detalhes o movimento negro, compreendendo como este atua em defesa da manutenção cultural deste grupo.

Vamos começar, neste primeiro tópico, com os estudos sobre a Antropologia, área que possui como objeto a cultura e, para tal, veremos também alguns de seus conceitos fundamentais. Bons estudos!

2 A CIÊNCIA ANTROPOLÓGICA

A partir do século XIX os seres humanos, que até então eram objeto apenas da filosofia, passaram a ser analisados também pela ciência, na medida em que foram buscadas concepções científicas para explicar os problemas sociais causados pela industrialização, urbanização e expansão europeia.

Nesta fase do conhecimento científico, este possuía enorme credibilidade, e as soluções científicas expandiam-se com rapidez. Sendo assim, era preciso utilizar esta ciência para analisar a própria sociedade, ou seja, para conhecer o homem.

Tudo favorecia o surgimento de teorias e métodos novos: a necessidade de um planejamento social que garantisse o sucesso da economia industrial e sua expansão pelo mundo, a crescente complexidade da vida humana gerada pela industrialização e urbanização e o alargamento dos horizontes científicos com o intenso intercâmbio entre povos e nações. E, ainda – não se pode negar -, uma intersecção de interesses entre as classes dominantes europeias, em especial o setor responsável pela administração colonial, e os cientistas. Assim, as pesquisas tinham o apoio financeiro e o político das elites europeias (COSTA, 2005, p. 106).

Diante deste contexto, a sociologia e a antropologia se firmaram como ciências que tinham como objeto o ser humano, fixando seus objetos e metodologias próprios. Enquanto a sociologia enfocava a sociedade europeia, a antropologia enfocava os povos colonizados, como na África, América, Ásia.

A sociologia buscava encontrar leis gerais que regulavam o comportamento social e as transformações sociais, utilizando análises qualitativas e quantitativas e estudos com a maior amplitude possível. Já a antropologia buscou um método mais empirista e qualitativo, com foco nas particularidades das sociedades que estavam sendo estudadas (COSTA, 2005).

A partir disso, iniciava-se o processo de diferenciação das ciências sociais, constituindo objetivos e metodologias particulares a cada ciência. No caso da antropologia, seu objetivo era de compreender o homem como um todo, de acordo com o significado do termo antropologia: *anthropus*, homem; *logos*, estudo.

Dentre as ciências sociais, a antropologia é a que mais se relaciona com as ciências naturais, observando também dados a respeito da evolução desta espécie. A antropologia é a ciência que estuda a humanidade e a cultura, especialmente de povos específicos.

Ela possui algumas subdivisões, apresentando dimensões como uma dimensão biológica na antropologia física, uma dimensão sociocultural na antropologia cultural e social, ou uma dimensão filosófica, quando busca compreender o que é o ser humano.

A antropologia visa ao conhecimento completo do homem, o que torna suas perspectivas muito mais abrangentes. Dessa forma, uma conceituação mais ampla a define como a ciência que estuda o

homem, suas produções e seu comportamento. O seu interesse está no homem como um todo – ser biológico e ser cultural -, preocupando-se em revelar os fatos da natureza e da cultura. Tenta compreender a existência humana em todos os seus aspectos, no espaço e no tempo, partindo do princípio da estrutura biopsíquica. Busca também a compreensão das manifestações culturais, do comportamento e da vida social (MARCONI; PRESOTTO, 1986, p. 22).

Esta ciência busca compreender duas dimensões principais do ser humano, uma como membro de um reino animal, e outra como participante de um grupo social. O objeto da sociologia engloba as formas físicas primitivas e atuais e suas manifestações na cultura, interessando-se pelas sociedades simples, que possuem características culturais específicas, e também por todas as outras sociedades humanas.

O método principal delimitado pela antropologia para seus estudos é a pesquisa de campo, que fornece dados e permite a testagem de hipóteses em situações peculiares. Assim, os antropólogos possuem experiências culturais em campo, muitas vezes inserindo-se como participantes nos grupos sociais em estudo.

Segundo Marconi e Presotto (1986), podemos dividir a antropologia em duas grandes áreas: Antropologia Física ou Biológica e Antropologia Cultural.

A antropologia física estuda a natureza física dos seres humanos, suas origens, evolução, estrutura anatômica, características etc. Ela subdivide-se em: Paleontologia humana; Somatologia; Raciologia; Antropometria; Estudos comparativos de crescimento.

Já a antropologia cultural é mais ampla, busca compreender o homem como ser cultural, produtor de cultura. Investiga as culturas humanas, suas origens, desenvolvimento, semelhanças e diferenças. Observa os comportamentos culturais aprendidos, e seu foco principal é a relação entre os comportamentos instintivos e adquiridos. É composta por: Arqueologia; Etnografia; Etnologia; Linguística; Folclore; Antropologia social; Cultura e personalidade.

Esta ciência possui seu campo de atuação bem definido e, por consequência, apresenta métodos de trabalho objetivos. Estes métodos permitem observar e classificar os fenômenos, analisando e interpretando os dados que foram obtidos pela pesquisa, capacitando o profissional para que estabeleça generalizações.

Os métodos, muitas vezes, são utilizados ao mesmo tempo, na mesma pesquisa, ou podem ser utilizados de forma individual. Na antropologia temos, segundo Marconi e Presotto (1986): método histórico, método estatístico, método etnográfico, método comparativo ou etnológico, método monográfico ou estudo de caso, método genealógico, método funcionalista.

• APLICAÇÕES PRÁTICAS

Conforme Marconi e Presotto (1986, p. 38), as aplicações práticas da antropologia são compreendidas conforme segue texto:

Os antropólogos adotam procedimentos alicerçados nos conceitos de relativismo cultural e etnocentrismo, quando são chamados a desenvolver programas de ação junto a grupos humanos sujeitos a mudanças socioculturais. É o significado utilitário da Antropologia, ou seja, o emprego prático dos conhecimentos antropológicos, colocados à disposição da sociedade, colaborando, dessa forma, para o bem-estar dos grupos humanos sobre os quais atua.

A Antropologia Aplicada vem adquirindo importância cada vez maior no mundo moderno, onde o isolamento cultural é quase impossível, e onde os contatos são inevitáveis e se multiplicam, levando muitas vezes a situações conflitantes.

O papel da Antropologia Aplicada é bastante amplo:

- a) Empenha-se na solução dessas situações, procurando minimizar os desequilíbrios e tensões culturais e tentando fazer com que as culturas atingidas sejam menos molestadas e seus padrões e valores respeitados.
- b) Aplica conhecimentos antropológicos, físicos e culturais na busca de soluções para os modernos problemas sociais, políticos e econômicos, dos grupos simples e das sociedades civilizadas.

- Colonialismo

O antropólogo preocupa-se com os problemas gerados pelas situações de colonialismo e com as condições dos grupos sujeitos ao domínio colonial. Procura saber como beneficiar essas populações, impedindo a introdução dos valores ocidentais (cultura dominante) em detrimento dos padrões nativos.

As tradições dos povos submetidos devem ser respeitadas pelos governantes coloniais, que precisam saber como tratar com culturas tão diferentes. Administradores, missionários e técnicos devem ser portadores dos conceitos antropológicos a fim de que a interferência seja menos prejudicial.

- Projetos de desenvolvimento

Os antropólogos têm sido chamados a atuar em projetos de desenvolvimento, em várias partes do mundo, geralmente de iniciativa de órgãos internacionais, como, por exemplo, a ONU, a Unesco etc.; projetos de colonização de terras, de reforma agrária, trabalho junto a sociedades camponesas, campanhas de saúde pública, desenvolvimento de comunidades etc.

- **Coexistência populacional**

A coexistência de populações nativas com a população nacional requer a adoção de políticas indigenistas adequadas a cada realidade particular. No Brasil, por exemplo, o antigo Serviço de Proteção ao Índio (SPI), norteador pelo Marechal Rondon, foi substituído pela Fundação Nacional do Índio (Funai), órgão protetor da população tribal brasileira, que nem sempre tem cumprido satisfatoriamente seus objetivos e metas.

No Brasil, as frentes de expansão econômica (extrativa, pastoril e agrícola) fazem contatar diferentes grupos tribais com a sociedade nacional, exigindo a ação indigenista para amenizar os efeitos do contato.

- **Industrialização**

Nas sociedades civilizadas, a expansão da indústria vem exigindo maior desenvolvimento da Antropologia Aplicada na busca de soluções para os problemas decorrentes, sobretudo os referentes às relações de trabalho: baixos salários, greves, desemprego, injustiças sociais, excesso de trabalho etc. Cabe ao antropólogo indagar as causas dessas tensões e procurar estabelecer o equilíbrio social nessas e em outras relações.

A ação do antropólogo é de relevância, mas a perspectiva histórica tem demonstrado que sua tarefa lhe tem sido decepcionante face às pressões da cultura dominante, que nem sempre concorda com as posições teóricas e os métodos humanísticos por ele adotados, ao desempenhar o papel de conciliador entre o mundo dominante e dominado.



Para seus estudos sobre a Antropologia, leia o livro "Antropologia para quem não vai ser antropólogo", de Rafael José dos Santos. A primeira edição foi publicada pela Tomo Editorial, em 2005.



3 O CONCEITO DE CULTURA

Como vimos na seção anterior, o conceito de cultura é essencial para a Antropologia, podemos até mesmo afirmar que é o conceito central dessa ciência. O termo cultura também é utilizado em outras áreas (Biologia, Agronomia etc.), mas com outros sentidos. Vamos ver, nesta seção, o sentido de cultura para a área antropológica em específico.

Muitas vezes o termo cultura é utilizado para designar uma pessoa instruída, ou seja, a pessoa culta possui mais instrução, enquanto que a pessoa sem cultura não teria esta instrução. No entanto, não é esta a compreensão da antropologia, pois as pessoas não possuem menos ou mais cultura, veja:

Os antropólogos não empregam os termos culto ou inculto, de uso popular, e nem fazem juízo de valor sobre esta ou aquela cultura, pois não consideram uma superior à outra. Elas apenas são diferentes a nível de tecnologia ou integração de seus elementos. Todas as sociedades – rurais ou urbanas, simples ou complexas – possuem cultura. Não há indivíduo humano desprovido de cultura, exceto o recém-nascido e o *Homo ferus*; um, porque ainda não sofreu o processo de endoculturação, e o outro, porque foi privado do convívio humano (MARCONI; PRESOTTO, 1986, p. 41).

Santos (1994) explica que as diferentes formas de compreensão da cultura derivam essencialmente de dois conjuntos de preocupações localizadas em duas concepções básicas.

A primeira concepção preocupa-se com todos os aspectos de uma realidade social, quando a cultura seria composta por todos os elementos que caracterizam a existência social de um povo, ou de grupos dentro dele. Poderíamos falar sobre a cultura inglesa, a cultura brasileira, a cultura do antigo Egito, ou seja, temos realidades bem distintas. Mas o sentido do uso de cultura é o mesmo, refere-se a todos os aspectos que caracterizam estes agrupamentos, no sentido de perceber a realidade e se organizar socialmente.

A segunda concepção diz respeito ao uso da palavra cultura para a referência ao conhecimento, ideias e crenças, e a como estas existem na vida social. Mesmo aqui as características das sociedades estão presentes, pois estão ligadas à forma de pensamento e conhecimento, mas há uma ênfase maior neste último. No caso da cultura francesa, podemos nos referir à cultura como a língua francesa, a literatura francesa, a filosofia francesa etc. São domínios da vida social.

Para definir cultura, podemos compreendê-la como sendo uma dimensão da vida em sociedade, relacionada a todos os aspectos da vida social. Ela é um produto coletivo da vida humana, uma construção histórica, não é produto de uma lei biológica, portanto não é natural.

As preocupações contemporâneas com cultura estão muito relacionadas com a civilização ocidental. Nela se desenvolveram, e com seu crescimento se espalharam. A discussão de cultura não tem, por exemplo,

a mesma relevância nas sociedades tribais que tem nas sociedades de classe, da mesma maneira que o próprio estudo da sociedade tribal é mais relevante aqui do que lá. Em ambos os casos, tanto na discussão sobre cultura, quanto na preocupação em estudar sociedades diferentes, os impulsos se localizam na civilização dominante. É pelos olhos dessa civilização que a ciência vê o mundo e procura compreender a ela e a seus destinos. Por exemplo, o estudo de sociedades e culturas estranhas é também uma forma de, por comparação, entender o que é mais de perto conhecido (SANTOS, 1994, p. 33).

É preciso reforçar, portanto, que todos os grupos sociais possuem cultura, independente de serem grupos pequenos ou com características diferentes da cultura ocidental. Além disso, também não se pode pensar a cultura como algo estático, imutável. Alguns eventos, mesmo se repetindo no mesmo local e há muito tempo, não são os mesmos sempre. Santos (1994) cita o exemplo do carnaval brasileiro, que ao longo do século passado se modificou muito.

Como podemos identificar tradições nas culturas, isto não quer dizer que elas não tenham sua própria dinâmica ou que não se transformem. O que é cultural não é imutável, porque faz parte de uma realidade, a realidade social, na qual a mudança é um aspecto fundamental.

O conceito de cultura não apresenta uma definição única na antropologia, pois muitos estudiosos desta área já a definiram, e de diferentes formas. No entanto, de um modo geral, ela consiste em uma composição dos seguintes elementos: conhecimentos, crenças, valores, normas e símbolos. Vejamos as diferenças entre estes itens, segundo Marconi e Presotto (1986):

- **Conhecimentos**

As culturas possuem uma grande gama de conhecimentos que são transmitidos de geração a geração. Geralmente são conhecimentos práticos, relacionados à sobrevivência, como proteção contra doenças, meios de transporte, formas de alimentação etc. O conhecimento também contempla os aspectos sobre a organização social, as estruturas de parentesco, as crenças, entre outros.

- **Crenças**

A crença diz respeito a algo em que se acredita, independente se é provado cientificamente ou não. É uma atitude mental, base de ações voluntárias e possui conotação emocional. Existem as crenças pessoais, que o indivíduo aceita como certas, independente dos demais; as crenças declaradas, aceitas como verdadeiras e utilizadas para justificar ações perante outros, e as crenças públicas, que os membros de um grupo aceitam como suas crenças comuns.

- **Valores**

É considerado algo de valor um item que possui uma riqueza, que seja bom e, da mesma forma, os valores expressam sentimentos e orientam o comportamento

humano. Eles variam conforme a valorização que é dada pelo grupo social, e em geral são divididos em valores dominantes e secundários. Os dominantes seriam exemplos como o direito à liberdade de expressão, o direito à vida, enquanto que os secundários seriam algo como agradecer cartões, servir café aos visitantes, parabenizar mulheres que tiveram filhos etc.

• Normas

As normas são regras que indicam o modo de agir de indivíduos em determinadas situações. São expressões das convenções que indicam como se deve sentir e agir em dadas situações, pois as culturas são compostas por condutas que ocorrem com maior ou menor frequência. Toda a sociedade possui um composto de normas de conduta, crenças e valores de comportamento que são transmitidos a cada geração e aperfeiçoados conforme o desenvolvimento social.

• Símbolos

Os símbolos são realidades físicas ou sensoriais aos quais os indivíduos atribuem valores ou significados específicos, e geralmente implicam em realidades concretas ou abstratas. Objetos, hinos, crenças, sinais, fórmulas, palavras, pessoas etc., que tenham um significado específico representado em um contexto cultural por atos, atitudes e sentimentos, podem ser classificados como símbolos. A criação de símbolos permite que o ser humano transmita conhecimentos acumulados para as próximas gerações, além de resguardarem os valores básicos para a perpetuação da cultura.

A cultura forma-se a partir de traços culturais que são selecionados e integrados, formando a partir disto um todo. Cada um destes traços possui forma e função.

A **forma** é a maneira como uma coisa se apresenta, como ela se manifesta, é o exterior que caracteriza o elemento cultural. Cada traço cultural possui sua forma, como, por exemplo: anel, cachimbo, cerimônias, casas etc.

A **função** é o tipo de ação ou o procedimento que se relaciona com os traços da cultura, e este relacionamento compõe o modo de vida global daquele grupo. O anel, por exemplo, pode ter inúmeras medidas, ser feito de diversos materiais, apresentar figuras e ter inúmeras funções, tais como representar um compromisso, servir apenas de adorno, indicar *status* social, entre outros.



Veja o vídeo disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=Lho_2OjFITk>, no qual é discutido o conceito de cultura, e explicado a partir do mundo contemporâneo.



Para desenvolver seus estudos sobre o conceito de cultura, leia o livro “O que é Cultura?”, de José Luiz dos Santos, da Coleção Primeiros Passos. Ele foi publicado pela Editora Brasiliense e possui várias edições.



Para desenvolver seus estudos sobre o conceito de cultura, leia o livro “O que é Cultura?”, de José Luiz dos Santos, da Coleção Primeiros Passos. Ele foi publicado pela Editora Brasiliense e possui várias edições.



4 CULTURA MATERIAL, NÃO MATERIAL, CULTURA DE MASSAS E CULTURA POPULAR

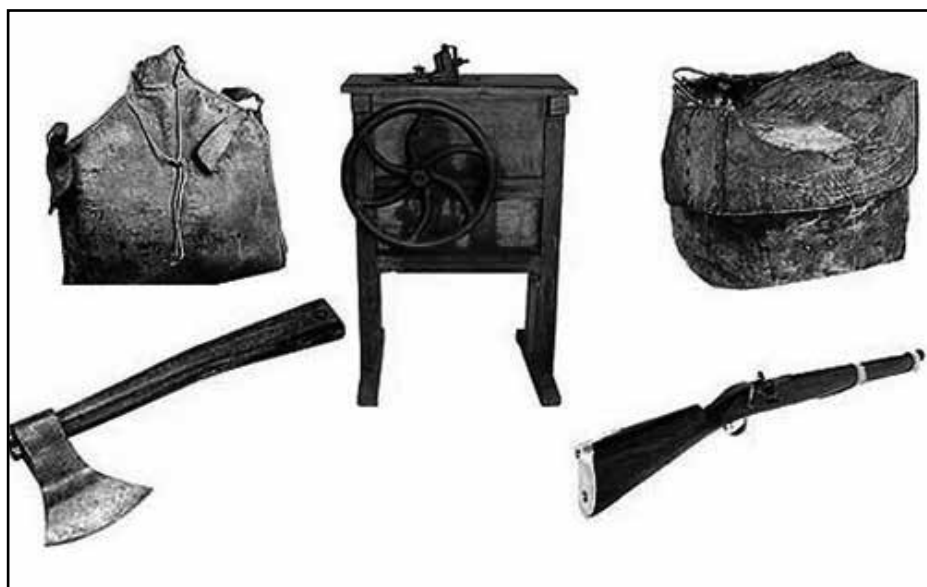
A partir do conceito de cultura que estudamos na seção anterior, é possível notar que as diferentes culturas apresentam elementos materiais e elementos não materiais. Estes elementos, apesar desta diferenciação na definição, são interdependentes, pois para cada valor cultural transmitido há uma série de utensílios e instrumentos que são utilizados para serem exteriorizados.

Sendo assim, podemos afirmar que os valores culturais, aqueles que são passados de geração em geração, constituem a cultura não material, enquanto que, para serem palpáveis, para serem exteriorizados, fazem uso da cultura material.

A cultura material se refere aos elementos palpáveis de uma cultura, como as ferramentas utilizadas por um grupo social, ou seus instrumentos, máquinas e utensílios. Instrumentos musicais, utensílios para cozinha, ferramentas de trabalho ou do cotidiano enquadram-se nesta classificação. Como exemplo, o alimento de algum local, os materiais utilizados para a construção das casas, são elementos da cultura material de um grupo social.

Já a cultura não material, também chamada de imaterial, é constituída por aspectos como o conjunto das regras morais, os costumes e rituais seguidos, as religiões, as ciências, as artes, que são elementos que precisam ser externalizados por meio da cultural material. Ou seja, para a realização de um ritual religioso indígena, em geral são utilizados diversos utensílios para a produção de sons, como tambores e chocalhos. O ritual faz parte da cultura não material, e os instrumentos são a forma de externalizar esta cultura, este ritual.

FIGURA 44 – EXEMPLOS DE CULTURA MATERIAL



FONTE: Disponível em: <<http://www.revistadehistoria.com.br/uploads/docs/images/images/objetosantigos.jpg>>. Acesso em: 10 dez. 2013.

FIGURA 45 – EXEMPLOS DE CULTURA NÃO MATERIAL



FONTE: Disponível em: <<http://www.grupoescolar.com/thumbnail.php?imagem=painel/files/6805E.jpeg&l=160&a=120>>. Acesso em: 10 dez. 2013.



Para estudar mais sobre o conceito de cultura material, busque o texto de Marcelo Rede, publicado nos Anais do Museu Paulista, em 1996. O texto intitula-se “História a partir das coisas: tendências recentes no estudo de cultura material”, e está disponível no link: <<http://www.scielo.br/pdf/anaismp/v4n1/a18v4n1.pdf>>.

Os conceitos de cultura de massas e cultura popular estão muito presentes em nosso cotidiano, mas quando falamos de conceitos e pesquisas sociais, precisamos defini-los e estabelecer as diferenças entre eles, distanciando seu significado das compreensões do senso comum.

Para definirmos a cultura de massas, é preciso buscar uma definição da noção de massa, como a descrita por Dias (2005, p. 54): “aglomerado heterogêneo de indivíduos, que são tratados de forma homogênea pelos meios de comunicação”. Fazem parte deste grupo operários, assalariados, funcionários públicos, profissionais liberais, ou seja, qualquer pessoa que possa sofrer a ação de uma propaganda.

As massas foram criadas pelo processo de industrialização, pois a produção industrial está voltada para o consumo destas massas das pessoas que buscam os bens de consumo. A cultura de massa, portanto, está associada ao processo de

industrialização. Os produtos consumidos pela cultura de massa, de um modo geral, não são feitos por quem os consome.

A industrialização deu origem à indústria cultural, que gera necessidades nos consumidores, e como a economia de mercado está baseada no consumo de bens, esta sociedade do consumo atinge também os bens culturais.

A cultura não é mais um instrumento de crítica ou conhecimento, mas um produto que pode ser comercializado e consumido como qualquer outra coisa. Assim, a cultura de massas é produto da indústria cultural, promovendo o conformismo coletivo e reforçando as normas sociais, sem dar aos seus consumidores a chance de opor-se ou criticar as informações que compram.

A cultura popular apresenta múltiplas definições entre os estudiosos da cultura, por ser um conceito de difícil determinação, principalmente com a facilidade de difusão da comunicação entre os mais diversos grupos sociais no mundo (DIAS, 2005).

Originalmente, a expressão cultura popular surge na Idade Média, na Europa, em oposição à cultura oficial, dominante ou das elites. A cultura popular passa a expressar uma visão de mundo diferente daquela oficial, representada pela nobreza e pelo clero. Assim, inicialmente, a cultura popular era não religiosa, devido ao papel cultural dominante da Igreja no período feudal. Desenvolve-se a princípio no ambiente das ruas e das praças da Idade Média, o ambiente público no qual se expressa o povo, diferente do ambiente palaciano em que convivem as elites. Sua lógica inicial se dirige para a inversão dos valores, das hierarquias, das normas e dos tabus religiosos, políticos e morais estabelecidos, opondo-se, assim, aos dogmas e à serenidade da cultura oficial (DIAS, 2005, p. 55).

Alguns autores consideram a cultura popular como a cultura não oficial, das classes dominadas dentro dos grupos sociais. Para outros, ela é formada pelas representações e práticas que se distinguem das culturas dominantes, porque possui uma lógica própria, diferenciada pela sua resistência às práticas dominantes.

Assim, a cultura popular pode ser definida como modos de expressão sociais que se manifestam na arte, na religião, entre outros. Um exemplo seria o sincretismo religioso, no qual, por meio das adaptações religiosas e mistura de elementos, os escravos do Brasil colonial puderam manter o culto às suas divindades, unindo-se aos elementos católicos. A cultura popular é diferente da cultura de massas, pois a cultura popular é consumida por quem a produziu.

Com a expansão das comunicações de massa, muitos elementos da cultura popular tornaram-se cultura de massas, pois foram explorados pela indústria cultural. Muitas músicas, por exemplo, com fama mundial, são baseadas em culturas populares de países ou regiões, como o *reggae*, cultura popular da Jamaica que atualmente é consumida no mundo todo e explorada por uma indústria do consumo (DIAS, 2005).

FIGURA 46 – EXEMPLO DE CULTURA POPULAR NORDESTINA: LITERATURA DE CORDEL



FONTE: Disponível em: <<http://catracalivre.com.br/wp-content/uploads/2011/03/Literatura-de-cordel.jpg>>. Acesso em: 10 dez. 2013.

FIGURA 47 – CULTURA DE MASSAS



FONTE: Disponível em: <<http://2.bp.blogspot.com/-GLrQDsb10r4/Ta4LKhE6eSI/AAAAAAAAAw/vEYgWDEO23U/s1600/massa.jpg>>. Acesso em: 10 dez. 2013.



Leia o artigo "Questionamento à volta de três noções (a grande cultura, a cultura popular, a cultura de massas)", elaborado por Maria Lourdes Lima dos Santos, disponível no link: <<http://www.jstor.org/discover/10.2307/41011124?uid=3737664&uid=2&uid=4&sid=21103084306131>>.



Para ter acesso a uma análise sobre a cultura de massas com temas cotidianos, leia o livro "Temas da cultura de massa: música, futebol, consumo", obra de Waldenyr Caldas, publicada pela Editora Arte e Ciência, em 2000.



Veja também o vídeo <<http://www.youtube.com/watch?v=CvIL7aU0Paw>>, que explica as diferenças entre cultura popular e cultura de massas.

5 IDENTIDADE CULTURAL

A ideia de identidade remete para aquilo que é idêntico, é o reconhecimento do próprio indivíduo com características especiais, suas, como nome, gênero, impressão digital, entre outras. Estas características também podem ser coletivas, ou seja, podemos ter uma identidade de grupo, que associa à noção de pertencimento a este grupo.

Neste caso, as principais características são repassadas pelos membros do grupo para os mais jovens, ou seja, trata-se de uma transmissão social. Sendo assim, podemos falar em uma identidade cultural, composta por características de um grupo no que diz respeito à cultura: rituais, danças, músicas, culinária, crenças, entre outras. São os hábitos deste grupo que aí encontramos.

A noção de identidade cultural é outro conceito importante para os estudos que envolvam grupos sociais, e na atualidade ouvimos muito este conceito, em virtude de grupos que buscam constituir e afirmar sua identidade perante a sociedade (BERTHELOT, 2005). A noção de identidade está presente no senso comum, em nossa vida cotidiana.

Por um tempo, os estudiosos preocuparam-se em indicar como a tecnologia e os novos recursos de comunicação poderiam interferir na identidade cultural, considerando-os um perigo para alguns grupos sociais. Assim, havia uma forte defesa pela manutenção de determinadas práticas culturais mais localizadas, impedindo modificação em si por parte desta nova tecnologia.

No entanto, após esta perspectiva passou-se mesmo a questionar a ideia de identidade cultural. Até então, ela era vista como algo imutável, rígido, composta por valores culturais fixos. Com estas mudanças de perspectiva, passa a ser compreendida como algo mais flexível, um intercâmbio entre culturas e as modificações em decorrência disto.

Quando falamos na identidade cultural de um povo, dois aspectos bastante fortes são a língua e a religião. A língua, porque é a forma utilizada para a comunicação dos povos, e a religião por ser a forma de expressar sua fé, crença e, muitas vezes, seus costumes.

Atualmente existe uma maior presença de culturas que antes estavam dispersas nos espaços culturais, retornando às suas manifestações, procurando construir uma identidade que permite que sejam respeitadas em relação à sua presença e diferenças com as outras culturas, mas no espaço cultural global (BERTHELOT, 2005).

De acordo com Dias (2005), são dois os fatores que permitem este retorno pela busca identitária destes grupos: o enfraquecimento do Estado-nação e a difusão de meios de comunicação e tecnologias.

O Estado sofre um processo gradual de enfraquecimento, não conseguindo mais controlar as manifestações culturais ocorridas em seu espaço de controle. Sempre houve uma dominação de uma cultura sobre outras, pois as comunidades culturais dominavam aquelas que estavam no espaço territorial do Estado. A identidade nacional era constituída em espaços nos quais o Estado permitia a manifestação das culturas minoritárias, que podiam então se definir como diferentes e se identificavam com o Estado em questão.

Mas com o enfraquecimento do Estado, ele perde esse poder de controlar conflitos entre os grupos culturais, e a identidade destes passa a precisar de uma redefinição, realizada em relação ao Estado nacional, na medida em que exigem mais autonomia ou passam a não reconhecer mais o Estado como seu (DIAS, 2005).

As comunidades culturais antigas também estão sendo reavivadas em virtude da expansão das tecnologias e dos meios de comunicação, que permitem a elas realizar sua expressão cultural. Uma pequena cultura dominada possui meios para se afirmar diante das demais, difundindo sua existência e quebrando fronteiras até mesmo internacionais.

Esta ampla busca pela identidade resume-se ao processo de procura pela afirmação de uma diferença e de uma semelhança. A identidade cultural leva à identificação dos iguais, que se identificam conosco, afirmando um sentimento de solidariedade entre este grupo formado pela semelhança. Mas esta semelhança garante a diferenciação com outros, com membros de outras comunidades culturais.

A identidade é formada a partir de processos mentais de representação, conforme Durkheim (2009, p. 13), “A vida coletiva, como a vida mental do indivíduo, é feita de representações; é, pois, presumível que representações individuais e representações sociais sejam, de certa forma, comparáveis”.

Em um mundo que tende à heterogeneidade, no qual as culturas que antes não mantinham contato direto precisam cada vez mais estabelecer relações, antes mediadas pelo Estado, a busca pela inserção em um grupo homogêneo é ampliada. Esta necessidade da identificação com o semelhante é intensificada pela falta da inserção em um contexto global.

A interdependência se torna cada vez maior entre as diversas culturas, as diferenças se explicitam, e torna-se necessário reaprender a conviver com a diversidade, que será a característica do mundo futuro, não a homogeneidade. O reconhecimento das diferenças fortalece a identidade própria, já que só existe a igualdade (cultural) havendo diversidade: caso contrário, não seria necessária a busca por identidade (DIAS, 2005, p. 68).

Por isto, no mundo atual há a necessidade de reconhecimento da diversidade cultural, permitindo o acesso à cidadania em um mundo que difunde informações e tecnologias de forma muito rápida e intensa, havendo a necessidade da criação do sentimento de respeito pelo outro. Como afirma Dias (2005, p. 69), “O respeito à identidade do outro possibilitará a convivência da diversidade, permitindo, por meio da difusão cultural, o enriquecimento de todas as culturas, modificando-as e aproximando-as”.



Conheça melhor a noção de identidade cultural no Dicionário de Direitos Humanos, disponível em: <<http://www.esmpu.gov.br/dicionario/tiki-index.php?page=Identidade+cultural>>.



Leia o livro "A identidade cultural na pós-modernidade", que traz discussões sobre os tempos contemporâneos e como neles se localiza a noção de identidade cultura. O autor é Stuart Hall, publicado pela Editora DP&A, com lançamento em 2006.



RESUMO DO TÓPICO 1

Neste tópico você viu que:

- O objetivo da antropologia é compreender o homem como um todo, de acordo com o significado do termo antropologia: *anthropus*, homem; *logos*, estudo.
- Dentre as ciências sociais, a antropologia é a que mais se relaciona com as ciências naturais, observando também dados a respeito da evolução desta espécie. A antropologia é a ciência que estuda a humanidade e a cultura, especialmente de povos específicos.
- O conceito de cultura é essencial para a Antropologia, podemos até mesmo afirmar que é o conceito central dessa ciência.
- O conceito de cultura não apresenta uma definição única na antropologia, pois muitos estudiosos desta área já a definiram, e de diferentes formas. No entanto, de um modo geral, ela consiste em uma composição dos seguintes elementos: conhecimentos, crenças, valores, normas e símbolos.
- A cultura material se refere aos elementos palpáveis de uma cultura, como as ferramentas utilizadas por um grupo social, ou seus instrumentos, máquinas e utensílios. Já a cultura não material, também chamada de imaterial, é constituída por aspectos como o conjunto das regras morais, os costumes e rituais seguidos, as religiões, as ciências, as artes, que são elementos que precisam ser externalizados por meio da cultura material.
- A cultura de massas é produto da indústria cultural, promovendo o conformismo coletivo e reforçando as normas sociais, sem dar aos seus consumidores a chance de opor-se ou criticar as informações que compram.
- Alguns autores consideram a cultura popular como a cultura não oficial, das classes dominadas dentro dos grupos sociais. Para outros, ela é formada pelas representações e práticas que se distinguem das culturas dominantes, porque possui uma lógica própria, diferenciada pela sua resistência às práticas dominantes.
- A identidade é formada a partir de processos mentais de representação. Podemos falar em uma identidade cultural, composta por características de um grupo no que diz respeito à cultura: rituais, danças, músicas, culinária, crenças, entre outras. São os hábitos deste grupo que aí encontramos.



1 A antropologia estuda o homem e seu meio, sobretudo o meio que ele produziu através das elaborações culturais. Acerca dos estudos antropológicos e seus conceitos iniciais, que você estudou neste tópico, analise as sentenças a seguir:

I- A cultura é um conceito muito amplo, que engloba as práticas do ser humano com relação ao seu grupo social e com relação ao meio em que vive.

II- A cultura pode ser composta por meios materiais, ou seja, itens materiais que possuam um significado cultural, ou por meios não materiais, que são conjuntos simbólicos.

III- A identidade cultural é constituída na medida em que o indivíduo se identifica com seus grupos culturais, tendo a noção de que pertence a estes grupos, e sendo aceito por estes.

Agora, assinale a alternativa CORRETA:

- a) () Somente a sentença II está correta.
- b) () Somente a sentença III está correta.
- c) () Somente a sentença I está correta.
- d) () As sentenças I, II e III estão corretas.



Assista ao vídeo de
resolução desta
autoatividade



A DIVERSIDADE CULTURAL

1 INTRODUÇÃO

Os seres humanos, embora tenham características semelhantes que os distinguem de outros animais, como a racionalidade, e tenham características que os façam compreender como espécie, possuem diferenças entre si.

Estas diferenças permitem a existência de uma rica diversidade, que mantém a espécie como grupo, uma vez que a homogeneização e a padronização seriam ruins para os humanos como grupos sociais. O intercâmbio de diferentes culturas e formas de compreender a realidade apenas acrescenta na vida social, pois, além das diferenças fisiológicas, temos também as diferenças culturais.

É esta diversidade cultural que estudaremos neste tópico, iniciando nossos estudos pelo próprio conceito de diversidade cultural. Este conceito diz respeito à existência de diferentes culturas que coexistem e respeitam suas peculiaridades.

Após o estudo da noção de diversidade cultural, passaremos para duas ideias que são muito importantes para a antropologia no estudo das culturas diversas, que são a noção de estranhamento e alteridade. Além de serem importantes como entendimento das culturas, são importantes para os próprios pesquisadores desta área.

Logo após, seguiremos para duas ideias também fundamentais para a antropologia, mas que estão presentes também no senso comum: o etnocentrismo e o relativismo cultural. De alguma forma eles se opõem, e buscam explicar relações extremas entre grupos culturais diferentes.

A partir destes conceitos, veremos como se constituiu a diversidade cultural brasileira e como se deu sua formação. Finalizando, entenderemos como ocorreu o processo histórico de reconhecimento dos indígenas brasileiros como um grupo que contribuiu para a formação do povo brasileiro e como, aos poucos, eles ainda lutam por direitos históricos e para manter sua cultura.

Então vamos lá, boa leitura!

2 O CONCEITO DE DIVERSIDADE CULTURAL

A identidade cultural, que vimos na seção anterior, nos permite reconhecer enquanto sujeitos participantes de um determinado grupo cultural, ou seja, sujeitos que compartilham aspectos culturais e se identificam com o grupo. Diante desta perspectiva, podemos compreender que os diferentes grupos sociais apresentam também diferentes características culturais.

Podemos ter grupos sociais que compartilham de traços culturais semelhantes, e grupos que são diferentes culturalmente. Os grupos culturais diferentes entre si devem coexistir e respeitar suas particularidades, e é aí que chegamos a mais um conceito importante no entendimento do ser humano em seu meio, o conceito de diversidade cultural.

FIGURA 48 – IMAGEM ALUSIVA À DIVERSIDADE CULTURAL



FONTE: Disponível em: <<http://mensagens.culturamix.com/blog/wp-content/gallery/mensagens-sobre-diversidade-cultural-e-ambiental/mensagens-sobre-diversidade-cultural-e-ambiental-2.jpg>>. Acesso em: 10 dez. 2013.

A ideia de diversidade cultural surgiu nas terminologias ambientalistas, onde se fala em diversidade biológica. A partir disso, pensou-se em uma diversidade de culturas que compõem um sistema e existem com suas particularidades.

Diversidade cultural, portanto, quer dizer que a cultura e suas diversas manifestações são um recurso imprescindível e perecível, não renovável, que permite a sobrevivência de um “ecossistema”; cada vez que desaparece uma cultura ou um traço cultural, limita-se a capacidade

de intercâmbio seminal, de inovação genética, de capacidade criativa e, pouco a pouco, poderíamos nos encontrar em um mundo sem diferenças, unipolar, em que todos pensariam e agiriam da mesma maneira, em que ninguém tentaria expressar algo, em que o acinzentado e a homogeneidade reduziriam a humanidade à intranscendência (SEGÓVIA, 2005, p. 84).

A diversidade causada pela existência e manifestações culturais diversificadas, portanto, garante um mundo heterogêneo e uma troca cultural importante para a manutenção da humanidade. Caso não houvesse este intercâmbio e se mantivesse a homogeneidade, nem mesmo os processos produtivos dariam conta de manter os grupos humanos, pois haveria, possivelmente, suicídios em massa, atitudes psicóticas etc.

Neste ponto passamos a ter acesso a uma discussão importante, pois a ideia de defesa da diversidade cultural é relativamente recente. A questão é que a disseminação da cultura de massas, ou seja, da cultura que busca homogeneizar inserindo seus valores como dominantes em outros grupos menores, atinge a identidade cultural e homogeneiza de fato.

Existe um movimento de homogeneização global neste sentido, afetando modos de consumo, formas de vestimentas, prestígio das línguas globais em detrimento das línguas locais, entre outros. Este tipo de situação, partindo de experiências históricas anteriores, pode causar solidão, falta de valores, violência.

Assim, defende-se a manutenção da diversidade como forma de garantir a equidade e a democracia, partindo de um modelo de desenvolvimento que respeite as culturas localizadas. Neste sentido, já houve algumas iniciativas de pensar como deve ser o desenvolvimento globalizado que considere as características regionais e mantenha a diversidade. Temos, por exemplo, o Relatório da Unesco de 1995, a Declaração Universal de Diversidade Cultural de 2001, e outros mais. Segundo Goldsmith (2005, p. 92), a diversidade é compreendida nestes documentos mundiais como:

- Um modo de conseguir integração social – celebrando simultaneamente identidades diferenciadas e forjando ao mesmo tempo um novo sentido de pertencimento em sociedades culturalmente diversas.
- Um elemento das agendas das democracias culturais.
- Uma forma de enriquecer os recursos e o capital cultural nas indústrias culturais e na economia do conhecimento.
- Uma forma de superar a exclusão social.
- Um auxiliar e catalisador para o desenvolvimento cultural sustentável e a prosperidade econômica.

Com a Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural, emitida em 2001 pela Unesco, confirmou-se o respeito à importância das diferenças entre as culturas, considerando este aspecto um elemento importante para a busca da paz.

No entanto, esta temática permanece trazendo polêmicas e discussões, não sendo um assunto neutro e carregando fortes interesses econômicos, relacionando-se com o comércio internacional de bens e serviços.

A indústria cultural é um dos setores mais dinâmicos da economia mundial e o comércio de bens culturais tem ganhado destaque e importância na balança de pagamentos dos países desenvolvidos. O comércio internacional de serviços corresponde a cerca de 25% dos fluxos globais de comércio (aproximadamente US\$ 2 trilhões) e tem apresentado taxas de crescimento invariavelmente superiores às do comércio de bens. Trata-se de área em que os países desenvolvidos de modo geral, sobretudo Estados Unidos, Japão e Canadá, têm forte interesse e grande ambição no acesso a novos mercados (ÁLVAREZ, 2005, p. 167).

Sendo assim, há três aspectos que devem ser considerados como fundamentais nas reflexões acerca da diversidade cultural e de sua relação com o desenvolvimento, sobretudo econômico, dos países: os mercados culturais expandem-se e constituem áreas das mais dinâmicas na economia mundial e, portanto, são disputados por países competitivos; o fluxo crescente de produtos culturais é considerado em alguns países uma ameaça à identidade cultural, e soma-se a isso o problema da hegemonia (como do cinema norte-americano, por exemplo); há um descompasso entre as práticas regulatórias estatais para proteger e promover sua indústria cultural e, em outro lado, as regras do comércio internacional (ÁLVAREZ, 2005).

Diante de toda esta situação, originada em decorrência dos processos de globalização, coloca-se em reflexão a forma de lidar com a diversidade, garantindo que se mantenham suas especificidades, permitindo ao mesmo tempo o desenvolvimento de uma indústria cultural que não privilegie apenas países dominantes.

• DIVERSIDADE CULTURAL NO BRASIL

Vejamos o que a autora Álvarez (2005, p. 172-173) indica, em sua reflexão sobre a diversidade cultural em nosso país:

Nas últimas décadas, desenvolveu-se interessante reflexão sobre as relações entre desenvolvimento e cultura. Superamos uma ideia ainda corriqueira nos anos cinquenta de que as culturas locais muitas vezes constituíam um obstáculo ao desenvolvimento, e que este tinha como objetivo unicamente o crescimento econômico. Nos anos oitenta foi se impondo o conceito de desenvolvimento com um rosto humano e, em seguida, especialmente graças às discussões da Rio 92, o conceito de desenvolvimento sustentável. Logo se firmou a noção de que conceber o desenvolvimento sem reconhecer que a cultura é componente altamente estratégico significava perder uma dimensão enorme de potencial econômico. Essa ideia, embora mais do que nunca verdadeira, sofreu mais uma “nuance” evolutiva. Da mesma forma que a

biodiversidade é indispensável à sobrevivência dos ecossistemas, os sistemas culturais compostos do mosaico complexo das culturas do mundo precisam da diversidade para preservar o patrimônio humano para as gerações futuras. Hoje em dia, qualquer desenvolvimento só é eticamente justificável se for sustentável tanto do ponto de vista ambiental quanto cultural. A cultura e a diversidade cultural são vistas hoje não só como um fim, mas também como um objetivo do desenvolvimento, entendido assim como a realização da existência humana em toda a sua plenitude, em todos os quadrantes do planeta.

Essa reflexão surge da profundidade de um país que se reconhece plural e diverso, complexo e ao mesmo tempo uno, no qual os processos culturais estão em constante dinamismo e transformação. O Brasil considera que os direitos culturais estão estritamente ligados aos direitos humanos e são ponto de referência fundamental para as políticas de desenvolvimento. Por essa razão mesmo, o país deseja que a diversidade cultural seja não só reconhecida e valorizada, como também possa vicejar em condições de equidade, liberdade e dignidade. Direitos culturais, igualdade de oportunidades e políticas de inclusão estão inevitavelmente vinculados para que a diversidade cultural possa se fortalecer.

É necessário, contudo, considerar que a aceleração da mundialização dos intercâmbios culturais contém potencialmente uma dinâmica homogeneizadora. Ademais, coloca frente a frente Estados com recursos desiguais e empresas que obedecem a lógicas próprias. Esses fatores podem vir a constituir, sem que sintamos, um embaraço à difusão e à projeção das várias culturas, restringindo a diversidade cultural mais do que a promovendo. Para o Brasil, é necessário que haja um equilíbrio entre o direito que têm os Estados nacionais de adotar políticas culturais apropriadas na área da cultura e o reconhecimento de que a legitimidade de qualquer política cultural está associada à garantia de um mercado livre para a circulação de bens culturais. Só uma ampla gama de oferta cultural, que reflita a diversidade de cada sociedade, pode permitir que a cultura desempenhe plenamente seu papel na sociedade.

Uma das formas para evitar os efeitos eventualmente contraproducentes da mundialização é a utilização das novas tecnologias de informação e comunicação para disseminar a aceitação generosa do diálogo intercultural e a valorização e respeito por todas as variedades linguísticas e culturais.

O Brasil, na condição de país que tem o privilégio de deter uma diversidade natural e cultural riquíssima, considera também fundamental a questão da proteção dos conhecimentos tradicionais, da farmacopeia nativa, das práticas e usos ancestrais que têm grande potencial econômico para a indústria. A exemplo do que a Convenção da Diversidade Biológica vem tentando estabelecer para os recursos genéticos, o Brasil vê com bons olhos o estabelecimento de instrumentos que protejam e recompensem as comunidades, muitas vezes pobres e isoladas, que transmitem seus conhecimentos tradicionais em benefício dos demais.

É chegado o momento de fazer pela cultura o que já foi alcançado no domínio da reflexão sobre meio ambiente e desenvolvimento. Que possamos juntos conceber formas para garantir o respeito pela diversidade cultural e que o desenvolvimento seja concebido como um processo criativo cuja razão última seja lograr, que cada comunidade humana possa expressar plenamente sua capacidade criativa e contribuir para a construção de um mundo mais próspero e justo.



Para ter acesso a algumas das discussões e reflexões sob diferentes perspectivas acerca da diversidade cultural, leia o livro "Diversidade cultural: globalização e culturas locais: dimensões, efeitos e perspectivas". O organizador é Leonardo Brant, e teve sua primeira edição publicada em São Paulo, pela Escrituras Editora, 2005.





O filme "Crash – No limite", 2004, apresenta situações que envolvem diferentes grupos étnicos e diferentes classes sociais, de forma que é possível observar suas relações no filme e perceber um pouco da ideia de diversidade cultural.



3 ESTRANHAMENTO E ALTERIDADE

A diversidade cultural causa nos seres humanos algumas sensações, que podem provocar ações, relacionadas com a cultura, a partir de sua própria identidade cultural. Estas duas sensações/posicionamentos são o estranhamento e a alteridade.

O estranhamento é algo que está na Antropologia desde o seu princípio, pois é a sensação que temos de não estarmos participando de um grupo cultural ou de uma realidade cultural. Podemos ter esta sensação ao nos depararmos com um grupo bastante diferente, como quando um brasileiro conhece pela primeira vez grupos orientais.

Neste primeiro contato, o grupo lhe parece bastante diferente, e ele não apresenta reações que indicam uma identificação cultural. É desta forma que os pesquisadores da área de antropologia devem posicionar-se no início de suas pesquisas, ao iniciarem o contato com culturas diferenciadas: estranhando todos os elementos. Isto é importante para garantir o distanciamento e a objetividade necessários às pesquisas.

Já a alteridade diz respeito à reação oposta, ou seja, ela permite a identificação com outro grupo cultural. Ela é a sensação de participação e pertencimento que temos ao nos relacionar com outros indivíduos ou grupos.

O estranhamento e a alteridade se manifestam de formas diferentes em cada cultura, e quem investiga estas relações é a Antropologia.

A antropologia foi sempre a ciência da alteridade, isto é, a ciência que busca investigar o outro, aquele que é essencialmente diferente de mim. Sua gênese aparece nos relatos dos primeiros viajantes europeus que tentavam descrever os “exóticos” costumes dos povos com os quais mantinham contato. Mas, se a curiosidade pelo outro, assim como pelas características de nossa própria espécie, não era novidade, a expansão colonialista da Europa sobre os outros continentes e o desenvolvimento dos meios de transporte, especialmente o marítimo, deram nova amplitude a esse interesse e nova dimensão a esse objeto de pesquisa. Em pouco tempo tal alteridade passou a incluir povos de aparência física as mais distintas, culturas milenares e outras que pareciam não ter história, línguas e costumes díspares, além de abarcar um rico legado cultural da Antiguidade. Era necessário delimitar esse vasto universo de pesquisa com a arqueologia, a etnologia e a antropologia cultural (COSTA, 2005, p. 107).

Desde sempre, a motivação na antropologia e dos antropólogos foi conhecer e compreender elementos diferentes de suas culturas de origem, e também encontrar elementos para refletir sobre a sua própria formação cultural e social. Por isso, a alteridade também é o princípio do reconhecer-se a si mesmo a partir do outro, enxergar sua própria formação social a partir de outros grupos.

Este olhar lançado para o outro não é um reflexo, e sim um olhar que permite observar detalhes diferenciados, aspectos que ainda não havíamos percebido. As crianças passam a se reconhecer como indivíduos quando reconhecem o outro, o pai, a mãe etc. No caso da antropologia, este outro são outros grupos sociais, é um outro coletivo, no qual o indivíduo nota itens de sua cultura após este contato (SANTOS, 2005).

É por meio destas sensações que a antropologia opera e tenta compreender a diversidade cultural existente, utilizando os princípios da alteridade e do estranhamento em suas pesquisas, buscando suas manifestações em cada cultura.

FIGURA 49 – PRIMEIROS CONTATOS ENTRE INDÍGENAS E EUROPEUS:
ESTRANHAMENTO



FONTE: Disponível em: <http://visaodigital.org/tiatati/wp-content/gallery/descobrimto/o_descobrimto_do_brasil_1jpg.jpg>. Acesso em: 10 dez. 2013.

4 ETNOCENTRISMO E RELATIVISMO CULTURAL

Dois conceitos fundamentais para a antropologia na atualidade e para análises sociais e históricas, de um modo geral, são os conceitos de etnocentrismo e relativismo cultural. Ambos estão interligados de alguma forma, pelo menos no sentido didático. Compreender um deles implica entender o outro, quase que como uma oposição.

O relativismo cultural implica em defender um posicionamento de que as diferentes culturas devem coexistir, relacionando-se e manifestando suas particularidades. Esta posição é oposta à proposta do etnocentrismo, que causa uma supervalorização da cultura própria do indivíduo, em detrimento das demais.

Os estudos dos grupos humanos vêm demonstrando que, embora existam expressivas diferenças culturais, “outras culturas” não são necessariamente inferiores. Mesmo assim, as sociedades “primitivas” são vistas dentro de um prisma de inferioridade cultural, sendo consideradas selvagens, bárbaras e de mentalidade atrasada. É uma atitude etnocêntrica, condenada pela Antropologia, que defende o princípio de que as culturas não são superiores ou inferiores, mas diferentes, com maiores ou menores recursos, com tecnologia mais desenvolvida ou menos (MARCONI; PRESOTTO, 1986, p. 38).

O etnocentrismo causa uma visão deturpada de que as demais culturas devem ser julgadas a partir dos valores de sua própria. Existem modos de vida que podem ser bons para um grupo e ruins para outro, e a referência a outras culturas não deve ser feita como inferiores ou superiores, e sim em termos de culturas diferentes.

O etnocentrismo pode causar problemas sociais grandes, pois pode ser manifestado em comportamentos agressivos quanto a outros grupos, desde a discriminação até a violência. O único aspecto positivo do etnocentrismo diz respeito ao incentivo pela valorização da própria cultura, do próprio grupo, entendendo que o seu modo de vida é saudável para si, causando bem-estar ao indivíduo. Mas esta valorização deve ser manifestada em atitudes positivas e não reprimendo modos de vida diferentes.

Em resumo: “Etnocentrismo é uma visão do mundo onde o nosso próprio grupo é tomado como centro de tudo e todos os outros são pensados e sentidos através de nossos valores, nossos modelos, nossas definições do que é a existência” (ROCHA, 1990, p. 7).

A manifestação deste tipo de posicionamento pode se dar em duas vias: no plano intelectual, como dificuldade para pensar as diferenças, ou no plano afetivo, por meio de sentimentos como a estranheza, medo, hostilidade. Quando se fala em etnocentrismo, portanto, estamos lidando com elementos intelectuais e também emocionais.

O problema que se coloca nas teorias etnocêntricas, então, trata de buscar compreender as formas e razões pelas quais se justificam posições distorcidas da realidade social e cultural, criando representações ruins acerca daqueles que são diferentes de nós. Este problema não apresenta exclusividade de época ou de sociedade, pelo contrário, talvez ele seja o mais comum dos fatos humanos.

Como uma espécie de pano de fundo da questão etnocêntrica temos a experiência de um choque cultural. De um lado, conhecemos um grupo do “eu”, o “nosso” grupo, que come igual, veste igual, gosta de coisas parecidas, conhece problemas do mesmo tipo, acredita nos mesmos deuses, casa igual, mora no mesmo estilo, distribui o poder da mesma forma, empresta à vida significados em comum e procede, por muitas maneiras, semelhantemente. Aí, então, de repente, nos deparamos com um “outro”, o grupo do “diferente” que, às vezes, nem sequer faz coisas como as nossas ou quando as faz é de forma tal que não reconhecemos como possíveis. E, mais grave ainda, este “outro” também sobrevive à sua maneira, gosta dela, também está no mundo e, ainda que diferente, também existe (ROCHA, 1990, p. 8).

Este choque inicial que gera o etnocentrismo torna a diferença ameaçadora, porque fere a nossa identidade cultural. O grupo, a partir disso, faz de sua forma de vida a única possível ou, não conseguindo, a faz ser a melhor, a superior, a certa. O outro, neste caso, é tido como o esquisito, o absurdo.

Há um outro aspecto que cerca a postura etnocêntrica: o outro e sua cultura, nesta situação, são desprovidos da oportunidade de falar sobre a sua cultura, sendo assim a imagem que fazemos deste outro é distorcida e é apenas uma representação, e não um composto de informações verdadeiras e de fonte segura.

A imagem pode ser manipulada, a partir de ideologias, ou seja, conjuntos de ideias que modifiquem e direcionem a percepção acerca de algo (LÖWY, 2006). E, negando a autonomia do indivíduo para que fale sobre si, o outro passa a ser representado por uma ótica etnocêntrica, baseada na ideologia dominante do momento.

Na nossa chamada “civilização ocidental”, nas sociedades complexas e industriais contemporâneas, existem diversos mecanismos de reforço para o seu estilo de vida através de representações alternativas do “outro”. O caso dos índios brasileiros é bastante ilustrativo, pois alguns antropólogos estudiosos do assunto já identificaram determinadas visões básicas, determinados estereótipos, que são permanentemente aplicados a estes índios (ROCHA, 1990, p. 15).

No entanto, embora haja as visões etnocêntricas, temos também visões que se opõem a isso. Uma das mais importantes é a relativização, por meio da qual se percebe que as verdades da vida são mais uma questão de posição do que de essência das coisas. Quando consideram um fato com a visão do contexto onde aconteceu, e não como uma dimensão absoluta, ou quando tentamos compreender os outros a partir de seus próprios valores, e não pelos nossos, estamos praticando a relativização.

O conceito de relativismo cultural deve ser adequadamente compreendido por todos os indivíduos envolvidos direta ou indiretamente nas situações de contato. É um princípio que permite ao observador ter uma visão objetiva das culturas, cujos padrões e valores são tidos como próprios e convenientes aos seus integrantes.

Considerando a extrema diversidade cultural da humanidade, pode-se compreender cada grupo humano, seus valores definidos, suas exclusivas normas de conduta e suas próprias reações psicológicas aos fenômenos do cotidiano; e também suas convenções relativas ao bem e mal, ao moral e imoral, ao belo e feio, ao certo e errado, ao justo e injusto etc.

A relatividade cultural ensina que uma cultura deve ser compreendida e avaliada dentro dos seus próprios moldes e padrões, mesmo que estes pareçam estranhos e exóticos. Assegura ao antropólogo atitudes mais justas e humanas, o que vem, muitas vezes, contrariar os interesses da cultura dominante que, quase sempre, nas situações de contato, não leva em consideração alguns princípios humanitários.

Vejamos o que Santos (1994, p. 17) explicita e reflete acerca da relatividade cultural:

A ideia de uma linha de evolução única para as sociedades humanas é, pois, ingênua e esteve ligada ao preconceito e discriminação raciais. Por outro lado, a relativização total do estudo das culturas desvia a atenção de indagações importantes a respeito da história da humanidade, como é o caso da constatação de regularidades nos processos de transformação dos grupos humanos e da importância da produção material na história dessas transformações.

Em outras palavras, substitui-se um equívoco por outro. Consideremos um pouco mais este segundo. Ele deriva da constatação de que a avaliação de cada cultura e do conjunto das culturas existentes varia de acordo com a cultura particular da qual se efetive a observação e análise; isso diria respeito a qualquer caso e não só ao da visão europeia de evolução social única dos grupos humanos; poderia ser aplicado, por exemplo, àquela comparação entre duas sociedades primitivas de que falei atrás. Verifica-se assim que a observação de culturas alheias se faz segundo pontos de vista definidos pela cultura do observador, que os critérios que se usam para classificar uma cultura são também culturais. Ou seja, segundo essa visão, na avaliação de culturas e traços culturais tudo é relativo.

Passa-se assim da demonstração da diversidade das culturas para a constatação do relativismo cultural. Observem o quanto essa equação é enganosa. Só se pode propriamente respeitar a diversidade cultural se se entender a inserção dessas culturas particulares na história mundial. Se insistirmos em relativizar as culturas e só vê-las de dentro para fora, teremos de nos recusar a admitir os aspectos objetivos que o desenvolvimento histórico e da relação entre povos e nações impõe. Não há superioridade ou inferioridade de culturas ou traços culturais de modo absoluto, não há nenhuma lei natural que diga que as características de uma cultura a façam superior a outras. Existem, no entanto, processos históricos que as relacionam e estabelecem marcas verdadeiras e concretas entre elas.

O absurdo daquela equação acima referida se manifesta no fato de que enquanto a ciência social dos países capitalistas centrais elaborava teorias relativistas da cultura, sua civilização avançava implacavelmente, conquistando e destruindo povos e nações, tendo como instrumento uma capacidade de produção material que não é nem um pouco relativa.

Vemos, pois, que a questão não é só pensar na evolução de sociedades humanas, mas fundamentalmente entender a história da humanidade. O século XIX, em que esse confronto de ideias se consolidou, indicava os caminhos de uma civilização mundial em que as muitas culturas humanas deveriam inevitavelmente encontrar o seu destino, quando não seu fim. Já agora a compreensão dessa civilização mundial exige o entendimento dos múltiplos percursos que levaram a ela. O estudo das culturas e de suas transformações

é fundamental para isso. Enfatizar a relatividade de critérios culturais é uma questão estéril quando se depara com a história concreta, que faz com que essas realidades culturais se relacionem e se hierarquizem.

As culturas e sociedades humanas se relacionam de modo desigual. As relações internacionais registram desigualdades de poder em todos os sentidos, os quais hierarquizam de fato os povos e nações. Este é um fato evidente da história contemporânea e não há como refletir sobre cultura ignorando essas desigualdades. É necessário reconhecê-las e buscar sua superação.

É desta forma que se relacionam estas duas formas de compreender o outro, o diferente: com uma postura etnocêntrica ou com uma postura relativista. Como vimos, ambas, em excesso, podem trazer resultados negativos, e o ideal é saber conciliar estas expressões da emoção e racionais com equilíbrio, respeitando o diferente e valorizando a sua própria cultura.

5 FORMAÇÃO DA DIVERSIDADE CULTURAL BRASILEIRA

O Brasil é um país que se reconhece diverso, sua população possui a noção de que a diversidade cultural presente em seu território é um benefício, que temos um patrimônio de elevado valor simbólico quando pensamos no país como um todo. No entanto, as especificidades regionais não são esquecidas, sabe-se que a diversidade só é formada a partir da união de todas as características peculiares.

A composição étnica que permite a diversidade dos brasileiros é formada por inúmeros fenômenos históricos ocorridos em diferentes épocas: as migrações e colonizações europeias (inicialmente prevalecendo os portugueses, mas após seguindo com diversos países), o contato destes com as tribos indígenas nativas, a compra de escravos africanos, o incentivo às migrações para colonizar áreas do interior do país etc.

Com esta formação cultural tão diversificada, pode-se pensar que existe um debate sobre a cultura e a identidade nacionais, e é isso que acontece, no campo da antropologia.

Santos (2004, p. 71) abre o texto em que fala sobre esta questão com a seguinte indagação: “Se é então para considerarmos cultura em relação à sociedade como um todo, como uma dimensão da sociedade e de sua história, em que medida podemos falar de cultura nacional?”

As nações, para serem compreendidas como unidades, como grupos culturais, possuem características que fazem com que a cultura seja um dos conteúdos da nação. As nações são consideradas unidades políticas, e se a cultura é uma dimensão dos processos sociais de grupos, então pode-se pensar em uma cultura nacional.

Esta cultura nacional seria resultado de processos históricos, de lutas sociais, processos de produção, consequências das escolhas da nação. Não é composta apenas pela língua, costumes e tradições, que também são dinâmicos, mas por todas as escolhas históricas do grupo nacional.

“Pode-se, assim, entender a cultura nacional como a cultura comum de uma sociedade nacional, uma dimensão dinâmica e viva, importante nos processos internos dessa sociedade, importante para entender as relações internacionais” (SANTOS, 1994, p. 73).

No passado foi muito comum atribuir valores diferentes às contribuições dos grupos humanos que constituíram a população brasileira, havendo então certa disputa sobre o grau de importância de europeus, indígenas e africanos na formação da cultura brasileira. No entanto, um aspecto foi comum: a tendência a minimizar a importância das populações de origem africana, apenas de sua presença maciça na população durante séculos. É claro que isto está ligado a uma maneira de ver a sociedade enfatizando suas elites. Por razões diferentes as elites brasileiras deram muito valor no passado à herança indígena de nossa cultura: isso se deu acompanhando a consolidação da independência do país do domínio colonial europeu, e esteve ligado à busca de diferenciação em relação às sociedades europeias. Notem que nem por isso as populações indígenas existentes conseguiram garantir a posse de suas terras (SANTOS, 1994, p. 75).

Assim, podemos perceber que existem problemas e dificuldades para definir uma cultura nacional, para compreender quais são suas características compartilhadas, evidenciando os aspectos que a tornam única. As definições do que é a cultura brasileira, por exemplo, irão sempre depender dos valores que implicam nas formas de ver a sociedade. As dimensões culturais serão mais ou menos valorizadas de acordo com esta visão.

A cultura comum estará sempre, portanto, associada às relações de poder existentes no grupo, e à localização do indivíduo que esteja tentando definir traços

da cultura nacional. O conhecimento acumulado da história também permite a observação de elementos comuns, permitindo identificar particularidades de suas relações, o que condiciona também o seu desenvolvimento.

As discussões sobre a cultura sempre remetem à sua formação histórica, pois ela não é algo estático, um sistema fechado. Além disso, as relações de dominação também impactam nessa dinamicidade. A cultura é, portanto, um aspecto da realidade e de sua transformação, modificando e expressando esta mesma realidade, definindo as formações culturais nacionais.



No link <<http://www.youtube.com/watch?v=-du4gtlutn8>>, você terá acesso ao primeiro de uma série de programas disponíveis sobre a formação cultural do povo brasileiro. O documentário chama-se "Darcy: O povo brasileiro", pois é composto por entrevistas com um dos grandes nomes da antropologia brasileira: Darcy Ribeiro, sobre o tema da diversidade cultural em nosso país.



Leia também o artigo "A antropologia e a diversidade cultural no Brasil", de autoria de Ruben George Oliven, publicado na Revista de Antropologia, v. 33, ano 1990, páginas 119 – 139. Disponível em: <<http://www.jstor.org/discover/10.2307/41616060?uid=2&uid=4&sid=21103236977843>>.

6 AS QUESTÕES INDÍGENAS NO BRASIL

Diante da diversidade cultural brasileira que podemos encontrar, conforme vimos na seção anterior, há um grupo que sofreu muito com as relações entre etnias e seus conflitos no Brasil: os indígenas. Este sofrimento relaciona-se com a redução de sua população, iniciada na colonização e que se mantém até a contemporaneidade. Além de sua redução, a cultura destes povos foi bastante afetada pelos contatos com outros povos. Em se tratando do Continente Americano, veja o que indicam Marconi e Presotto (1986, p. 225):

A população do Continente Americano era bastante significativa antes da chegada dos europeus, mas faltam dados consistentes para uma avaliação exata. No Brasil, as estimativas indicam um montante que varia de 2 a 2,5 milhões de indivíduos. A partir do contato com os colonizadores essa população começa a decrescer progressivamente, não se tendo notícias de quantos grupos desapareceram.

Os primeiros grupos a terem contato e sofrerem consequências em virtude da presença dos europeus colonizadores foram os indígenas ocupantes das faixas litorâneas no Brasil. Em alguns casos foram até mesmo dizimados, em virtude de confrontos, doenças etc. Após, à medida que a colonização ia se expandindo para o centro do país, os grupos do interior também foram sendo atingidos.

O contato com o homem europeu foi extremamente devastador para os povos indígenas, pelos seguintes fatores principais: redução ou perda do território; aquisição de doenças das quais não estavam imunes; perda de autonomia econômica e política; depopulação e destribalização; surgimento de necessidades que não tinham como satisfazer.

Esta situação origina o processo de aculturação, no qual os grupos étnicos assimilam elementos culturais de outro grupo. Desde então, temos no Brasil a situação que privilegia as culturas dominantes, os chamados civilizados, em detrimento da cultura tribal, que é subjugada e, portanto, sua população vai sendo reduzida, as tribos são fragmentadas, desterritorializadas etc.

No processo de colonização, os primeiros contatos ocorreram entre os portugueses, liderados por Cabral, e os Tupinikin, grupo tribal Tupi-guarani, ocupante do sul da Bahia. Sua língua era o Tupi, falada também no restante do litoral. Sendo assim, essa língua única dentre os indígenas litorâneos favoreceu a apropriação de terras por parte dos europeus, e a utilização dos indígenas como mão de obra.

Os indígenas raras vezes precisaram ser escravizados, pois acomodavam-se à situação, tanto de forma pacífica, quanto violenta. Aos poucos, inicia-se o comércio de trocas: o escambo, quando os indígenas davam produtos tropicais, pau-brasil, farinha de mandioca, em troca de objetos europeus, até então desconhecidos para eles (MARCONI; PRESOTTO, 1986). Quando o escambo não funciona mais, o indígena é escravizado, sobretudo quando era hostil ao contato com os europeus, pois era preso e escravizado na condição de prisioneiro.

O início da ocupação no interior se dá com a busca de pastos para a criação de gado, indispensável para a manutenção da população. Para tanto, as incursões iniciaram-se nos sertões. Os grupos reagiram à presença dos criadores brancos, mas foram exterminados e os sobreviventes, escravizados. Este processo causou uma descolonização do Nordeste brasileiro, sendo os homens (índios) eliminados para dar lugar ao gado e aos pastos.

As ocupações no Maranhão e Pará também foram baseadas em conflitos, e os índios iam se retirando para dar lugar ao gado. Como a mão de obra indígena possuía muito valor, pois seus componentes estavam adaptados à região, iniciam-se inúmeras caçadas aos índios, objetivando apreendê-los e escravizá-los, e estas ações eram intituladas “descimentos” (MARCONI; PRESOTTO, 1986).

Todo este processo é acompanhado por grupos de religiosos jesuítas, que pretendiam catequizar os índios e convertê-los para o catolicismo. No sul

do país, ocupado pelos índios guaranis, instalaram-se reduções jesuíticas, nas quais os índios estariam protegidos dos europeus, mas logo foram invadidos por bandeirantes paulistas, que buscavam os índios para vendê-los como escravos.

Depois desta situação, quando iniciou-se a busca por metais preciosos no território brasileiro, muitos indígenas foram novamente dizimados, tentando resistir à ocupação estrangeira. Em 1757 extingue-se a escravidão indígena, pois os escravos passam a ser os negros, e os jesuítas são expulsos do país logo em seguida.

Apesar desta extinção da escravidão indígena, sua mão de obra novamente foi utilizada na extração de borracha. Enquanto isso, no centro do Brasil estas populações eram vistas como impedimentos para o desenvolvimento do país, e foram atacadas com objetivos de extermínio. É apenas no final do século XIX que iniciam-se tentativas de reconhecer a importância dos grupos indígenas e de sua cultura.

Até então, a coroa portuguesa praticava uma política indigenista que condenava e proibia a escravidão, mas ao mesmo tempo incentivava que os indígenas hostis e que oferecessem perigo fossem aprisionados e tornados escravos. Sendo assim, ao mesmo tempo em que condenava a escravização, também a incentivava.

Apenas em 1823, após a independência brasileira, José Bonifácio de Andrade e Silva inicia uma “Política Indigenista Brasileira”. Esta política possui caráter humanitário e defendia a miscigenação em território brasileiro, bem como o comércio com os índios (MARCONI; PRESOTTO, 1986).

Com o início do século XX, surgiu a oficialização das relações entre índios e brancos, por meio da criação de um órgão oficial, que é o Serviço de Proteção aos Índios – SPI. À frente deste órgão estava o Marechal Rondon, e ele foi criado em 1910. Muitas medidas foram indicadas como objetivos a serem atingidos por este serviço, como garantir os territórios dos índios para eles, permitir a autonomia tribal e até punir crimes praticados contra índios.

Embora houvesse esta tentativa de proteção às tribos indígenas, os problemas prosseguiram, em virtude de empecilhos práticos para a execução das políticas desejadas. Mas ressalta-se a diminuição da violência nos contatos entre os povos.

Logo nos primeiros anos de atividade, surgiram dificuldades que se multiplicariam nos anos subsequentes, como a falta de verba, de pessoal qualificado e mesmo de conscientização da maior parte da população. Enquanto Rondon se manteve à frente do SPI, esta instituição sobreviveu. Com o seu afastamento, a partir de 1930, os problemas indígenas aumentaram ainda mais: numerosas tribos pacificadas e atraídas ao convívio nacional esperavam a suposta ajuda que nem sempre o SPI pôde dispensar-lhes (MARCONI; PRESOTTO, 1986, p. 244).

Rondon conviveu com os índios no sertão brasileiro, tendo assim grande experiência para lidar com estes, e sabendo como deveria agir para defendê-los. Além de seu trabalho humanístico, desenvolveu também trabalhos científicos sobre os índios.

Em virtude do despreparo de dirigentes e de servidores, o SPI foi conduzindo a uma situação degradante que provocou sua extinção em 1967. No mesmo ano criou-se uma fundação vinculada ao Ministério do Interior, que é a Fundação Nacional do Índio, Funai. Em 1973 esta instituição sanciona o Estatuto do Índio.

Com o início da atuação da Funai a prioridade desta instituição foi a saúde, ampliando os postos indígenas, dotando-os de enfermarias e pessoas capacitadas para os atendimentos. Na área da educação, foram criadas escolas com educação bilíngue, nas quais os alunos aprendem a língua portuguesa e a língua de seu povo indígena. Implantaram-se também regras para o arrendamento de terras indígenas e projetos de desenvolvimento econômico nas plantações das tribos (OLIVEIRA, 1975).

No entanto, do ponto de vista dos próprios índios, nem sempre era assim que funcionava na prática. Eles percebiam que, mesmo “ganhando” um pedaço de terra, não podiam derrubar uma árvore para fazer um curral, enquanto que os funcionários do posto indígena podiam. Este exemplo ilustra a situação do ponto de vista indígena.

Em 1973 promulga-se o Estatuto do Índio, nova fase da política indigenista, mudando-se o foco das tribos indígenas do sul do país para as do norte, até então desassistidas. Desde então, um dos principais problemas da questão indígena no país diz respeito à distribuição de terras. Muitas áreas indígenas são invadidas e tomadas por fazendeiros e agricultores, e a demarcação das terras indígenas gera conflitos entre estes e os índios.

FIGURA 51 – POVOS INDÍGENAS MANIFESTANDO-SE SOBRE A DEMARCAÇÃO DE TERRAS INDÍGENAS EM BRASÍLIA



FONTE: Disponível em: <http://www.ebc.com.br/sites/default/files/abr180413dsm_3489.jpg>. Acesso em: 10 dez. 2013.

A discussão sobre as terras indígenas ainda não está finalizada, frequentemente vemos notícias de conflitos a respeito desta situação. A Funai mantém, em sua página de internet, um mapa completo que indica as demarcações realizadas até agora, situando-nos com relação a esta questão.



Para compreender como funciona a demarcação de terras indígenas, veja a entrevista disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=im_i5wVYfjQ>.



Navegue e explore a página de internet da Funai, que é <<http://www.funai.gov.br/>>. Lá existem mapas trazendo a situação da demarcação das terras indígenas, publicações acadêmicas sobre as ações indigenistas no país, imagens de tribos, legislação, e outras informações acerca das ações desta fundação no país, e das tribos indígenas que temos no território brasileiro.



Para complementar seus estudos sobre a questão indígena no Brasil, busque o livro "Índios do Brasil", de autoria de Julio Cezar Melatti, publicado pela Editora da Universidade de São Paulo em 2007.



RESUMO DO TÓPICO 2

Neste tópico você viu que:

- Os grupos culturais diferentes entre si devem coexistir e respeitar suas particularidades, e é aí que chegamos a mais um conceito importante no entendimento do ser humano em seu meio, o conceito de diversidade cultural.
- A diversidade causada pela existência e manifestações culturais diversificadas, portanto, garante um mundo heterogêneo e uma troca cultural importante para a manutenção da humanidade.
- O estranhamento é algo que está na Antropologia desde o seu princípio, pois é a sensação que temos de não estarmos participando de um grupo cultural ou de uma realidade cultural. Já a alteridade diz respeito à reação oposta, ou seja, ela permite a identificação com outro grupo cultural. Ela é a sensação de participação e pertencimento que temos ao nos relacionar com outros indivíduos ou grupos.
- O relativismo cultural implica defender um posicionamento de que as diferentes culturas devem coexistir, relacionando-se e manifestando suas particularidades. Esta posição é oposta à proposta do etnocentrismo, que causa uma supervalorização da cultura própria do indivíduo, em detrimento das demais.
- O Brasil é um país que se reconhece diverso, sua população possui a noção de que a diversidade cultural presente em seu território é um benefício, que temos um patrimônio de elevado valor simbólico quando pensamos no país como um todo.
- Diante da diversidade cultural brasileira que podemos encontrar, conforme vimos na seção anterior, há um grupo que sofreu muito com as relações entre etnias e seus conflitos no Brasil: os indígenas. Este sofrimento relaciona-se com a redução de sua população, iniciada na colonização e que se mantém até a contemporaneidade. Além de sua redução, a cultura destes povos foi bastante afetada pelos contatos com outros povos.

AUTOATIVIDADE



1 Neste tópico você estudou sobre a diversidade cultural existente no mundo e, principalmente, sobre como se formou a diversidade cultural no Brasil. Sobre esta diversidade, classifique V para as sentenças verdadeiras e F para as falsas:

- () O estranhamento diz respeito a achar uma cultura estranha, e assim entender que sua cultura é mais elevada do que esta cultura diferente que se encontrou. Os indivíduos desta outra cultura, neste caso, passam a ser chamados de estranhos.
- () O relativismo cultural é um posicionamento oposto ao do etnocentrismo, em que todas as culturas são válidas e respeitadas, enquanto no etnocentrismo temos um entendimento da realidade de que um grupo é superior culturalmente aos outros.
- () Um dos grupos que participou da formação da diversidade cultural no Brasil são os indígenas, embora tenham sido oprimidos e atacados no período da colonização. Hoje, eles buscam garantir seus direitos com a demarcação das terras indígenas.

Agora, assinale a alternativa que apresenta a sequência CORRETA:

- a) () F - V - F.
- b) () F - V - V.
- c) () F - F - F.
- d) () V - V - V.



Assista ao vídeo de
resolução desta
autoatividade



RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E MOVIMENTOS SOCIAIS

1 INTRODUÇÃO

Com este último tópico finalizaremos nossos estudos sobre as relações étnico-raciais e os movimentos sociais decorrentes destas relações. Neste item estudaremos como as relações entre as etnias e as raças impactam na dinâmica social e influenciam as formas de interação humana.

Começaremos estudando a noção de minorias, fundamental para a compreensão destes grupos e das relações étnico-raciais. É uma noção utilizada nas análises sociais e designa grupos que estão em oposição aos dominantes na sociedade. Embora sejam chamados de minorias, veremos que nem sempre são os indivíduos em menor quantidade na sociedade, muitas vezes podem ser a maioria, mas uma maioria que é subjugada.

A partir da noção de minoria, vamos compreender como se estabeleceu um entendimento histórico intitulado mito da democracia racial. Com a disseminação deste mito formulou-se uma imagem de que no Brasil todas as raças conviviam de forma igualitária, sem discriminações de qualquer tipo e em harmonia, sem conflitos. Aos poucos, nos estudos mais atualizados, este mito foi sendo desconstruído, na medida em que novas fontes científicas foram acrescentadas ao ideário brasileiro.

Após, estudaremos como se formaram os movimentos e as lutas antirracistas, que buscam minimizar as ações de preconceito e discriminação praticadas na sociedade. É neste momento também que estudaremos com mais afinco o conceito de racismo e as ideias que estão alinhadas a esta forma de percepção de realidade.

Finalizando, conheceremos como o movimento negro se estabeleceu na sociedade brasileira, desde os primórdios da resistência negra à escravidão, até a atualidade, quando estes grupos buscam consolidar políticas públicas de combate à discriminação racial.

Encerrando este tópico, você terá condições de estabelecer entendimentos sobre a diversidade existente na sociedade, e as relações dos seres humanos entre si e com o ambiente.

Vamos lá? Bons estudos!

2 AS MINORIAS

Embora no mundo contemporâneo permaneça a tendência de uma massificação cultural mundial, considerando os processos de globalização que fazem com que tenhamos as mesmas marcas, as mesmas notícias, os mesmos produtos em quase todos os lugares do mundo, a heterogeneidade ainda persiste.

Mesmo com as padronizações impostas pela industrialização e pela massificação de produtos, organizam-se as minorias, que permitem a manutenção da diferença nos grupos sociais. Estes grupos surgem assumindo uma identidade com força total e defendendo princípios próprios, defendendo as individualidades.

A homogeneidade é incitada pelos processos capitalistas e industrializados, mas a igualdade não é, e nunca foi, uma ideia aceitável para a cultura humana. As civilizações mais antigas já pregavam a diferença entre os indivíduos. Os hindus, por exemplo, afirmavam que cada grupo social dentre os seus tinha sido produzido de uma parte diferente do Deus Brama, por isso eram diferentes (GUIZZO, 2009).

Sendo assim, as diferenças sempre foram a fonte para que se definisse a essência da humanidade e a razão de sua existência (HERMANS, 2004). Quem inseriu a noção de igualdade foi o cristianismo, quando indica que todos são filhos de Deus, uma ideia nova em um povo que buscava “descobrir” qual era o verdadeiro povo escolhido.

Esta ideia de igualdade foi se disseminando, os iluministas identificaram características similares nesta igualdade: vontade, liberdade, que culminaram na igualdade jurídica. Todos os homens passaram a ter, portanto, direito ao trabalho, à liberdade, à justiça etc. (COSTA, 2005).

Mas essa igualdade é estimulada pelo sistema capitalista na medida em que a indústria de massa avança e padroniza estilos de vida e consumo, ao mesmo tempo em que é responsável por novas diferenças entre as pessoas.

Porém, nessa sociedade que se massifica, se padroniza e se assemelha, surgiram grupos que começaram a se distinguir do conjunto da população. Em primeiro lugar, porque essa sociedade começou a abrigar em seu interior, num mesmo espaço geográfico, pessoas provenientes das mais diferentes culturas, das mais diversas partes do mundo e de condição social cada vez mais díspar. Todas elas competindo pelo mercado de trabalho e por bens que nunca parecem aumentar na mesma proporção que o número de consumidores (COSTA, 2005, p. 272).

Todos os grupos passaram a exibir suas particularidades, deixando claro quem eram pares e quem eram concorrentes. Surgem oposições como homens e mulheres, negros e brancos, orientais e ocidentais, nativos e estrangeiros etc. Cada um destes grupos buscou afirmar sua identidade e imprimir diferenças marcantes na realidade social.

Diante dessas diferenças, os projetos políticos não dão conta de uma realidade total e, sendo assim, os partidos políticos, antes unidades fortes de unificação, não dão conta das especificidades das reivindicações dos grupos diferentes. “As soluções políticas e religiosas que se pretendem globais descontentam esses grupos específicos, que buscam formas próprias de pensamento e atuação” (COSTA, 2005, p. 273).

Surge, neste contexto, a ideia de minoria, em oposição à maioria. A maioria surgiu na Grécia, onde, excluindo-se escravos, estrangeiros, artesãos, comerciantes, mulheres e menores de 18 anos, os demais eram considerados cidadãos. Eles governavam a cidade em forma de assembleia, e suas decisões eram pautadas no que a maioria dos cidadãos gregos decidia, não pensando ainda em uma legitimidade baseada na adesão da maioria da população.

Com base nessa ideia foram criados os sistemas políticos republicanos, entendendo que uma maioria composta pela elite deveria definir os rumos da nação. As decisões tomadas pelos representantes seriam a vontade da maioria, pois eles representariam esta maioria populacional. “Assim, se o governo é representativo, ele é majoritário e representa a maioria da população. Quem se opõe é sempre uma minoria, mesmo que corresponda – como no caso das mulheres – a mais da metade da população do planeta” (COSTA, 2005, p. 274).

Em se tratando de análises sociais, a ideia de maioria conduz à ideia de normalidade, ou seja, é uma generalidade, uma situação generalizada.

Assim, ao mesmo tempo em que a representatividade apoiada na maioria de votos garantiria legitimidade aos governos e às suas ações – por menor que fosse o grupo que os representassem –, a ideia de consenso, associada à de maioria e unanimidade, dava também às instituições sociais um sentido de normalidade e saúde (COSTA, 2005, p. 275).

Com a complexidade da vida social, hoje é difícil conseguir estabelecer maiorias reais. Os sistemas políticos buscam mascarar, muitas vezes, situações para que sejam criadas semelhanças e reduzidas diferenças.

As minorias hoje saem em busca de suas reivindicações, defendendo bandeiras de luta e fazendo manifestações, mesmo que sejam desconsideradas pelos sistemas políticos e levantamentos estatísticos. Elas se organizam e conseguem denunciar antigos preconceitos, e, por vezes, até modificar comportamentos (GUIZZO, 2009).

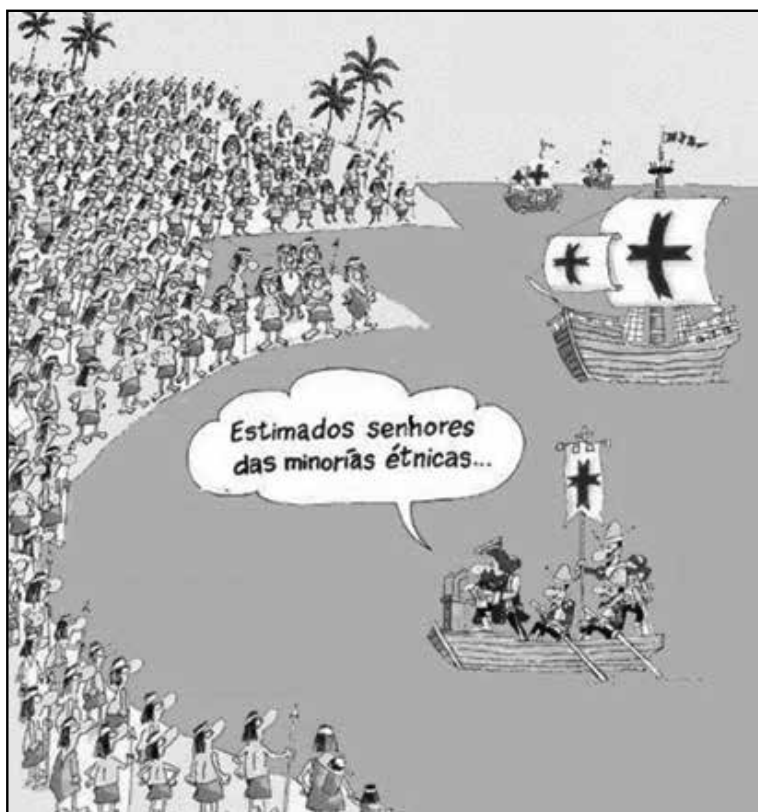
A sociologia passou a se interessar mais por esses grupos, uma vez que constituem a diferenciação social, ampliando-se o número de estudos e trabalhos sobre os migrantes e imigrantes, mulheres, homossexuais etc.

“Hoje entende-se por maioria ou minoria a capacidade de certos grupos sociais de fazerem pressão e obterem sucesso em suas reivindicações. É a força da

ação política que torna as questões majoritárias ou minoritárias” (COSTA, 2005, p. 276).

É a ascensão das organizações políticas das minorias raciais, sexuais ou profissionais que reverteu a tendência da sociedade industrial à massificação, permitindo que seja desenvolvida aos poucos uma democracia participativa, em que os cidadãos não confiam apenas nas ações políticas, mas se organizam e partem para a ação concreta, organizando movimentos e associações que possuam capacidade de mobilização política e número elevado (COSTA, 2005).

FIGURA 52 – CHARGE PROBLEMATIZANDO A NOÇÃO DE MINORIA ÉTNICA



FONTE: Disponível e: <<http://indiosnordeste.com.br/wp-content/uploads/2013/01/Minorias-Etnicas.jpg>>. Acesso em: 10 dez. 2013.

Chauí e Oliveira (2010, p. 123) sintetizam a definição de minoria, conforme segue.

O processo de globalização vem promovendo em todo o mundo a massificação, a homogeneização e a padronização cultural. Vemos isso nas roupas, nos cortes de cabelo, nos calçados, nos automóveis, na música, na alimentação. Ao retratar um mundo em que grandes contingentes de pessoas

se transformam em robôs vivos de uma sociedade desumanizada, na qual todos se assemelham, os filmes de ficção científica parecem ficar cada vez mais próximos da realidade. De certo modo, eles reproduzem um padrão de comportamento que está sendo imposto pela globalização.

Diante desse panorama de grandes mudanças sociais – enquanto instituições tradicionais, até então inabaláveis, parecem cair em descrédito –, emerge uma sociedade complexa e diferenciada. Nela, diversos grupos sociais minoritários – as minorias étnicas, religiosas, sexuais, políticas e regionais – buscam seu espaço social e geográfico, sua identidade social e cultural. As minorias se organizam cada vez mais para defender seus interesses, ressaltando suas particularidades.

Ao afirmar sua própria identidade e à medida que reivindicam direitos e contestam normas sociais por se sentirem excluídos, os grupos minoritários se propõem a organizar movimentos sociais, políticos, étnicos, raciais e sexuais, que vêm dando um novo sentido à noção de cidadania.

A exclusão social tende a dar origem a diferentes grupos de excluídos entre as minorias. Essa situação de exclusão ou de discriminação tem levado as minorias organizadas a passar do discurso à ação política, reafirmando sua própria identidade e buscando seus direitos na sociedade democrática. Um exemplo disso é a luta dos homossexuais pela legalização do casamento entre pessoas do mesmo sexo; da mesma forma, os sem-terra ocupam latifúndios improdutivos reivindicando reforma agrária; os sem-teto invadem loteamentos ou áreas urbanas para obter uma habitação digna; grupos feministas exigem igualdade de condições de trabalho e de salário em relação aos homens; povos indígenas reivindicam a demarcação de suas terras.

A situação de exclusão de muitas minorias geralmente se origina da avaliação negativa que os grupos dominantes da maioria fazem delas, da sua discriminação e segregação.

Pode acontecer também, e não é raro, de uma minoria ser formada pela maior parte da população. São as minorias majoritárias. Isso pode parecer contraditório, mas o fato é que as minorias majoritárias ocupam na estrutura de poder uma posição de subordinação diante de uma minoria autoritária e poderosa.

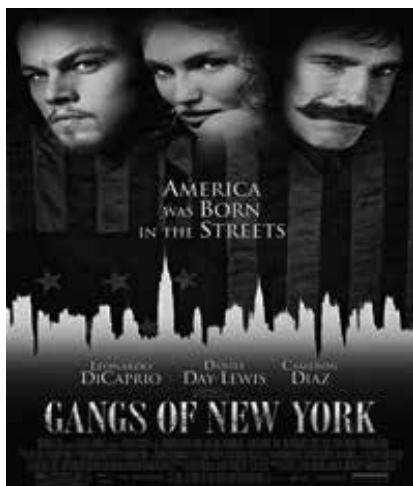
Os escravos de qualquer época e lugar são exemplos de minorias majoritárias diante de governos escravistas que formavam o grupo minoritário nesses sistemas. Outro exemplo é o *apartheid* na África do Sul, em que a maioria negra foi subjugada pela minoria branca.

Em certos casos, a capacidade de mobilização política de algumas minorias tem levado os especialistas a ponderar sobre as noções de democracia representativa – que se baseia na maioria – em contraste com a nova noção de

democracia participativa – na qual as minorias excluídas têm uma participação social e política mais efetiva na sociedade.



O filme “Gangues de Nova York” trata sobre a imigração irlandesa e as utopias disseminadas aos imigrantes. Apresenta a situação de uma minoria étnica em um país que não é seu país de origem. Dirigido por Martin Scorsese.



Para estudar as relações entre as minorias, o sistema político e a identidade cultural, veja o artigo de Iris Marion Young, intitulado “Representação política, identidade e minorias”, disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ln/n67/a06n67.pdf/>>.

3 MITO DA DEMOCRACIA RACIAL

Um dos aspectos importantes da discussão apresentada anteriormente, acerca das maiorias e das minorias (lembrando que as minorias nem sempre estão em menor quantidade), diz respeito às questões raciais. Muitos grupos pretendem defender que todos os grupos étnicos e raciais são considerados de forma igualitária e possuem os mesmos índices de representatividade nas decisões nacionais.

Podemos observar que, embora exista hoje uma ideologia que prega a miscigenação democrática, esta só foi desenvolvida recentemente, pois até a

Abolição da Escravidão, por exemplo, o negro não existia nem como cidadão nem em qualquer outro registro histórico.

Antes de falarmos de racismo, etnias, raças, vamos esclarecer os conceitos de raça e etnia, para que fique claro a qual referência nos estamos direcionando. Raça e etnia não possuem o mesmo significado, apesar de estarem ligadas. A raça comumente está ligada à etnia.

A etnia compreende fatores culturais de um grupo, como língua, religião, tradições, nacionalidade. É um grupo que compartilha estes elementos. Já a raça diz respeito aos aspectos morfológicos compartilhados por um grupo, como cor da pele, estatura, constituição física, entre outros.

Após a abolição da escravidão dos negros é que estes passam a ser reconhecidos como cidadãos na sociedade nacional. Segundo Ortiz (1994), é após isso que se pode afirmar que a constituição do povo brasileiro se dá pela mestiçagem de três raças: a branca, a negra e a índia.

No entanto, para este mesmo autor, ao mesmo tempo em que se considera a raça negra como componente da nação brasileira, surge também o mito de que todas as raças participam dos processos democráticos. Assim, Ortiz (1994, p. 39), indica que:

Se o mito da mestiçagem é ambíguo é porque existem dificuldades concretas que impedem sua plena realização. A sociedade brasileira passa por um período de transição, o que significa que as teorias raciológicas, quando aplicadas ao Brasil, permitem aos intelectuais interpretar a realidade, mas não modificá-la. Em jargão antropológico eu diria que o mito das três raças não consegue ainda se ritualizar, pois as condições materiais para a sua existência são puramente simbólicas. Ele é linguagem e não celebração.

Esta situação ocorria na época em que se encerrava o ciclo do trabalho escravo, em que os grupos de negros eram subjugados. No entanto, o Brasil continua se desenvolvendo e, após a década de 30, com a consolidação do modernismo, a perspectiva é modificada.

Só que as condições sociais eram agora diferentes, a sociedade brasileira já não mais se encontrava num período de transição, os rumos do desenvolvimento eram claros e até um novo Estado procurava orientar essas mudanças. O mito das três raças torna-se então plausível e pode se atualizar como ritual. A ideologia da mestiçagem, que estava aprisionada nas ambiguidades das teorias racistas, ao ser reelaborada pode difundir-se socialmente e se tornar senso comum, ritualmente celebrado nas relações do cotidiano, ou nos grandes eventos como o carnaval e o futebol. O que era mestiço torna-se nacional (ORTIZ, 1994, p. 41).

Ainda para Ortiz (1994, p. 43), o mito das três raças impacta nas próprias relações sociais e na forma com a qual os grupos se percebem:

O mito das três raças, ao se difundir na sociedade, permite aos indivíduos, das diferentes classes sociais e dos diversos grupos de cor, interpretar, dentro do padrão proposto, as relações sociais que eles próprios vivenciam. Isto coloca um problema interessante para os movimentos negros. Na medida em que a sociedade se apropria das manifestações de cor e as integra no discurso unívoco do nacional, tem-se que elas perdem sua especificidade. Tem-se insistido muito sobre a dificuldade de se definir o que é negro no Brasil. O impasse não é a meu ver simplesmente teórico, ele reflete as ambiguidades da própria sociedade brasileira.

A construção de uma identidade nacional mestiça deixa ainda mais difícil o discernimento entre as fronteiras de cor. Ao se promover o samba ao título de nacional, o que efetivamente ele é hoje, esvazia-se sua especificidade de origem, que era ser uma música negra. Quando os movimentos negros recuperam o *soul* para afirmar a sua negritude, o que se está fazendo é uma importação de matéria simbólica que é ressignificada no contexto brasileiro. É bem verdade que o *soul* não supera as contradições de classe ou entre países centrais e periféricos, mas eu diria que de uma certa forma ele “serve” melhor para exprimir a angústia e a opressão racial do que o samba, que se tornou nacional.

O problema com que os movimentos negros se deparam é de como retomar as diversas manifestações culturais de cor, que já vêm muitas vezes marcadas com o signo de brasilidade. Uma vez que os próprios negros também se definem como brasileiros, tem-se que o processo de ressignificação cultural fica problemático. O mito das três raças é neste sentido exemplar, ele não somente encobre os conflitos raciais, como possibilita a todos de se reconhecerem como nacionais.

Quanto à democracia jurídica garantida para todos os grupos, o Brasil é enquadrado na lista de países que garantem tratamento jurídico igual a todos os setores da população. No entanto, na prática não é assim que ocorre.

FIGURA 53 – CHARGE PROBLEMATIZANDO O MITO DA DEMOCRACIA RACIAL



FONTE: Disponível em: <<http://3.bp.blogspot.com/--R2yBQoa5Ao/TsriUeKRMAI/AAAAAAAAACvA/XSI4XVIGqBM/s200/democracia%2Bracial.jpg>>. Acesso em: 10 dez. 2013.

Vejamos as análises de Guimarães (s. d., p. 17-20.), um pesquisador vinculado à Universidade de São Paulo que estuda o mito da democracia racial.

Entre 1930 e 1964 vigorou no Brasil o que os cientistas políticos chamam de “pacto populista” ou “pacto nacional-desenvolvimentista”. Neste pacto, os negros brasileiros foram inteiramente integrados à nação brasileira, em termos simbólicos, através da adoção de uma cultura nacional mestiça ou sincrética, e em termos materiais, pelo menos parcialmente, através da regulamentação do mercado de trabalho e da seguridade social urbanos, revertendo o quadro de exclusão e descompromisso patrocinado pela Primeira República. Nesse período, o movimento negro organizado concentrou-se na luta contra o preconceito racial, através de uma política eminentemente universalista de integração social do negro à sociedade moderna, que tinha a “democracia racial” brasileira como um ideal a ser atingido.

O golpe militar de 1964, que destrói o pacto populista, estremece também os elos do protesto negro com o sistema político, que se teciam principalmente através do nacionalismo de esquerda. De fato, no começo dos 1960, a política externa brasileira já se encontrava estressada quanto à posição que o Brasil deveria tomar frente aos movimentos de libertação das colônias portuguesas na África. O movimento negro brasileiro, influenciado, internacionalmente, pela negritude, enfatizava as suas raízes africanas, o que gerava a reação de intelectuais como Gilberto Freyre (1961, 1962), em sua cruzada em prol dos valores da mestiçagem e do luso-tropicalismo. A discussão sobre o caráter da “democracia racial” no Brasil - ou seja, se se tratava de realidade cultural (como queriam Freyre e o *establishment* conservador) ou de ideal político (como queriam os progressistas e o movimento negro) - acaba levando à radicalização das duas posições. A acusação de que “democracia racial” brasileira não passava de “mistificação”, “logro” e “mito” toma então conta do movimento, à medida que a participação política se torna cada vez mais restrita, excluindo a esquerda e os dissidentes culturais. A partir de 1968, os principais líderes negros brasileiros vão para o exílio.

Com a redemocratização do país, a impossibilidade de se conter as reivindicações sociais dos negros brasileiros nos estreitos parâmetros da ideia freyriana de “democracia social” fica de todo evidente. A nação brasileira, constituída como mestiça e sincrética, já não precisava reivindicar uma origem “não tipicamente ocidental”. Ao contrário, as classes e grupos sociais farão dos direitos civis, individuais e universais o principal objetivo das lutas sociais.

A reconstrução da democracia no Brasil, a partir de 1978, ocorre *pari passu* ao renascimento da “cultura” e do protesto negro. Mais que isto: dá-se num mundo em que a ideia de multiculturalismo, ou seja, de tolerância e respeito a diferenças culturais que se querem íntegras, autênticas e não sincréticas, ao contrário do ideal nacionalista (universalista) do pós-guerra, é dominante. O fato é que a conquista de direitos econômicos e sociais e de representação política da massa de “excluídos” (sub-proletários, diria Marx) e das classes médias negras, face ao recuo da sociedade de classes, talvez exija, ao menos temporariamente, uma política de identidade bem demarcada. Em todo caso, nesse ambiente, todo o trabalho de reconstrução de um pacto racial democrático, em que pese o esforço de incorporação simbólica e material do Estado brasileiro, está fadado a um (in)sucesso limitado.

Seria errôneo atribuir o recrudescimento da “consciência negra” e do cultivo da identidade racial, no Brasil dos anos 1970, à influência estrangeira, especialmente norte-americana. Ao contrário, o renascimento cultural negro deu-se nestes anos sob a proteção do Estado autoritário e de seus interesses de política exterior (SANTOS, 2000; AGIER, 2000). Ademais, a guinada do movimento negro brasileiro em direção à negritude e às origens africanas data dos anos 1960 e foi, ela mesma, responsável pela geração das tensões políticas surgidas em torno do ideal de democracia racial. Do mesmo modo, as ideias e o nome de “democracia racial”, longe de serem o logro forjado pelas classes

dominantes brancas, como querem hoje alguns ativistas e sociólogos, foi durante muito tempo uma forma de integração pactuada da militância negra.

Em resumo, “democracia racial” foi o modo como Arthur Ramos, Bastide e outros traduziram as ideias expressas por Freyre em suas conferências na Europa, em 1937, na Universidade da Bahia e de Indiana, em 1943 e 1944, respectivamente. Ideias essas caudatárias, elas próprias, das reflexões de Freyre sobre a formação patriarcal da sociedade brasileira. Nessa “tradução”, Bastide e Ramos omitem o caráter “ibérico”, restritivo, que Freyre atribuía, no mais das vezes, ao termo; pelo contrário, alargam-no, realçam-lhe o caráter propriamente universalista de “contribuição brasileira à humanidade” (também reivindicado por Freyre), mais apropriado à coalizão antifascista e antirracista da época. Assim transposta para o universo individualista ocidental, a “democracia racial” ganhou um conteúdo político, distante do caráter puramente “social” que prevalece em Freyre, fazendo com que, com o tempo, a expressão ganhasse a conotação de ideal de igualdade de oportunidades de vida e de respeito aos direitos civis e políticos que teve nos anos 1950. Mais tarde, em meados dos 1960, “democracia racial” voltou a ter o significado original freyriano de mestiçagem e mistura étnico-cultural *tout court*. Tornou-se, assim, para a militância negra e para intelectuais como Florestan, a senha do racismo à brasileira, um mito racial.

Finalmente, para alguns intelectuais contemporâneos, o mito transforma-se em chave interpretativa da cultura brasileira. Mas é preciso que se lembre sempre de que o mito, no sentido antropológico, transforma-se facilmente em falsa ideologia, quando ganha a arena política, perdendo seus referentes históricos e sociais, obscurecendo o jogo de interesses e de poder que lhe dá sentido em cada época. Ou seja, quando é tomado como valor atemporal e a-histórico. Ora, é isso justamente que fez Gilberto Freyre a partir dos 1930. Em Gilberto, a “democracia social e étnica” brasileira é característica imanente e perene à cultura luso-brasileira. Mas, sabemos hoje que todos os sentidos culturais são construídos e reconstruídos a cada momento.

Morta a democracia racial, ela continua viva enquanto mito, seja no sentido de falsa ideologia, seja no sentido de ideal que orienta a ação concreta dos atores sociais, seja como chave interpretativa da cultura, seja como fato histórico. Enquanto mito continuará viva ainda por muito tempo como representação do que, no Brasil, são as relações entre negros e brancos, ou melhor, entre as raças sociais (WAGLEY, 1952) – as cores – que compõem a nação.

Noção criada (1937) e expandida (1943-1944) durante as duas ditaduras varguistas para nos incluir no mundo dos valores políticos universais, a “democracia racial” precisaria hoje ser apenas democracia, que inclui a todos sem menção a raças. Estas, que não existem, faríamos melhor se não as mencionássemos em nosso ideal de nação, reservando o seu emprego para denunciar o racismo.



Veja o vídeo disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=p5Wo6_qumJc>, ele discute o mito da democracia racial no país por meio de uma discussão bastante atualizada, a discussão sobre as cotas.



Veja o documentário "Raça: um filme sobre a igualdade", lançado em 2012 e dirigido por Joel Zito Araújo e Megan Mylan. É uma produção brasileira que discute a questão do mito da democracia racial e seus impactos sociais.



4 LUTAS ANTIRRACISTAS

O mito da democracia racial, como vimos na seção anterior, baseia-se na existência do racismo, que é a defesa por parte de um grupo racial de sua superioridade com relação aos outros. O racismo, portanto, supõe uma pretensa superioridade social por parte de um grupo, associando suas características culturais com as biológicas (HERMANS, 2004). A cultura, neste caso, é compreendida como sendo uma decorrência das características fisiológicas de um povo.

Este é o posicionamento de quem pratica atos racistas, subjugando grupos com fisiologias diferentes da sua. Temos aí uma redução do cultural ao biológico.

Segundo Guimarães (1999), até o final da década de 90 o racismo ainda era um tabu, pois os brasileiros acreditavam que vivam em uma democracia racial. Isto aconteceu porque desde a Abolição da Escravatura não houve segregação formal, institucionalizada no Brasil, nem mesmo conflitos raciais declarados.

Mas atualmente temos lutas declaradas contra o racismo, pois percebeu-se que esta visão de que não havia racismo no país se deu em comparação com o que era considerado racismo nos Estados Unidos, e lá os conflitos eram declarados e agressivos. Assim, até então o Brasil era considerado um exemplo de convivência entre diferentes grupos raciais.

As lutas contra o racismo passam geralmente por duas formas de ação: uma discursiva e retórica, compreendendo os discursos produzidos pelos estudiosos engajados, militantes e políticos preocupados com as desigualdades raciais; outra prática, traduzida em leis, organizações e programas de intervenção cujas orientações são definidas pelos governos e poderes políticos constituídos. Mas nada impede os setores privados e organizações não governamentais de desenvolver programas e atividades antirracistas (MUNANGA, 1996, p. 79).

No entanto, este esquema indicado acima para as lutas antirracistas nem sempre é fácil de ser executado, pois falta consenso entre os especialistas sobre o conteúdo do racismo e a própria complexidade do fenômeno apresenta dificuldades. A própria ação militante negra não é unitária (MUNANGA, 1996), pois muitas vezes acaba sendo influenciada pelas tendências do discurso intelectual, o que dificulta a elaboração de estratégias antirracistas.

Em países como a África do Sul ou os Estados Unidos, nos quais o racismo era explícito e institucionalizado, a luta contra ele tomou rumos diferentes do que em países como o Brasil, onde, como vimos, as manifestações raciais eram implícitas.

No caso do racismo *sui generis* do Brasil, como se podia lutar oficialmente, mobilizando governos e poderes políticos constituídos contra um racismo silenciado pela ideologia de “democracia racial”? Negar a luta seria negar a história do negro brasileiro que nunca recapitulou. Mas afirmar que a luta do negro no Brasil atingiu seus objetivos seria subestimar e minimizar a inteligência e a eficácia da ideologia racista implantada pela classe dirigente brasileira. A luta se travou no discurso de alguns intelectuais engajados e na ação da militância negra de todos os tempos. Essa militância desenvolveu algumas estratégias antirracistas, mas não conseguiu arrancar da sociedade brasileira como um todo a confissão de que ela é racista e, em consequência, não pôde convencer e induzir os governos para incrementar políticas públicas em benefício das vítimas do racismo (MUNANGA, 1996, p. 81).

Não havia como, portanto, implantar políticas públicas para uma realidade que se considerava inexistente, uma vez que estava instalado o mito da democracia racial. Entendia-se que a harmonia entre os segmentos étnico-raciais garantia uma democracia e as políticas públicas não eram necessárias.

Uma ação histórica compartilhada pelos negros das Américas é a escravidão. Alguns autores defendem que é esta escravidão ocorrida que faz com que haja um preconceito de inferioridade de raça no que diz respeito aos negros. Mas Munanga (1996) explica que a estereotipia negativa contra os negros permanece não apenas

pelo tempo histórico da escravidão, e sim pelas novas dimensões de dominação que continuam a reproduzir as ideias de superioridade e inferioridade social.

A sociedade produz novas formas de racismo que nada têm a ver com o passado escravista. Portanto, a luta é contra este presente concreto, atual, cotidiano, visível e comensurável, e não contra um passado sobre o qual as novas gerações conhecem pouco ou mal através de manuais de história (MUNANGA, 1996, p. 82).

Segundo Munanga (1996), realizando um balanço qualitativo e comparativo nos domínios de renda, emprego, saúde, educação, cultura, lazer, representação política etc., é possível observar que a população negra encontra-se em posições inferiores na hierarquia social. O acesso do negro ao sistema produtivo se dá de forma desigual, assim como na distribuição da renda nacional e no consumo.

Esta desigualdade de oportunidades não é proveniente da época histórica da escravidão, e sim de um sistema que perpetua estas desigualdades por meio do acesso às oportunidades sociais. Sendo assim, as diferenças raciais são perpetuadas por essa condição, embora as lutas antirracistas busquem o espaço dos grupos sociais nos quais se originam.

FIGURA 54 – MANIFESTAÇÃO DE MOVIMENTO ANTIRRACISTA



FONTE: Disponível em: <http://www.marxist.com/images/stories/brazil/MNS_contra_Leis_Raciais1.jpg>. Acesso em: 10 dez. 2013.



Para complementar seus estudos sobre o racismo e as lutas antirracistas, busque o livro "Racismo e antirracismo no Brasil", de Antonio Sergio Alfredo Guimarães, publicado pela Editora 34, com sua segunda edição em 1999.



Leia também o livro "Racismo no Brasil", coletânea com textos de diversos autores, publicado pela ANPED em parceria com a ONG Ação Afirmativa e a Editora ABONG, em 2002.



5 MOVIMENTO NEGRO NO BRASIL

Os movimentos negros tiveram origem no Brasil ao final do século XIX, quando ingressam neste país as ideias de darwinismo social, o racismo científico e as ideias de raça pura ariana. Estas ideias impactaram nas elites intelectuais do país, de duas diferentes formas.

Por um lado, houve grande aceitação das teorias raciais europeias, em virtude da ciência europeia, que defendia uma suposta superioridade racial dos brancos. Por outro, nesta fase (década de 1890) a maior parte da sociedade brasileira era mulata, e como os defensores do racismo científico condenavam a miscigenação, isto incentivou o racismo.

Com o início da República, o que deveria ter melhorado as relações racistas apenas piorou, pois contribuiu com a alienação das raças branca e negra. Embora a escravidão não existisse mais, o racismo predominava.

Os negros foram trazidos ao Brasil, sobretudo da África, na condição de escravos, para trabalhar nas mais diversas atividades econômicas. Desde sua apreensão em seu continente já surgiam problemas, a longa viagem de navio fazia com que muitos deles já morressem no trajeto. Aqueles que aqui chegavam eram vendidos aos fazendeiros e, à medida que se reproduziam, seus filhos também eram feitos escravos.

Esta situação começou a ser modificada a partir dos primórdios do movimento abolicionista, que era composto por diferentes projetos que objetivavam a libertação dos escravos, em duas frentes principais: uma dos fazendeiros, mais conservadora, e outra composta por outros setores da população, sobretudo as camadas médias e populares.

Uma figura importante nesta situação foi Joaquim Nabuco, deputado que encaminhou diversos projetos para libertar os escravos, além de utilizar seu trabalho na imprensa com a criação de um jornal que pretendia convencer as pessoas de que a abolição do regime de escravidão era benéfica para a sociedade.

Havia já neste momento uma semente de um movimento negro, uma vez que alguns escravos alforriados passaram a participar do movimento abolicionista. Alguns escravos também resistiam ao regime de escravidão, muitas vezes fugindo e se refugiando em grupos, formando os quilombos.

É neste contexto que, em 13 de maio de 1888, é sancionada a Lei Áurea, que liberta os escravos brasileiros. Na época a Princesa Isabel era a regente do país, e foi quem assinou esta lei.

FIGURA 55 – DOCUMENTO DA LEI ÁUREA



FONTE: Disponível em: <<http://www.infoescola.com/wp-content/uploads/2010/05/carta-lei-aurea.jpg>>. Acesso em: 10 dez. 2013.

Do ponto de vista político e legal, a partir de então a escravidão é extinta, mas do ponto de vista econômico e social, este processo é mais gradual, pois diz respeito à integração do negro na sociedade. Ele recebeu a liberdade, mas não lhe foi garantida nenhuma condição para a sobrevivência.

Um dos traços centrais dessa “mentalidade” era a identificação social entre “não branco” (negros e mestiços) e escravo. Isso significa que o preconceito de cor fundamentava na escravidão diferenciações sociais. Desse modo, as possibilidades de os negros ocuparem papéis sociais que pressupunham qualquer melhoria eram duplamente vedadas: por sua “condição social” e por sua “cor” (IOKOI, 2006, p. 133).

Com o avanço dos preconceitos de cor a partir da Primeira República, em virtude do ingresso das teorias europeias raciais, como mencionado anteriormente, a população negra sofreu inclusive com a violência generalizada.

A partir de então, no início do século XX, passam a surgir associações de negros, como jornais, escolas e clubes recreativos (IOKOI, 2006). O negro começava a aparecer na sociedade, e não era mais algo considerado inexistente.

Durante o período escravista, a ausência de análises a respeito das etnias africanas e da vida dos escravos era, em grande parte, reflexo do desinteresse pelas condições da população cativa. A partir da Abolição, a presença do negro começou a ser necessariamente estudada; afinal, os negros compunham parcela significativa da população brasileira. Deste modo, tornou-se recorrente, desde fins do século XIX, a explicação da composição da sociedade brasileira a partir da fusão de três raças: o branco, o índio e o negro. Porém, essas três raças participavam de modo diferenciado e hierarquizado, cabendo aos brancos a liderança dos processos sociais. Constituíam-se assim uma ideologia da supremacia racial do mundo branco e o negro se tornava objeto de estudo da ciência.

A imprensa e as associações passaram a ser importantes formas de manifestação dos grupos negros na época, por meio de periódicos esporádicos e fixos, por exemplo. Surgiram também muitas associações de negros, a partir da necessidade de afirmar a cultura negra e de se fazer enxergar para ter acesso digno aos seus direitos sociais.

A partir destas primeiras iniciativas temos a afirmação de uma identidade negra, buscando por meio de espaços públicos, associações, ONGs, grupos culturais, recuperar suas raízes históricas e culturais.

Em 1951 ocorre a homologação da Lei Afonso Arinos de Melo Franco, que é a primeira lei brasileira que indica como contravenção penal qualquer prática de preconceito de raça ou de cor da pele. Este momento é bastante importante, incriminando pela primeira vez a discriminação e preconceito racial no país.

Com esta lei, nenhum hotel pode deixar de hospedar uma pessoa pela sua cor de pele, nenhum estabelecimento comercial pode maltratar um cliente, nenhum funcionário público pode destratar uma pessoa. Todos estes casos se enquadrariam como discriminação e haveria punição jurídica.

Neste contexto surge, em 1970, o Movimento Negro Unificado, e o movimento negro brasileiro passa a ter visibilidade nacional. A partir dos anos 90 amplia-se o diálogo entre o Estado brasileiro e o movimento negro, sobretudo com a Marcha Zumbi dos Palmares em 1995, que buscava políticas públicas para reivindicações históricas destes grupos.

FIGURA 56 – SÍMBOLO DO MOVIMENTO NEGRO UNIFICADO



FONTE: Disponível em: <<http://1.bp.blogspot.com/-H7oI0V1hGmc/UAX3KSXdtal/AAAAAAAAAOW/CdOVGolaZ18/s1600/mnu.jpg>>. Acesso em: 10 dez. 2013.

Atualmente, uma das grandes lutas do movimento negro, além da condenação dos atos de discriminação racial e da busca de seus direitos por políticas públicas, diz respeito à demarcação de terras quilombolas. Os quilombos, locais nos quais escravos se refugiavam e resistiam ao trabalho escravo, cresceram e se desenvolveram, dando origem a comunidades cujos descendentes ainda vivem.

Estas comunidades remanescentes são chamadas quilombolas, e já foram identificadas mais de três mil comunidades em território brasileiro, totalizando mais de dois milhões de pessoas. Os órgãos de reforma agrária no país buscam realizar a demarcação de terras para estes grupos, a fim de que mantenham o direito de utilizá-las para sua sobrevivência.

Para tal, são utilizados como critérios a relação deste grupo étnico com a terra, com seu território, com seus ancestrais e com as tradições e práticas culturais de seu povo. A garantia de seu território permite que estas comunidades mantenham sua relativa autonomia quanto à sobrevivência, além de permitir a proteção ambiental a estes ambientes e a manutenção da identidade nacional.

FIGURA 57 – AÇÃO DO MOVIMENTO NEGRO



FONTE: Disponível em: <<http://api.ning.com/files/j42LvGiVS1FUV8X-nnxiVOZh6najyqBn6618zTU8DwE6fHZ8xAHOaXcmEOaGR60vNy7E8h59rRiPFO2fWibFVZriMu2hzoE7/zumbisomosns.jpg>>. Acesso em: 10 dez. 2013.



Para ampliar seu entendimento sobre o movimento negro no Brasil e o que ele é, veja o vídeo disponível no link <<http://www.youtube.com/watch?v=qZqDK38fFgk>>. Ele explica o que é o movimento negro brasileiro, e foi produzido pelo Núcleo de Estudos Negros de Florianópolis.



Conheça também a página de internet da Fundação Cultural Palmares, que faz o reconhecimento dos grupos quilombolas e apresenta uma série de informações sobre o Movimento Negro no Brasil <www.palmares.gov.br/>.



Leia o livro "Eu, negro", escrito por Anízio Ferreira dos Santos, publicado pela Editora Loyola, em 1988.



LEITURA COMPLEMENTAR

A ANTROPOLOGIA E A SOCIOLOGIA HOJE

A antropologia foi se desenvolvendo nos últimos 200 anos, investigando os elementos que orientam a ação e explicam a emergência de padrões e comportamentos sociais. Auxiliada por uma análise de cunho cognitivo e até psicológico, revelou sutis relações entre formas próprias de pensar e agir.

Ao mesmo tempo em que abandonava o campo da evidência empírica e se aprofundava na área da organização psíquica e emocional dos agentes sociais e das origens da intencionalidade de sua ação, as transformações históricas iam modificando violentamente as sociedades anteriormente tidas como seu objeto específico de estudo. O imperialismo e a expansão do capitalismo industrial acabaram por transformar radicalmente as sociedades não europeias, nelas introduzindo formas organizacionais típicas da civilização ocidental europeia.

No mundo globalizado, as diferenças culturais se nivelam numa estandardização desconcertante. E aquilo que resta de estruturas culturais tradicionais se encontra revestido de um novo sentido, capitalista e contemporâneo. Remotas tradições – com o uso de aros no pescoço das “mulheres girafas” da Tailândia – se transformam em atrações de uma bem-sucedida indústria turística, enquanto produções artesanais consagradas servem apenas como modelos dos seus substitutos industriais. Podemos encontrar hoje, em baixelas de plástico produzidas por multinacionais norte-americanas estabelecidas na Tailândia, os mesmos desenhos que ornavam as chinesas.

A originalidade dos traços culturais é posta em dúvida numa economia planetária e de produção em massa. Grupos indígenas ainda existentes em certas áreas da sociedade brasileira, por exemplo, desenvolvem seus hábitos e costumes – fabricam utensílios e adornos plumários, vestem-se “a caráter” e alimentam-se de mandioca – apenas em horário comercial. Fora dele, usam jeans e walkman.

O que resta, portanto, da alteridade necessária à delimitação do objeto próprio da antropologia? Pouco, se considerarmos essa alteridade, como no século XIX, expressão de um modo de vida não ocidental. Mas se pensarmos esse objeto e essa alteridade como tudo aquilo que possa ser um desvio dentro do sistema globalizado, como tudo aquilo que resiste e se opõe ao pleno funcionamento da economia planetária, o leque de opções se amplia como nunca. Se permitirmos que essa alteridade venha a dar conta dos inúmeros grupos minoritários que emergem nessa sociedade – grupos étnicos, religiosos, sexuais –, se aceitarmos que ela inclua as novas formas societárias que se desenvolvem à margem da sociedade, então veremos que a antropologia tem um imenso universo de estudo a desenvolver e seus comprovados métodos de investigação poderão obter muitos resultados.

Por outro lado, se é verdade que a sociedade se urbaniza e se industrializa de forma global, submetendo o campo e a produção agrária aos princípios de organização urbano-industrial, as mais variadas populações de imigrantes e migrantes enquistam-se nas metrópoles, cada um buscando introduzir, nos entremeios dessa imensa rede, suas próprias formas de sobrevivência.

O desemprego estrutural também põe nas ruas levas de ambulantes que, à sua maneira, desenvolvem nesse mundo industrializado novos serviços e novas formas de artesanato. Regras próprias de comercialização transitam entre os carros nos movimentados faróis das metrópoles, enquanto uma solidariedade estranha desenvolve-se na periferia entre os grupos excluídos das benesses do desenvolvimento.

Proliferam as associações de bairros, de pais e mestres, de moradores e de amigos nas mais diferentes instituições. Como atuam, como identificam seus pares, como se comunicam, são certamente temas interessantes para a antropologia contemporânea. Adequadas às análises antropológicas são também as feiras informais que se multiplicam pelas cidades, criando uma espécie que combina as antigas feiras comunitárias com os novos shopping centers. Formas monetárias alternativas – de passes, tíquetes e fichas de telefones – convivem com um sistema econômico que substitui as cédulas por cartões de crédito.

Pode-se pensar também que a globalização, em vez de destruir antigas formas de sociabilidade e de comportamento, apenas as deslocou de um espaço distinto e próprio para os intervalos disponíveis no sistema capitalista urbano-industrial. Duas formas distintas de organização social parecem se sobrepor, mantendo entre si algumas ligações, como vasos sanguíneos comunicantes.

Por outro lado, a sociologia enfrenta questão diversa – a dificuldade de, nessa sociedade globalizada, desenvolver modelos macrossociológicos capazes de dar conta de tão heterogênea e fragmentada realidade. Assim, buscando explicar justamente essa multiplicidade inovadora da vida social que emerge na sociedade contemporânea, a sociologia se dedica ao estudo dos grupos sociais e das relações entre eles.

Desse modo começam a ruir as fronteiras que delimitavam essas duas ciências, ou pelo menos que pareciam delimitar seus objetos de estudo. A sociologia e a antropologia procuram redefinir as múltiplas relações que emergem na sociedade, em meio às quais fica cada vez mais difícil definir quem sou eu e quem é o outro, o que é tradicional ou efetivamente moderno, aquilo que é globalizado e o que é regional.

De qualquer maneira, perduram certas práticas de pesquisa mais próprias de uma ou de outra ciência. Enquanto métodos de pesquisa de massa se desenvolvem na investigação das diferenças regionais entre fenômenos mundiais – como desemprego e miséria –, as análises minuciosas da antropologia procuram identificar nessa sociedade tecnológica e informacional os nichos de resistência e, como sempre, de manifestações de alteridade.

FONTE: COSTA, Cristina. Sociologia: introdução à ciência da sociedade. São Paulo: Moderna, 1997. p. 121-122.

RESUMO DO TÓPICO 3

Neste tópico você viu que:

- Embora no mundo contemporâneo permaneça a tendência de uma massificação cultural mundial, considerando os processos de globalização que fazem com que tenhamos as mesmas marcas, as mesmas notícias, os mesmos produtos em quase todos os lugares do mundo, a heterogeneidade ainda persiste.
- As minorias hoje saem em busca de suas reivindicações, defendendo bandeiras de luta e fazendo manifestações, mesmo que sejam desconsideradas pelos sistemas políticos e levantamentos estatísticos. Elas se organizam e conseguem denunciar antigos preconceitos, e, por vezes, até modificar comportamentos.
- O mito da democracia racial, como vimos na seção anterior, baseia-se na existência do racismo, que é a defesa por parte de um grupo racial de sua superioridade com relação aos outros. O racismo, portanto, supõe uma pretensa superioridade social por parte de um grupo, associando suas características culturais com as biológicas.
- Os movimentos negros tiveram origem no Brasil ao final do século XIX, quando ingressam neste país as ideias de darwinismo social, o racismo científico e as ideias de raça pura ariana. Estas ideias impactaram nas elites intelectuais do país, de duas diferentes formas.
- Em 1951 ocorre a homologação da Lei Afonso Arinos de Melo Franco, que é a primeira lei brasileira que indica como contravenção penal qualquer prática de preconceito de raça ou de cor da pele. Este momento é bastante importante, incriminando pela primeira vez a discriminação e o preconceito racial no país.
- Atualmente, uma das grandes lutas do movimento negro, além da condenação dos atos de discriminação racial e da busca de seus direitos por políticas públicas, diz respeito à demarcação de terras quilombolas.



1 Muitas relações étnico-raciais facilitaram o surgimento de movimentos sociais que buscam reduzir a discriminação contra determinados grupos sociais. Diante desta situação, estudada neste tópico, analise as sentenças a seguir:

I- As minorias são grupos pequenos na sociedade, grupos que não possuem representatividade porque são poucos os seus representantes e, assim, são subjugados socialmente.

II- Como as relações sociais entre os diferentes grupos raciais no Brasil são igualitárias e todos possuem acesso a uma democracia racial, podemos dizer que esta democracia não é mais um mito, e sim uma realidade.

III- O movimento de defesa indígena busca demarcar as terras de seus antepassados para que possam ser utilizadas pelas gerações atuais dos índios, diferente do movimento negro, que busca apenas o fim da discriminação racial.

IV- O racismo é a situação que supõe uma pretensa superioridade social por parte de um grupo, associando suas características culturais com as biológicas.

Agora, assinale a alternativa CORRETA:

- a) () Somente a sentença IV está correta.
- b) () As sentenças I e III estão corretas.
- c) () As sentenças I, II e III estão corretas.
- d) () As sentenças II, III e IV estão corretas.



Assista ao vídeo de
resolução desta
autoatividade



REFERÊNCIAS

ÁLVAREZ, Vera Cíntia. Diversidade cultural – algumas considerações. In: BRANT, Leonardo. **Diversidade cultural**: globalização e culturas locais: dimensões, efeitos e perspectivas. São Paulo: Escrituras, 2005. p. 167-174.

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda; MARTINS, Maria Helena Pires. **Filosofando**: introdução à filosofia. 3. ed. rev. São Paulo: Moderna, 2003.

BAUMAN, Zygmunt; MAY, Tim. **Aprendendo a pensar com a sociologia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2010.

BERTHELOT, Jean-Michel. **Sociologia, história e epistemologia**. Ijuí: UNIJUÍ, 2005.

BOUDON, Raymond; BOURRICAUD, François. **Dicionário crítico de sociologia**. Trad. Maria L. G. Alcoforado e Durval Ártico. São Paulo: Ática, 2004.

CHAUÍ, Marilena. **Introdução à história da filosofia**: dos pré-socráticos a Aristóteles. 2 ed. rev. e ampl. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

CHAUÍ, Marilena; OLIVEIRA, Pérsio Santos de. **Filosofia e sociologia**: fundamentos sociológicos. São Paulo: Ática, 2010.

COSTA, Cristina. **Sociologia**: introdução à ciência da sociedade. São Paulo: Moderna, 1997.

_____. **Sociologia**: introdução à ciência da sociedade. 3 ed. São Paulo: Moderna, 2005.

DIAS, Reinaldo. **Introdução à sociologia**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2005.

_____. **Fundamentos de sociologia geral**. Rio de Janeiro: Alínea, 2009.

DURKHEIM, Émile. **Sociologia e filosofia**. São Paulo: Martin Claret, 2009.

GOLDSMITH, Bem. Diversidade cultural: política, caminhos, dispositivos. In: BRANT, Leonardo. **Diversidade cultural**: globalização e culturas locais: dimensões, efeitos e perspectivas. São Paulo: Escrituras, 2005. P. 91 – 114.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. **Democracia racial**. S/d. Disponível em: <<http://www.fflch.usp.br/sociologia/asag/Democracia%20racial.pdf>>. Acesso em 10 dez. 2013.

- _____. **Racismo e antirracismo no Brasil**. São Paulo: Fundação de Apoio à USP, 1999.
- GUIZZO, João. **Introdução à sociologia**. Belo Horizonte: IBEP Nacional, 2009.
- HERMANS, Wilhelmus Godefridus. **Ética: ensaios sociofilosóficos**. Brasília: OAB, 2004.
- IOKOI, Zilda Márcia Grícoli (coord.). **Negro e negritude**. 3. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2006.
- LÖWY, Michael. **Ideologias e ciência social: elementos para uma análise marxista**. São Paulo: Cortez, 2006.
- LUCKESI, Carlos Cipriano. PASSOS, Elizete Silva. **Introdução à filosofia: aprendendo a pensar**. São Paulo: Cortez, 1995.
- MARCONDES, Danilo. **Iniciação à história da filosofia: dos pré-socráticos a Wittgenstein**. 13. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.
- MARCONI, Marina de Andrade; PRESOTTO, Zélia Maria Neves. **Antropologia: uma introdução**. Atlas, 1986.
- MIRANDA, Pontes de. **Introdução à sociologia geral**. Campinas: Bookseller, 2003.
- MUNANGA, Kabengele. O antirracismo no Brasil. In: MUNANGA, Kabengele (org.). **Estratégias e políticas de combate à discriminação racial**. São Paulo: EDUSP, 1996.
- NUNES, César Aparecido. **Aprendendo filosofia**. 7. ed. Campinas, SP: Papyrus, 1997.
- OLIVEIRA, Pérsio Santos de. **Introdução à sociologia**. 22. ed. São Paulo: Ática, 1999.
- OLIVEIRA, Ismarth de Araújo. A política indigenista brasileira. In: BRASIL. **Política e ação Indigenista Brasileira**. FUNAI, 1975.
- ORTIZ, Renato. **Cultura brasileira e identidade nacional**. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- OTTO, Franciele. **Epistemologia das ciências sociais**. Indaial: UNIASSELVI, 2013.
- PILETTI, Nelson. **Sociologia da educação**. São Paulo: Ática, 1987.

ROCHA, Everardo P. Guimarães. **O que é etnocentrismo**. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1990.

SANTOS, Theobaldo Miranda. **Manual de filosofia**. 13. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1964.

SANTOS, José Luiz dos. **O que é cultura?** 14. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

SANTOS, Rafael José dos. **Antropologia para quem não vai ser antropólogo**. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2005.

SEGÓVIA, Rafael. As perspectivas da cultura: identidade regional *versus* homogeneização global. In: BRANT, Leonardo. **Diversidade cultural: globalização e culturas locais: dimensões, efeitos e perspectivas**. São Paulo: Escrituras, 2005. P. 167 – 174.

SELL, Carlos Eduardo. **Sociologia clássica: Durkheim, Weber e Marx**. 3. Ed. Itajaí: UNIVALI, 2002.

